Estudos Gerais da Arrábida
A DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA

Painel dedicado a Moçambique (29 de Agosto de 1996)

Depoimentos do Almirante Vasco de Almeida e Costa[1], General Sousa Meneses[2] e Almirante Vítor Crespo[3].

Almirante Almeida e Costa: Peço antecipadamente escusa por adoptar uma perspectiva que não é exactamente aquela de que estão à espera, visto que, quando recebi o convite e à medida que fui recebendo uns excelentes trabalhos de recensão da imprensa, fui-me apercebendo de que o objectivo seria sobretudo o depois do 25 de Abril. Ora, sucede que eu fui para Moçambique em 1973, em Setembro, e saí de Moçambique em Setembro de 1974. E depois dos Acordos de Lusaca já não regressei a Moçambique. Queria começar por sublinhar uma circunstância. Há vários equívocos que contribuem para que a guerra de África encontre alguma legitimidade nos quadros permanentes dos oficiais das Forças Armadas: são, em 1961, os violentos ataques que sofreram as populações do Norte de Angola. Se já se sentiam nos meios militares fortes críticas ao regime, essas críticas diminuiram face ao impacto que esses episódios tiveram. Mas quando eu fui para a Angola, em 1962, falando com gente da oposição em Luanda, já nessa altura tive ocasião de me espantar, porque pensava que as pessoas estavam abertas à resolução das

[1] Vasco Almeida e Costa (n. 1932 – m. 2010): Oficial da Armada. Fez comissões na Índia, Guiné e Moçambique. Sub-chefe de Estado Maior em Nampula, sede do Comando Naval, no 25 de Abril. Deixa o território após a assinatura dos Acordos de Lusaca (Setembro de 1974).
[2] Manuel Amorim de Sousa Meneses (n. 1921): Deputado à Assembleia Nacional (1961-68). Subchefe e chefe do Estado-Maior da Região Militar e do Comando-Chefe de Moçambique (1969-71). Comandante militar em Moçambique, no pós-25 de Abril.
[3] Vítor Crespo (n. 1932): Oficial da Armada. Colaborou na redacção do Programa do Movimento das Forças Armadas. Alto-Comissário em Moçambique (Setembro de 1974 a Junho de 1975). Ministro da Cooperação no VI Governo Provisório (Setembro de 1975 a Julho de 1976) e membro do Conselho da Revolução.

questões ultramarinas de uma forma política. E notei que mesmo entre as pessoas da oposição em Luanda havia um grande apoio à política seguida pelo regime político do dr. Salazar. Portanto, a guerra vai seguindo o seu curso. Quando eu vou para Moçambique, depois de ter passado por teatros de operações em Angola e na Guiné, e de já ter estado na Índia antes, acabado de sair da Escola Naval, entre nós, militares, pelo menos entre os oficiais de Marinha, comentávamos muito a inevitabilidade do que viria a surgir em relação às províncias ultramarinas ou, nessa altura, ainda colónias (não estou bem certo em relação à designação oficial). Calculávamos que o problema que se enfrentava na Índia, de contestação pela União Indiana do Estado Português da Índia, neste caso, viria a surgir inevitavelmente, mais tarde ou mais cedo, nos territórios de África. Isto, portanto, em 1954, 1955, 1956, quando eu estive na Índia. Desde muito novos, alguns de nós, começámos a pensar que o regime devia antecipar-se e procurar soluções políticas para o nosso Império. Como se sabe, isso não se fez e, quando cheguei a Moçambique, a situação era de degradação rápida no aspecto militar. Para essa situação grave, ou que se começava a agravar visivelmente, nos finais de 1973, creio que muito contribuiu, em grande parte, a ideia da construção da barragem de Cahora Bassa, que levou o inimigo a abrir mais rapidamente uma frente em Tete e, ao mesmo tempo, mobilizou meios operacionais vultuosos tanto para a ZOT (Zona Operacional de Tete), como para o Comando Operacional de Defesa da Bacia de Cahora Bassa. Eu próprio, nessa altura era subchefe de Estado-Maior em Moçambique, e andávamos a trabalhar afanosamente, com grandes dificuldades, na montagem de um esquema de aproveitamento da bacia para interditar os movimentos do inimigo, neste caso a Frelimo, em Tete.

Interveniente não identificável: Sr. general, o comandante-chefe era o Kaúlza?

Almirante Vasco de Almeida e Costa: Não, não. Quando vou para subchefe de Estado Maior, era comandante naval o almirante Moura da Fonseca e era comandante-chefe o general Bastos Machado.

Tinha havido a guerra do Yom Kippur, que tinha resultado em grandes perturbações no abastecimento de petróleo ao mundo ocidental. E a África Austral, por essa razão, tinha assumido um papel estratégico mais importante, uma vez que os recursos petrolíferos tinham que passar a tornear o cabo da Boa Esperança.

Mas, no terreno, os nossos problemas vinham-se agravando desde 1962, 1963 ou 1964, com a crescente melhoria do treino e equipamento dos nossos inimigos. Eu ainda sou do tempo em que, na Guiné, comecei por ser atacado com armas ligeiras, RPG's - aquilo a que nós chamamos agora bazucas - e morteiros de 60. E durante estes dois anos os morteiros evoluíram para os 80 ou 70 e tal, para metralhadoras pesadas de 12.4, *Diaghilev*. Cheguei até a ser atacado por um canhão sem recuo. Portanto, em dois anos, podemos ver como a situação se vai degradando e como os militares sentem na pele esta degradação, a falta de equipamento para fazer uma guerra em contraste com o inimigo. O inimigo vem estando cada vez melhor treinado em todos os teatros de operações, particularmente na Guiné, que era, como nós já previámos em novinhos, quando falávamos sobre isto na Índia, que seria o principal sorvedouro dos esforços das Forças Armadas portuguesas se porventura viesse a ocorrer uma guerra em África. Também em 1973, tinha havido ameaças de emprego de mísseis. A nossa grande vantagem sobre o inimigo, o poder aéreo, começava a ser ameçada e há reportagens sobre o emprego de mísseis no Norte de Moçambique contra meios aéreos, embora não estivessem totalmente recortadas estas notícias sobre a sua eficácia. Sabia-se da existência deles; não se sabia se alguns meios aéreos tinham ou não sido atingidos por mísseis. De modo que, ainda no final de 1973, a Frelimo começa a expandir-se para o Sul, começa a aproximar-se do Zambeze, começa a ameaçar

passar o Zambeze. E, em 1974, no princípio de 1974, há um episódio determinante em Vila Perry: o assassinato de uma branca, mulher de um fazendeiro. Sempre houve dificuldades ao longo da guerra entre as populações brancas, os colonos, e os militares.

Manuel de Lucena: Sr. general, deixe-me fazer-lhe uma pergunta. Nesse aspecto de melhoria de equipamentos, deu-nos exemplos da Guiné. Em Moçambique onde é que se reflectia?

Almirante Vasco de Almeida e Costa: Também no uso de armas mais evoluídas, mais pesadas, mais eficazes, numa maior operacionalidade dos elementos da Frelimo e, como disse, em 1973 na própria admissibilidade de que eles já disporiam de mísseis. Surgem no Perintrep[4] algumas referências, ainda não muito seguras, sobre o emprego de mísseis contra meios aéreos. Um deles, o mais célebre, é um que vai atingir uma asa de um Dakota que levava adidos militares estrangeiros em visita ao Norte de Moçambique. Não explodiu, mas admitiu-se, deu-se como seguro, que era um míssil.

Exactamente em 14 de Janeiro dão-se em Vila Perry as primeiras manifestações de desagrado contra as Forças Armadas. A ideia que existia em geral era a de que as Forças Armadas não ganhavam a guerra porque não queriam, porque tinham vantagens materiais importantes, porque tinham promoções, ganhavam melhor, etc. Não digo que fosse unânime esta opinião, mas havia fortes tensões entre os militares e os civis, críticas surdas, em particular porque o comportamento dos militares era o de incentivar a organização das populações indígenas, criar escolas, prestar assistência médica, aquilo que nós chamávamos e que se chama ainda acção psicossocial. A acção psicossocial era vista por largos sectores da população branca, colonos, como uma fraqueza dos militares, como uma forma de empatar a guerra, e eles não se cansavam de o repetir e quando foram estes episódios de Vila Perry…

Manuel de Lucena: Cuja data é Janeiro de 1974…

[4] *Permanent Information Report*.

Almirante Vasco de Almeida e Costa: 14 de Janeiro, meados de Janeiro, dão-se esses acontecimentos na Beira, em Vila Perry, na Bica. Mas o motivo é o assassínio dessa mulher de um fazendeiro. Vila Pery fica junto à fronteira, era uma terra muito ligada à Rodésia, onde todos os dias se lia com avidez a literatura, a imprensa da Rodésia. E a própria imprensa da Rodésia, nessa altura, lançava, empenhadamente, o descrédito sobre as nossas Forças Armadas. A ideia, portanto, entre estas populações atemorizadas, era o medo agressivo, atemorizadas com a aproximação da Frelimo, tendiam a atribuir as culpas aos militares, àquilo que consideravam ser o *dolce far niente* dos militares de Moçambique; [e também mas] menos acentuadamente, porque a guerra tinha outras características, em Angola. E também era diferente da Guiné onde a população branca era escassa, mas onde eu assisti a comentários muito desagradáveis contra os militares.

Em meados de Janeiro, há de facto uma grande manifestação com o apedrejamento da messe de Sta. Luzia, na Beira, a pretexto dos descontentamentos gerados com a aproximação da Frelimo.

Mas, voltando um pouco atrás, já em Novembro-Dezembro, havia em Nampula, sede do Quartel-General do Comando-Chefe e também sede da 3ª Região Aérea e do Comando Naval de Moçambique, que tinha uma antena em Nampula, onde estava o Estado-Maior todo, embora o comandante naval estivesse sediado em Lourenço Marques. Já em Novembro e Dezembro, particularmente com a presença do governador-geral, o eng. Pimentel dos Santos, e com o ministro do Ultramar, recentemente empossado, o dr. Baltasar Rebelo de Sousa, tinha havido reuniões muito tensas, na sala de *briefing* do Comando-Chefe, com a presença dos Estados-Maiores, do Comando-chefe, do chefe-de-Estado-Maior do comando-chefe, tinha havido *briefings* muito tensos na sala, sobretudo pela boca do brigadeiro Damião, que na altura era comandante de sector da ilha de Moçambique, suponho eu. Ele teve ocasião de dizer, com toda a rudeza, quando estava a

fazer a exposição, queixando-se da falta de efectivos e da má qualidade do material militar e da falta de resposta política às necessidades militares, ele fez uma observação que caiu entre nós muito bem, mas que foi um balde de água fria lançado sobre o ministro e o governador-geral… Essa observação era que se os políticos estavam à espera de poder atirar as culpas de um possível desastre militar em Moçambique para cima dos militares, como o tinham feito relativamente à Índia, ele solenemente afirmava que não estaria disposto a aceitar uma tal situação. Uma questão que vai marcar muito os militares que fizeram a guerra colonial de quase treze anos são as condições em que a Índia é invadida e em que às Forças Armadas são assacadas as culpas pelo desastre então sofrido. Se por um lado, em 1961, com o evoluir da situação no Norte de Angola, os militares numa primeira fase encontram força ou justificação para a legitimidade da intervenção militar, já o caso da Índia, que também acontece em 1961, vem gerar um grande descontentamento sobretudo nos que conheciam a Índia e naqueles que sabiam como era injusta esta apreciação ou esta transferência das responsabilidades políticas para o domínio das Forças Armadas.

Em Moçambique, no final de 1973, das 163 companhias de quadrícula, 158 são comandadas por oficiais milicianos. Percorri, como sub-Chefe-de-Estado-Maior, acompanhando oficiais do quartel-general, acompanhando o Comandante-Naval, Almirante Moura da Fonseca, diversos territórios de Moçambique, particularmente a norte da linha Beira-Vila Perry; e por toda a parte fui encontrar capitães milicianos a comandar companhias de quadrícula, absolutamente desesperados com a situação. Eram engenheiros e economistas que tinham visto a sua carreira subitamente interrompida; alguns deles tinham feito comissões no Ultramar como oficiais subalternos e estavam agora, pela segunda vez, a comandar companhias de quadrícula. Havia um grande contraste entre as forças de quadrícula e as forças de intervenção, particularmente na Guiné e em

Moçambique. As forças de quadrícula eram forças de grande inércia, com pouco treino, pouco moralizadas, debatendo-se com imensas dificuldades, com pouca ou nenhuma mobilidade; e muitas delas, por razões que se prendiam com a própria natureza dos comandantes e dos quadros milicianos, pouco dispostas à actividade operacional. Enquanto as forças de intervenção, em regra reserva do Comando-Chefe, eram constituídas por fuzileiros, pára-quedistas ou comandos, que estavam em regra aquarteladas com grande comodidade, bem alimentados e que faziam as suas operações, bem disciplinadas, dispunham de boas informações – as operações podiam demorar dois, três, quatro, cinco dias, e depois regressavam à comodidade dos seus quartéis ou dos seus aquartelamentos. E isto era profundamente sentido (eu fui comandante das companhias de lanchas da Guiné e portanto andei muito em operações tanto com forças de intervenção como de abastecimento a companhias espalhadas pelo mato), era bastante sentido pelo militares, sobretudo pelos militares que estavam na situação de patos no meio da água, sem poderem voar, que eram os comandantes de quadrícula.

Portanto, o moral era bastante fraco e a disciplina era também débil. E um dos factores importantes é de facto este problema da disciplina. A disciplina, ao longo de um tão extenso período de guerra, em três teatros de operações, vai enfraquecendo. Não me refiro às continências nem à ordem unida, mas ao cumprimento dos deveres militares e, como se vê, à própria contestação da guerra.

Surge, não sou capaz de dizer quando exactamente (não estava cá em Portugal) mas creio que, depois dos diplomas legais que alteram a carreira dos capitães e abrem a possibilidade aos milicianos de ingressar no quadro permanente, mediante um curto período de passagem pela Academia Militar, surge o chamado Movimento dos Capitães. Eu não era oficial do Exército e, de início, em Moçambique, estando no Estado-Maior, não tive a noção da importância da contestação que se gerou, nem a ligámos, de início, a questões de

ordem política. Mas, por volta de Outubro ou Novembro de 1973, já era intensa a circulação de papéis por todas as unidades, e já tinham passado o escalão da reivindicação puramente material e moral que aos capitães dizia respeito; já se tinha dado um salto qualitativo para uma contestação de ordem política. Já se começava a dizer: «Os militares não têm meios, os políticos é que são os culpados pela falta de meios, etc.». Há portanto já abaixo-assinados discutidos…

Manuel de Lucena: O esboço da contestação política é mesmo esse: os políticos, a falta de meios…

Almirante Vasco de Almeida e Costa: Não o trouxe comigo mas tenho um grande dossier com papéis distribuídos por Moçambique em Outubro e Novembro. E esses papéis são do conhecimento de todos os oficiais. Eu sou convidado para estar presente numa reunião e nessa reunião não havia praticamente capitães; havia sobretudo majores, coronéis e alguns brigadeiros – e tratava-se de uma reunião clandestina. Mas essa clandestinidade era apenas formal; na verdade tratava-se de um autêntico segredo de Polichinelo. Jantava-se na messe e ia-se depois para os serviços cartográficos ou para a Polícia Militar fazer reuniões e debater a situação militar em Moçambique, trocar impressões e dar largas ao nosso descontentamento. E nessas reuniões, em que estavam presentes muitos oficiais de diversos postos, falava-se até abertamente em nomes de generais que poderiam sanar as dificuldades que a guerra estava a trazer para todos, para o País e para as tropas que estavam nos diversos teatros de operações.

Manuel de Lucena: E esses generais eram…

Almirante Almeida e Costa: Esses generais eram o general Spínola, o general Kaúlza de Arriaga e o general Costa Gomes. Não havia ainda MFA. Vamo-nos organizando em comissões, mas sempre sob a invocação do «Movimento», mesmo quando há troca de correspondência entre a Metrópole e o Ultramar, de correspondência deste género conspirativo fala-se em «Movimento»: o «”Movimento”

vai, avança, não avança, passou-se isto.» Há portanto muitas notícias que circulam mas não se fala ainda formalmente em MFA em Moçambique — falo da minha própria experiência. Portanto, fazemos reuniões em diversos sítios e circula por todo Moçambique, com total impunidade, informação sobre as medidas de contestação. Quando se dão os episódios na Beira, Manica e Vila Perry, nessa altura faz-se um grande abaixo-assinado. Já se tinha feito um abaixo-assinado em Novembro, em que já se pedem reformas políticas, em que já se diz claramente e se exige ao ministro do Exército (esse primeiro abaixo-assinado era sobretudo dirigido ao ministro do Exército), com frontalidade, como um desafio, a adopção de diversas medidas que ultrapassam em muito as reivindicações dos capitães.

Manuel de Lucena: Por exemplo?

Almirante Almeida e Costa: Por exemplo, o reconhecimento de que a solução da guerra não era militar mas política; de que cabe aos políticos resolver os problemas, e que os militares já deram aos políticos tempo mais do que suficiente para os resolver. Esse primeiro abaixo-assinado é enviado para Lisboa de resto, em combinação com oficiais do Movimento dos Capitães em Lisboa, a pedido deles, e rapidamente vai recolher cerca de 200 assinaturas quase exclusivamente de capitães e majores, em que se pede o fim do corpo de oficiais do Estado Maior - que era, para o Exército, um dos factores de maior descontentamento – reivindicando que se abra a frequência do curso de Estado Maior a todos os oficiais. Como aliás acontecia no caso dos oficiais de Marinha em que não havia corpo de Estado-Maior. E creio que passou a ser também assim na Força Aérea.

A propósito dos acontecimentos da Beira então é feito um abaixo-assinado dirigido ao comandante-chefe que recolhe centenas de assinaturas, já não só de oficiais do Exército.

Manuel de Lucena: Os acontecimentos de…

Almirante Almeida e Costa: Da Beira, de meados de Janeiro.

Manuel de Lucena: É um outro comunicado?

Almirante Almeida e Costa: É o tal apedrejamento da messe militar de Santa Luzia. É um outro comunicado, há vários… Não é um comunicado; é um abaixo-assinado. Enquanto o abaixo-assinado de Setembro é um abaixo-assinado só de oficiais do Exército, particularmente de majores e capitães, o abaixo-assinado de 23 de Janeiro de 1974 é já um manifesto sob a forma de abaixo-assinado dirigido ao comandante-chefe; é já um manifesto político com exigências muito duras para serem satisfeitas pelo poder político de então, mas dirigido ao chefe do Estado-Maior.

Manuel de Lucena: Chefe do Estado-Maior ou comandante-chefe?

Almirante Almeida e Costa: Dirigido ao comandante-chefe mas com a intenção do comandante-chefe o endereçar ao Governo, ao ministro do Exército. Portanto, a actividade conspirativa e organizativa do "Movimento", chamemos-lhe assim (é a fase em que se está a passar do Movimento dos Capitães para o MFA), é uma fase de total impunidade. Só sei de um caso em que três oficiais devolveram as circulares anónimas que eram enviadas a todas as unidades a partir da própria repartição do Gabinete. E, portanto, o próprio comandante-chefe estava a par dessas diligências, como estava toda a gente, toda gente falava disso abertamente. Eu, além de sub-chefe do Estado-Maior era também o chefe da Repartição de Informações. E fui a dada altura alertado por um oficial de Marinha de que a PIDE estava a par de tudo e ninguém estava minimamente preocupado com o que a PIDE sabia ou deixava de saber nessa altura. Mas não se falava ainda em descolonização, não se falava ainda em fim da guerra. Digamos que o tema era: a guerra é uma forma passageira de resolver um problema político; compete aos políticos resolvê-lo e já tiveram muito tempo; para que a guerra possa continuar, as forças armadas precisam de mais e melhor equipamento; e os militares precisam de um tratamento melhor, em vencimentos, condições de alojamento, protecção de ordem social,

etc. Não se fala ainda em: «a guerra tem de acabar já»; é ainda a invocação de que a guerra era um expediente político que, absurdamente, já durava há treze anos. Naturalmente, tudo isto é mais sensível junto dos oficiais do quadro permanente que já tinham cumprido várias comissões (eu, por exemplo, já tinha feito comissões na Índia, na Guiné, em Angola, e estava a fazer a comissão em Moçambique). No caso do Exército isto era muitíssimo mais pesado para a generalidade dos oficiais. A desmoralização era grande e a usura, resultante da actividade operacional em três teatros de operações, era excessiva, não só para as pessoas, como também para os equipamentos.

Neste período, a seguir aos episódios que eu tenho focado muito – este episódio na Beira, Vila Perry, Manica – a partir daí começam a surgir notícias de que o Governo vai comprar *Mirages*, que vão chegar equipamentos novos, que vai aumentar o recrutamento local, que vai ser reduzido o tempo das comissões, etc. Há uma série de notícias que vão desmoralizando… Há a remodelação do próprio Governo e depois há rumores permanentes, contínuos, desencontrados. Há um grande desvario na nossa própria instituição militar.

Quando surge o 16 de Março, como sabem é uma tentativa de intentona, ou uma saída prematura de tropas do Regimento de Infantaria 5, sediado nas Caldas da Rainha. Esse desastre é encarado por nós com grande desânimo. Digamos que o ímpeto das reuniões, pelo menos em Moçambique, quebra um pouco com a remodelação ministerial e com os rumores e as afirmações de que se vai dar um novo *élan* ao equipamento, com a aquisição de *Mirages* e de outros meios, sobretudo meios aéreos mas também armamento*,* desde os equipamentos de visão nocturna, etc. Há portanto uma série de novas promessas. E isso faz com que o número de pessoas que se reúnem periodicamente, embora com carácter irregular, vá diminuindo. O 16 de Março, o episódio das Caldas da Rainha, é um

motivo adicional para entrar o desânimo entre toda a gente. E digamos que depois se passa um período de relativo sossego, de relativo silêncio, entre os militares que estavam em Moçambique, mais ligados ao Movimento, e a metrópole. Até que, sem prévio aviso, surge o 25 de Abril. E só nessa altura – nós não temos conhecimento, eu não tenho conhecimento e lembro-me bem que o Aniceto Afonso não tinha e que o Tomé também não tinha – é na madrugada de 25 para 26 de Abril em Moçambique (tenho isso escrito nos meus diários) que recebo um telefonema do major Tomé, que era uma figura central nisto tudo e que estava na repartição do gabinete do comando-chefe, dizendo: «Tome note no seu diário: hoje é um dia histórico, o 25 de Abril.»

Falha na gravação devida à mudança de cassete.

Almirante Almeida e Costa: … com estupefacção e com uma grande esperança de que finalmente se modifiquem as coisas. Mas este modificar de coisas é marcado pelo livro do general Spínola, *Portugal e o Futuro.* Quer dizer, se as ideias quanto à forma de resolver a guerra não existiam ou existiam dispersas - não falo relativamente a mim, falo em relação aos militares de uma forma geral que se reuniam, confabulavam e conversavam sobre estas questões -, o livro do general Spínola tem um impacto que se sobrepõe a todas as visões e acaba por ser determinante na mobilização dos militares. Quer dizer, os militares em Moçambique abraçam as soluções propugnadas no livro *Portugal e o Futuro*, como um novo plano de operações político-militares a desenvolver. Confesso que fui um dos que, embora a minha opinião inicialmente tivesse sido outra, de que aquele ia ser um plano [para a guerra]. O comportamento, a acção política de Portugal ia ser desencadeada sob a forma que estava no livro. Como eu, a maioria dos militares de Moçambique pensa dessa maneira: vamos continuar a guerra. Eu próprio sou eleito para uma comissão coordenadora do MFA. Portanto, começam-se a criar organismos semelhantes, paralelos, aos

existentes na Metrópole, mas os obreiros da revolução tinham sido oficiais que estavam na metrópole, é evidente que eles é que tinham a iniciativa e nós limitávamo-nos a receber [informações] via rádio ou às vezes por telefone. Mas, na verdade, directivas oficiais não havia nenhumas e este é o ponto fulcral na questão da forma como a descolonização em Moçambique se faz. É que, durante meses, durante largas semanas e meses, não há, recebidas pelo Comando-Chefe, directivas seguras de como actuar. Não sei se na altura o sr. general já lá estava e se poderá confirmar isto, não sou uma testemunha de todos os acontecimentos… O comandante-chefe leva-me como assessor para Lourenço Marques mas não há a mínima directiva. Ficamos sem censura, sem informações, sem PIDE e não sabemos, nós militares, na altura com grande inexperiência, lidar com a liberdade de informação. Rapidamente, a Frelimo ou simpatizantes da Frelimo tomam conta de pelo menos dois órgãos de informação essenciais: o Rádio Clube de Moçambique e o jornal *Notícias* de Lourenço Marques. Portanto andamos todos às aranhas porque de Lisboa (com isto não estou a fazer qualquer condenação, estou a procurar dar um testemunho objectivo) não há directivas de qualquer espécie. O Governador-Geral sai pelo seu pé [ao contrário do que] li há dias num livro do dr. Freire Antunes sobre o eng. Jorge Jardim. O governador não é minimamente incomodado, é exonerado pelos poderes legítimos que são os da JSN, etc., tal como o são os outros governadores dos outros territórios. Não havia tropas em Lourenço Marques, o dispositivo militar estava todo para cima do Zambeze e em Tete. Em Lourenço Marques havia apenas militares que faziam trabalhos administrativos, não havia portanto forças militares operacionais significativas. O engenheiro Pimentel dos Santos, como digo, sai; não há nenhum cerco ao Palácio; as coisas correm todas na maior das calmas. Mas a verdade é que o território fica sem governador-geral e o comandante-chefe fica confrontado como uma situação completamente diferente e não sabe como lidar

com ela. Fica um encarregado de governo, na altura o coronel David Ferreira. Um homem evidentemente condenado politicamente a sair do cargo que está a desempenhar – que aliás, a meu ver, se portou muito bem, com grande dignidade e positivamente. Mas, de qualquer forma, fazia face apenas às questões meramente administrativas e burocráticas.

A grande maioria da população nativa, preta, de Moçambique, não dá o mínimo sinal de exultar com o 25 de Abril, mostra-se muito discreta, não se manifesta. Ao contrário, a população branca divide-se, fragmenta-se: uma a favor do 25 de Abril; outra intranquila com o que se irá passar; e outra procurando soluções expeditas, criando grupos políticos de tal forma que, no se formaram, se não estou em erro, 18 partidos políticos em Moçambique: o Fumo [Frente Unida de Moçambique], o Fico [Frente Independente de Convergência Ocidental], o Gumo [Grupo Unido de Moçambique]… O Gumo já existia, é aliás uma criação impulsionada, segundo consta, pelo eng. Jorge Jardim e pelo dr. Baltasar Rebelo de Sousa, com base numa antiga professora de Liceu, a dra. Joana Simeão e com outros dissidentes da Frelimo associados.

Entretanto, há um silêncio total dos poderes constituídos em Lisboa. Ao princípio, pensámos que o Governo provisório está com dificuldades em arrancar mas entretanto a população começa a fazer exigências. Exigências para que se prendam os PIDEs, o que vem depois a dar lugar ao que se chamou «Operação Zebra». De início não há governo, o próprio comandante-chefe tem consciência de que precisa de informações. Os militares começam a vir. Nas cento e tal companhias distribuídas em quadrícula só se ouvem os noticiários vindos de Lisboa: «Fim à guerra colonial», «Não estamos ali a fazer nada», «Independência para as colónias», etc. De maneira que o moral cai totalmente. A disciplina, que já era fraca, cai também. E os próprios oficiais não sabem o que fazer. Eu também, como digo, erradamente, pensei que íamos continuar a guerra. Elaborei até uns

questionários, que foram depois aprovados, com 18 ou 20 perguntas que a gente supunha serem as que, legitimamente, os soldados fariam perante uma situação daquelas, e, portanto, para que todos nós déssemos respostas idênticas. E as respostas eram: a guerra continuava, era preciso manter a vigilância, a guerra agora tinha como finalidade o referendo, soluções políticas, etc.

Mas a verdade é que os militares das companhias perdem totalmente a já pouca vontade de combater, e até a pouca vontade de montar dispositivos defensivos adequados. A tal ponto que eu e outros vamos às companhias apelar para que tenham um mínimo de discernimento, porque se não – era a expressão que a gente usava - «a Frelimo até lhes vai pôr minas debaixo das camas.» Porque de facto houve companhias que pararam qualquer actividade, mesmo a actividade elementar de montar sentinelas ao quartel. Esta desorientação fez com que o comandante-chefe me mandasse a Lisboa.

Manuel de Lucena: Quando é que é mandado a Lisboa?

Almirante Almeida e Costa: Mandou-me a Lisboa no dia 4 de Maio, se não estou em erro.

Manuel de Lucena: Faço a pergunta porque essa desmoralização vertical do moral das tropas é logo, logo a seguir.

Almirante Almeida e Costa: É progressiva. Os militares pensam que a guerra ainda vai continuar mas os soldados começam a ouvir, num crescendo, os estribilhos, primeiro nos jornais e na rádio, que os militares são uns fascistas, «vão-se embora, não estão aqui a fazer nada, esta não é a vossa à terra» [?]. Há aqui um entrechoque de vários movimentos…

Manuel de Lucena: Está a relacionar isso com a ocupação do Rádio Clube e do *Notícias* de Lourenço Marques?

Almirante Almeida e Costa: Em parte, em parte…

Manuel de Lucena: Ou com a rádio de cá que se ouvia…

Almirante Almeida e Costa: A rádio de cá também se ouvia. Transmitia comícios ou propostas para que fosse posto fim à guerra,

«nem mais um soldado para a guerra de África», etc., o que criava também uma grande intranquilidade entre os soldados que estavam lá e que não sabiam se iam ser rendidos ou quando é que iam ser rendidos. Porque os soldados estavam lá pelos cabelos: aquela não era a terra deles, para a maioria dos soldados esta era a realidade. De forma que as promessas eram tantas e a visão de uma felicidade rasgada subitamente aqui em Portugal faziam com que se reforçasse o seu desejo de regressarem para a metrópole. Portanto, quando eu venho cá está-se no princípio desta situação. A primeira vez que me vejo envolvido com o comandante-chefe em reuniões é em Lourenço Marques para, por pressão da opinião pública branca, dar resposta às exigências que vai fazendo, de acabar com a PIDE, de prender os PIDEs, de acabar com a censura… E o comandante-chefe, os outros militares e o encarregado do governo vão procurando legislar através do que era na altura – aqui ninguém conhece – a edição do correio aéreo do *Diário Popular*, em papel muito fininho, que chegava a Moçambique, Angola e a Guiné. E recordo-me de ser através do *Diário Popular* que se foi tentando, atamancadamente, tomar algumas providências legislativas internas em Moçambique para dar resposta a esta pressão da opinião pública.

Ao mesmo tempo, [há] também movimentações entre os brancos (eu recebi muitos representantes de instituições, empresas, etc.), para se substituírem uns aos outros. Tanto que eu me recordo de ter feito um comentário: «Vocês ainda não estão a perceber que o que se está a passar não é entre brancos?!» Porque há a ideia de que tudo vai ficar na mesma e o que há é que tirar o chefe do Montepio Geral de Moçambique e substituí-lo pelo subchefe ou por outro funcionário mais simpático; aumentar os ordenados no BNU, nas inúmeras empresas e instituições, no Instituto de Biologia ou qualquer coisa assim. Mas trata-se de lutas entre brancos. Eu vou recebendo representantes dos partidos fantoches que se formaram em Moçambique, mas é praticamente tudo branco. Enquanto, por outro

lado, se forma um grupo muito aguerrido de apoiantes da Frelimo, constituído sobretudo por advogados, conhecido por «os Democratas de Moçambique». Esses não se constituem em partido e são, juntamente com o Rádio Clube de Moçambique e com o jornal *Notícias* – nós, por brincadeira, até lhe chamávamos o *Notícias da Frelimo*... Tínhamos que fazer frente a esta dinâmica muito forte para a qual não estávamos preparados.

Como digo, venho a Lisboa e a ideia que eu colho em Lisboa é a de que afinal não era no Governo Provisório que a gente podia encontrar solução. Portanto, encontro vários centros de decisão, sem que a gente perceba qual a hierarquia destes centros de decisão.

Manuel de Lucena: Ó sr. almirante, o comandante-chefe mandou-o a Lisboa com que missão precisa?

Almirante Almeida e Costa: Com a missão de procurar contactar gente da Junta de Salvação Nacional, para os sensibilizar para a degradação rápida que estava a ocorrer em Moçambique, no plano económico e no plano militar, para que nos mandassem directivas.

Estava em formação o Governo provisório, havia reuniões da JSN até altas horas da noite, havia o Presidente da República, havia o Conselho de Estado, havia a Comissão Coordenadora do MFA, que na altura eu vim a conhecer, havia o Governo Provisório a nascer. E de facto nós não distinguíamos - eu não distinguia e lá em Moçambique não distinguiam -, de quem poderia emanar (a lógica seria [emanar] do Presidente da República ou do CEMGFA ou da JSN)… Falo com os homens da JSN e o que noto é uma profunda desorientação. Porque eles também estavam imensamente preocupados com os milhentos problemas que tinham em Portugal. Não tenho o direito de condenar ninguém; estou aqui a procurar traçar um retrato de como eu vi as coisas. E uma das pessoas com que na altura mais falei e que mais sensata me pareceu foi precisamente o almirante Rosa Coutinho. Eu conhecia os dois bem – o Pinheiro de Azevedo e o Rosa Coutinho – mas o homem mais sereno, mais calmo, mais objectivo e que aliás

era muito apontado e desejado como futuro governador de Moçambique era o almirante Rosa Coutinho, um homem que me parecia moderado naquela agitação toda. O general Spínola passeava-se com a sua corte de oficiais de cavalaria, começou-se a ver novamente as botas altas e as esporas... Havia um vaivém contínuo em Belém de militares, daqueles militares delegados junto dos ministérios, etc. Mas tudo aquilo era muito improvisado. E de facto as tarefas eram tantas que, para nós, para mim, para os que estavam em África, se nos afigurava que a principal prioridade devia ser, no meu caso, Moçambique; nós sentíamos que estávamos a ser abandonados. Não é verdade, não é porque fosse um abandono deliberado, era porque as pessoas estavam muito envolvidas com as inúmeras iniciativas populares e em dar-lhes resposta e o próprio general Spínola não conseguia traçar uma directriz clara quanto à política ultramarina a seguir. De forma que posso dizer que vou para Moçambique de mãos a abanar. Ou talvez não. Encontro na Comissão Coordenadora do MFA, mesmo assim, grande receptividade. A ponto de, com a interferência do então CEMGFA, general Costa Gomes, um grupo de membros da Comissão Coordenadora aceitar, ou o general Costa Gomes aceitar, que esse grupo de membros da Comissão vá a Moçambique em missão de esclarecimento da Comissão Coordenadora para dar algumas explicações ou para motivar os militares. O próprio general Costa Gomes vai a Moçambique. E, nesse conjunto de oficiais da Comissão, vai o Otelo [Saraiva de Carvalho], o capitão Seabra, da Força Aérea, o Charais. O sr. general [Sousa Meneses] já estava lá. Isto passa-se em Maio.

General Sousa Meneses: Eu chego lá no dia 8.

Almirante Almeida e Costa: Chego lá depois, no dia 10 ou 11, já com o comandante-chefe. A gente vai procurar que aqueles [membros da Comissão] insuflem alguma doutrina aos militares, particularmente a oficiais e sargentos, em reuniões que fazem no Clube Militar de Lourenço Marques.

Manuel de Lucena: Isso em Maio?

Almirante Almeida e Costa: Em Maio, depois de eu ter vindo cá a Lisboa e ter falado com esses oficiais e com o general Costa Gomes. Mas não há ideias claras sobre o que é que vai ser. Recordo-me da situação dramática, das perguntas dos militares («O que é que vamos fazer a seguir»?) e na verdade ninguém tinha, na minha opinião, resposta para isto. A tal ponto que a gente diz: «Não vale a pena virem cá assim porque é pior a emenda que o soneto.» O sr. general [Sousa Meneses] não se apercebe ainda dessa situação. E eu próprio vou servir de intérprete ao general Costa Gomes, numa reunião secreta com o Sr. Ken Flowers, que era o chefe dos serviços de segurança da Rodésia, e da qual fiz depois um processo verbal para o general Costa Gomes, de que tenho cópia, em que Ken Flowers procura, em nome do Sr. Ian Smith, saber o que é que se ia fazer, o que se ia passar. E pelas próprias respostas do general Costa Gomes, como aliás nos encontros que os militares têm com o general Costa Gomes, como aliás na própria conferência de imprensa dada pelo general Costa Gomes no Palácio da Ponta Vermelha e nas reuniões que tem na Assembleia Legislativa, cotejando-as com as realidades que se vieram a verificar, sente-se que ninguém sabe verdadeiramente o que se vai passar. Nós, militares, que gostamos de lidar com certezas, com clareza, temos imensa dificuldade em avaliar a situação.

Manuel de Lucena: Ia a dizer que o Ken Flowers fez um comentário…

Almirante Almeida e Costa: O Ken Flowers ficou sem saber nada, porque o general Costa Gomes disse-lhe que a política portuguesa continuaria a mesma, que ficassem tranquilos. Esta era a convicção geral, esta era a minha convicção, muito embora, curiosamente, para se ver como era errada a convicção dos militares sobre o prosseguimento da guerra e as soluções políticas possíveis, por essa altura o comandante da defesa marítima de Porto Amélia, o

comandante Saturnino Monteiro, faz um papel (eu tenho cópia desse papel) para o comandante-chefe dizendo: «Não pense que é possível continuar a guerra.». É o primeiro papel que eu vejo em que alguém diz…

Manuel de Lucena: Quem é que era o comandante Saturnino?

Almirante Almeida e Costa: O comandante Saturnino Monteiro era o comandante da defesa marítima de Porto Amélia e foi exonerado pelo comandante-chefe por causa desse papel. Portanto, isto deve ser anterior ao sr. general [Sousa Meneses] ter lá chegado, é muito cedo. E é o primeiro papel em que alguém diz (outros naturalmente terão dito), mas que escreve preto no branco e assina demonstrando por *a mais b*, com aquela linearidade própria do comandante Saturnino, que é um homem de estilo muito telegráfico mas muito lógico, fazendo sempre raciocínios silogísticos, em que ele procura demonstrar por *a mais b* que não se pensasse mais na guerra, que tem de haver uma retracção do dispositivo militar, um dispositivo militar enorme. E começa-se a falar nesta medida de retracção do dispositivo militar. No entanto, o Comandante-Chefe, não a quer aceitar. A maioria dos militares não se apercebe disto e o comandante Saturnino, na sequência desse memorando, é imediatamente exonerado.

General Sousa Meneses: Desculpe. Ele vem para a Beira?

Almirante Almeida e Costa: Vem, vem. Para a Beira ou para Lourenço Marques, já não me recordo.

General Sousa Meneses: Não li o papel mas tenho uma ideia.

Almirante Almeida e Costa: Na realidade, olhando para trás, eu próprio reconheço que não era possível continuar a guerra, não havia maneira de continuar a guerra. E nós não nos antecipámos de maneira a tomar medidas para acabar com a guerra. Não estou a atirar a culpa a ninguém, quer dizer, as realidades impuseram esta situação. Se formos avaliando ou comparando as sucessivas declarações públicas do general Spínola e de outros responsáveis

políticos, vamos vendo que se vão aproximando, transformando, contradizendo, a ponto de chegarem à admissibilidade da independência e, depois, à entrega do poder aos grupos armados que prosseguiam a luta de libertação. Nessa altura, eu próprio não tinha compreendido. E só mais tarde, e faço aqui o meu acto de contrição, embora as minhas convicções não tenham tido nenhuma implicação prática, mas a verdade é que os movimentos de libertação eram os únicos interlocutores. Quando eu falo com o Samora Machel, ele diz-me: «Então nós andamos 12 anos a fazer a guerra e com quem é que vocês fazem a paz? É com a Convergência Democrática, com o Gumo, o Fumo, o Fico, etc.» Nós não tínhamos força para organizar um referendo. Não tínhamos meios militares para lutar contra a Frelimo, pacificar o território e permitir fazer um referendo. Os movimentos armados em qualquer dos teatros de operações (Angola, Moçambique e Guiné), depois de todos os sacrifícios que tinham feito, não aceitavam vir a disputar uma corrida política com novas entidades surgidas como que por um passe de mágica. De forma que há, portanto, vários episódios – há greves políticas, há greves dos estivadores, há visitas de ministros, do ministro Almeida Santos, somos surpreendidos com a fotografia de Mário Soares a abraçar Samora Machel, o que para nós, em Moçambique, é um baque, é mais um elemento… Quando do primeiro encontro de Lusaca, o ministro dos negócios estrangeiros [Mário Soares] e o major Otelo Saraiva de Carvalho vão antes encontrar-se com a Frelimo, com o Samora Machel, para proporem um referendo. Portanto, tudo anda à volta da trégua, de fazer uma trégua. Ora, a Frelimo não está interessada em fazer uma trégua. Percebe as fraquezas da Forças Armadas portuguesas, a extrema debilidade e vulnerabilidade do seu dispositivo, a pouca vontade que há de combater, e vai forçando a nota, fazendo ataques contínuos por todo o território - uma mina numa estrada, uma emboscada aqui e acolá, o corte de uma via férrea - o suficiente para criar intranquilidade, para criar temor. Ao

mesmo tempo, o grupo dos Democratas de Moçambique, que objectivamente trabalhavam para a Frelimo, ou que estavam fortemente na Frelimo, e os órgãos de comunicação social vão-se todos aproximando da Frelimo, até que se vai gerando crescentemente um clima pró-Frelimo. Os militares são, inclusive, apupados num estádio em Lourenço Marques [Estádio da Matola]. A população branca torna-se agressiva com os PIDEs, de tal forma que foi necessário montar a tal "Operação Zebra" para prender os PIDEs. Mas a prisão dos PIDEs é uma prisão equívoca, na medida em que, por um lado, a gente não gosta da PIDE mas, por outro lado, precisamos das informações militares, eles é que controlavam toda a rede de espionagem. Mesmo no exterior e à volta de Moçambique [a espionagem] era toda controlada pela PIDE, e nós sabíamos isso – nós sem a PIDE tínhamos imensa dificuldade, ainda mais dificuldade em montar as operações militares, em saber sequer o que se estava a passar. Mas porque a hostilidade ia num crescendo, o próprio comandante-chefe montou a chamada «operação zebra» através da qual se procurou pôr a salvo os arquivos da PIDE e ao mesmo tempo dar satisfação às pressões da opinião pública; note-se que são sempre brancos, a população preta não faz a mínima manifestação, não faz a mínima movimentação.

Julgo saber que, entretanto, havia várias pessoas a mexer na questão de Moçambique, particularmente, o general Spínola.

Manuel de Lucena: Esse efeito do encontro de Lusaca, quando acontece o abraço do dr. Mário Soares, criou muita especulação. A tropa encosta lá [a arma] no embondeiro quando vê os responsáveis políticos portugueses a abraçar o inimigo ou o ex-inimigo. Mas segundo o seu relato, esse encostar de arma ao embondeiro, o já nem sequer montarem a segurança dos próprios aquartelamentos, é bem anterior.

Almirante Almeida e Costa: É progressivo. O número de oficiais que pensa na solução do general Spínola no *Portugal e o Futuro* vai

também decrescendo. Eu incluo-me naqueles que, com menor visão ou maiores limitações, vou sustentando até muito tarde a ideia de que havemos de continuar a luta, de que há que integrar o Movimento nas Forças Armadas, de que há que recuperar a hierarquia…

Manuel de Lucena: Quando vem a Portugal no dia 4 de Maio já está bastante preocupado com esses sintomas…

Almirante Almeida e Costa: Estamos, mas ainda estamos no começo. Aí, nessa altura, o principal problema é não haver directivas, directivas formais, dando indicações ao comandante-chefe e à alta hierarquia civil do que é que se ia fazer. Porque, entretanto, os problemas económicos também se iam agravando: os problemas da moeda, os problemas do pagamento das importações, tudo isso começava a criar dificuldades no território. Não eram dificuldades de monta, mas era sobretudo sentir que se estava… E isto era no principio de Maio…

Manuel de Lucena: Quando o sr. general Costa Gomes volta da viagem a Moçambique produz declarações, ou ele ou o Almeida Santos (agora tinha de verificar): «Em Moçambique está tudo bem. A principal preocupação que trago é económica.»

Almirante Almeida e Costa: Pois. Porque ninguém se dá conta… O general Costa Gomes sabia que havia uma grande desvalorização das Forças Armadas…

General Sousa Meneses: Sr. almirante, se me permitisse… Quero dar-lhe uma achega. A respeito de Lisboa não lhe dar directivas, do comandante-chefe não receber directivas: exactamente nessa altura estou a ser nomeado como chefe de Estado-Maior, e o [general Orlando] Barbosa, que era o meu comandante-chefe, para irmos para Moçambique. E eu disse ao Barbosa: «Homem, quando é que a gente vai e aonde? A gente não pode embarcar sem ir ao Estado-Maior, ali na Cova da Moura, falar com o general Costa Gomes. O que é que a gente vai para lá fazer?» Íamos substituir o general Bastos Machado

e o João Oliveira. Pedimos audiência e ele recebeu-nos meia hora depois (muita confusão, muitos oficiais a entrar e a sair): «Então, vão, sim senhor. E quando é que vão?» «No dia 8.» «Mas então já têm as malas feitas?» «Já, sim senhor». Eu tinha uma certa deferência para com o general Costa Gomes, tínhamos trabalhado juntos no Estado-Maior do Exército. Eu, muito novo, e ele mais velho. E disse-lhe assim: «Mas ao fim ao cabo o que é que nós vamos para lá fazer?» «Olhem, vocês sabem isso melhor do que eu porque conhecem os dois muito bem Moçambique…» É claro que isto é uma frase de palácio…

Almirante Almeida e Costa: O sr. general era CEM do Comando-Chefe.

General Sousa Meneses: Nós sabíamos que íamos substituir um general, comandante-chefe e chefe de Estado-Maior, que lá estava e que, enfim, por alguma razão se vinha embora. De facto, disse o almirante e muito bem, havia uma grande insegurança, havia uma grande imprecisão sobre tudo.

Almirante Almeida e Costa: De forma que a camada de origem europeia de Moçambique, que era muito pequena, divide-se pelas várias facções, da facção de direita ultra-radical até aos pró-Frelimo. Mas este reduto da direita, o núcleo duro mantém-se enquanto o apoio à Frelimo é crescente. E eu, como referi, como fazia parte da Comissão Coordenadora [do MFA] sou contactado por imensos engenheiros, advogados, técnicos superiores, tudo branco (eu só me avistei com um grupo de apoiantes da Frelimo negros para desfazer, e foram excelentes, o Craveirinha, etc., para desfazer lá um imbróglio e eles foram extremamente cooperantes e parecia que ninguém da parte deles estava interessado em que surgisse algum problema em Moçambique); da população branca, eu recebia engenheiros, arquitectos, médicos, e todos eles me iam progressivamente conhecendo. Vários [diziam]: «Vocês têm de dar isto à Frelimo. A Frelimo é que é bom.» Este sentimento ia progressivamente

alargando mesmo por esse sector... depois vieram-se todos embora… Mas a verdade é que a situação se estava de tal forma a degradar, e se tornava tão visível a insustentabilidade da vida em Moçambique, que se esperava pela vinda da Frelimo. A consequência disso… Venho novamente em Junho a Lisboa com o encargo de transmitir ao general Costa Gomes e a outros elementos – creio que à JSN, à Comissão Coordenadora e ao primeiro-ministro, que na altura era já o coronel Vasco Gonçalves –, a ideia de que não se pensasse em nenhuma outra solução que não fosse a transferência do poder para a Frelimo. E mesmo isso teria de ser feito em condições rapidamente para evitar o colapso geral de Moçambique. Eu próprio me convenci, e hoje não tenho dúvida nenhuma, de que esta devia ter sido a solução encarada desde o início, de que não havia outra solução e de que era uma fantasia, ou pelo menos, uma inocência excessiva, pensar-se que as soluções propugnadas no livro do general Spínola eram minimamente viáveis. Aliás, na recensão dos jornais verifiquei que algum dirigente africano teria dito: «Se essa ideia do referendo tivesse sido proposta ainda antes da guerra ou no começo da guerra, talvez; agora está fora de causa.» Mas, como digo, o general Spínola vinha conspirando, não sei se é o termo justo, não encontro outro melhor, vinha julgo que paralelamente conspirando com os sectores radicais de Moçambique, incutindo-lhes algum ânimo, directamente ou por interpostas pessoas, ao mesmo tempo que se ia progressivamente conformando com o processo de descolonização (que começou pela Guiné, etc.). Vinha também, no caso de Moçambique, alimentando, através de encontros, através de recados, os sectores mais radicais. [Simultaneamente] ia fazendo cedências, designadamente junto de gente do grupo da Fico, vinha tendo entrevistas com essa gente, ele directamente ou outros, dando esperanças de que havia ainda soluções que não a de entregar o poder à Frelimo. De forma que, quando dou conhecimento desta situação ao general Costa Gomes, que é uma pessoa de muito poucas

palavras, um homem muito inteligente mas muito cauteloso (eu compreendo a cautela nessas situações), ele dá-me a entender que se está a preparar um encontro secreto com a Frelimo. Esse encontro terá lugar entre o ministro Melo Antunes e a Frelimo e propõe-me que eu vá assistir a esse encontro. Esse encontro é várias vezes adiado, à espera de que o general Spínola faça uma declaração pública e promulgue uma lei, que é a Lei 7/74, que abre a porta à descolonização e à entrega do poder à Frelimo. Esse discurso é proferido no dia 27 de Julho, se não estou em erro e a Lei sai nessa altura e é só depois disso que o ministro Melo Antunes considera eficaz a sua ida a Dar-es-Salaam, a um encontro secreto em que eu o acompanhei (e de que tomei notas). Eu nunca falei com o general Spínola, só conheci o general Spínola há cinco ou seis anos, mas estou recordado de que a nossa ideia, a ideia que o general Costa Gomes e o ministro Melo Antunes me transmitem, é a de que se vai negociar um período de transição, no qual se formará um Governo constituído em três quatros por portugueses e um quarto por gente da Frelimo. Haverá um período de transição de quatro ou cinco anos, findos os quais se fará a transferência definitiva do poder. Essa é, digamos, a ideia que me é transmitida pelo ministro e pelo general e que depois me é confirmada no avião, quando vou para Roma, primeiro, e, depois, para Dar-es-Salaam, em que o ministro Melo Antunes se mostra um pouco céptico quanto à receptividade da Frelimo.

Só um parêntesis: quando eu encontro o Otelo Saraiva de Carvalho em Lisboa e lhe digo: «Então vocês fazem uma reunião em Lusaca e nem sequer nos avisam previamente do que se vai passar, pelo menos para a gente preparar a opinião pública para que aquilo não fosse um choque tão grande em Moçambique, particularmente entre os militares?» Ele diz assim: «Eh pá, eles são uns tipos porreiros. O período de transição pode ser de quatro ou cinco anos.» Havia esta

ideia dos quatro ou cinco anos. Eu próprio estava convencido. Nós estivemos três dias em Dar-es-Salaam…

Falha na gravação devida à mudança de cassete.

Almirante Almeida e Costa: Era do conhecimento do Mário Soares e do Otelo. Eu vou a esta outra, que não é uma reunião oficial. É uma reunião oficiosa e secreta, não é divulgada, não é publicitada, mas ao contrário… Voltando ao livro do Jorge Jardim, *Moçambique Terra Queimada*, é do conhecimento do general Spínola, do general Costa Gomes. Não é portanto o ministro Melo Antunes que resolve meter-se no avião e por sua iniciativa ir para lá. Eu próprio vou munido de passaporte diplomático. E vamos portanto numa condição clara. Somos recebidos pelo embaixador de Portugal em Roma e pelo secretário da embaixada, onde ficámos um dia ou uma noite. Portanto, é secreta, é certo, mas não é uma reunião clandestina da iniciativa do ministro Melo Antunes. Só que o ministro Melo Antunes, nenhum de nós tem, Portugal não tem trunfos para negociar com a FRELIMO, na minha opinião. A situação tinha chegado a um ponto tal que o que era preciso era discutir como é que se ia fazer a transferência de poderes. E ao contrário desta ideia que o general Spínola tinha transmitido de que o Governo era formado por três quartos de portugueses…

Manuel de Lucena: O general Costa Gomes.

Almirante Almeida e Costa: O general Costa Gomes e o Melo Antunes.

Manuel de Lucena: Enganou-se agora e disse Spínola…

Almirante Almeida e Costa: Não. O Spínola é que lhes tinha dito a eles. Porque quando, no fim da reunião, nós saímos com a contraproposta da Frelimo de que queria um período de transição de nove meses, independência em 25 de Janeiro de 1975 e um governo com três quartos da Frelimo e um quarto português, eu recordo-me do Melo Antunes me dizer assim: «O general vai-se mandar para o chão.» Até me pergunta se eu quero ir e eu digo assim: «Eu não. Eu

não conheço o general e não estou nada interessado em conhecê-lo agora!» E desliguei daquele assunto. Mais tarde, perguntei ao Melo Antunes o que é que se tinha passado e ele disse-me que tinha levado o papel ao general (o papel foi dactilografado na minha presença em Dar es Salaam), e contou-me ele que foi de helicóptero com o Almeida Santos ao Buçaco onde estava o general Spínola, entregou-lhe o papel e, como ele me tinha dito que o homem ia ter uma fúria, eu perguntei-lhe: «Então e o general?» «O general pôs o papel de lado e não disse nada. Leu o papel e não disse nada.» De maneira que eu perdi essa oportunidade de ver o general Spínola zangado.

Manuel de Lucena: A proposta que vinha daqui era de dois terços?

Almirante Almeida e Costa: O que se passou foi ao contrário. E em vez de ser um período de transição de quatro anos veio a ser um período de transição… Isto era a contraproposta da Frelimo. Essa contraproposta foi redigida pelos membros da Frelimo e por mim. Ficámos uma noite a pé, o Melo Antunes estava bastante cansado, e, aliás, tratava-se apenas de passar a escrito. Eles é que passavam a escrito o que era a contraproposta deles e nós conversámos ali sobre alguns detalhes. [Eu], o dr. Joaquim Chissano e o Óscar Monteiro no meu quarto de hotel. Ali é que foi redigido e dactilografado o documento. Na madrugada seguinte foi lido e fez-se uma reunião. E trouxemos esse projecto ou esta contraproposta da Frelimo, que veio a ser aquela que serviu de base, creio eu, a negociações que posteriormente foram conduzidas pelo dr. Almeida Santos, não sei se pelo dr. Mário Soares também, em reuniões posteriores que não sei onde tiveram lugar e quantas foram, e que vieram depois a dar lugar ao acordo de Lusaca, no qual se previa a criação desse governo e a criação do cargo de alto-comissário que veio a ser confiado ao almirante Crespo.

Havia muita coisa a dizer mas sei que estou a roubar tempo aos outros. Só queria manifestar aqui que infelizmente nunca foi feita

justiça ao papel importantíssimo que o almirante Crespo, digo isto com toda a sinceridade, teve como alto-comissário. Mas essa é a história dele, é a história que ele contará.

Portanto, quando vamos fazer o Acordo de Lusaca, o almirante Crespo também vai, vai o ministro Almeida Santos, o ministro Melo Antunes, o ministro Mário Soares. Vai o major Casanova Ferreira, vai um representante do comando-chefe, que é o major Lousada. Nas notas que eu tinha, diz lá que era para ir o sr. general [Sousa Meneses] mas que estava doente…

General Sousa Meneses: Não, não. Não estava nada doente.

Risos.

Almirante Almeida e Costa: Fomos sete. Fui, segundo o Melo Antunes diz, porque como eu tinha assistido às reuniões de Dar-es Salaam, o Samora Machel teria dito que gostava que eu fosse. Assisti às reuniões. Depois, convenci, em má hora, o Lousada a voltar para o comando de Nampula. Ele veio de táxi aéreo para Nampula. Nessa noite ele apanhou um grande susto porque ficou alojado num hotel junto da Frelimo quando rebentaram os acontecimentos de 7 de Setembro em Lourenço Marques. O Samora Machel e os outros pensaram que tinha sido uma traição preparada pelo governo português. E o Lousada apanhou (julgo eu, julgo eu, não tenho a certeza) um grande susto porque o Samora Machel perdeu a cabeça, nessa noite perderam todos a cabeça quando souberam o que se estava a passar em Lourenço Marques.

Se quiserem fazer perguntas…

Manuel de Lucena: Só uma coisa de pormenor: a contraproposta da Frelimo - nove meses de governo [de transição] com 75% de elementos deles -, na medida em que colaborou na redacção, esse acaba por ser o documento de acordo da reunião…

Almirante Almeida e Costa: Não, não, não. Eu não colaborei na redacção. Eu nem era nada. Eu era apenas um ajudante do Melo Antunes. O Melo Antunes nem esteve presente. Havia apenas

questões de português a tratar. E, portanto, eles vieram com uma garrafa de *Cognac* para o meu quarto, ficámos ali a conversar, eu via o papel, mas esta contraproposta deles é exclusivamente deles. É uma folha dactilografada, que eles dactilografaram, e eu… Recordo-me por exemplo de uma palavra: engajar.

Manuel de Lucena: Foi conselheiro gramatical.

Almirante Almeida e Costa: Recordo-me por exemplo de engajar. Havia lá: «O povo moçambicano esteve engajado.» E eu dizia: «Engajar é galicismo.» E pensava que não era uma palavra portuguesa. Recordo-me desse detalhe. E, afinal, ficou a palavra portuguesa... Portanto, eram essas questões de português e de arrumação do texto, mais nada. A proposta é deles. Portanto, eu estive presente porque era o secretário do Melo Antunes, o Melo Antunes estava exausto e pediu-me para estar presente para os ajudar, se fosse preciso, nalguma coisa. Mas o documento era deles; foi feito nessa noite.

Manuel de Lucena: Eu pedia talvez ao sr. general [que interviesse] não só para estabelecer o equilíbrio entre o Exército e a Marinha mas também porque foi a seguir [para Moçambique].

Almirante Almeida e Costa: Eu comecei em Novembro a fazer um diário. Tive o sexto sentido de que se ia passar qualquer coisa. E, a partir de Novembro de 1973, comecei a escrever o que se passava. Era um diário intermitente. E fui juntando os documentos que tinha: mensagens para Lisboa de queixas, de gritos lancinantes de ajuda, de que a situação se está a degradar, etc., tudo isso. Talvez por isso me tenha estendido um bocado mais.

Manuel de Lucena: Ó sr. general, quando foi ter à Junta para pedir orientações ao general Costa Gomes foi com que outro sr. general?

General Sousa Meneses: Com o comandante-chefe nomeado, que era o general Orlando Barbosa.

Almirante Almeida e Costa: Porque depois o general Bastos Machado foi substituído pelo Orlando Barbosa.

General Sousa Meneses: Nós chegámos lá a Nampula e eles não sabiam quem a gente ia lá substituir. Uma coisa absolutamente…

Almirante Almeida e Costa: Era o sr. general coronel.

General Sousa Meneses: Eu era coronel. Mas era coronel tirocinado.

Almirante Almeida e Costa: E o general Barbosa chegou na mesma altura?

General Sousa Meneses: Fomos os dois no avião da TAP, direitos à Beira e da Beira seguimos para Nampula. Nessa altura, a TAP ainda servia à meia-noite uma ceia.

Manuel de Lucena: Falou [o almirante Almeida e Costa] em dois abaixo-assinados, um de 23 de Janeiro, posterior aos acontecimentos de Vila Perry, é já um manifesto sob a forma de abaixo-assinado ao comandante-chefe. O anterior, que é um abaixo-assinado ao ministro do Exército…

Almirante Almeida e Costa: Exacto. É dos capitães e majores. É só de oficiais do Exército.

Manuel de Lucena: De quando é?

Almirante Almeida e Costa: De Novembro de 1973.

General Sousa Meneses: Eu suponho que esses documentos estão em Coimbra, no Centro de Documentação 25 de Abril.

Almirante Almeida e Costa: Eu tenho cópia deles. Aliás todos os outros documentos de Moçambique, incluindo os meus, foram entregues lá no Centro de Documentação 25 de Abril. O abaixo-assinado ao comandante-chefe é uma reacção aos acontecimentos da Beira, uma reacção de indignação dos militares por causa dos acontecimentos da Beira.

Manuel de Lucena: O outro já é uma espécie de manifesto. Esse o que é que pede exactamente?

Almirante Almeida e Costa: Esse, afinal de contas, pede que a honra das Forças Armadas seja lavada dos insultos e das ofensas. Mas pede-o de uma forma que aponta para a necessidade de

reformas políticas, para a responsabilidade do sistema político; e declara que não estão dispostos a aceitar a responsabilização pelos desaires que haja em Moçambique.

Jorge Almeida Fernandes: Usa a exactamente expressão: «A solução da guerra é política.»

General Sousa Meneses: Eu queria dar aqui uma pincelada de um minuto só para dar um pouco dimensão do que é esta coisa de Moçambique: daqui de baixo até lá acima a costa tem à volta de 2000 quilómetros; de Lourenço Marques até à área da guerra – Nampula – 1800 quilómetros, ou seja, Lisboa-Munique, mais ou menos isto; Tete é maior que Portugal (100 mil Km2); Niassa é bastante maior que Portugal (120 mil Km2); a região de Cabo Delgado mais ou menos [do tamanho] de Portugal; a região de Nampula tem 78 mil Km2; 102 mil a Zambézia, também bastante maior que Portugal; e por aí abaixo, etc. A população [andava] à volta de oito milhões (agora deve ser bastante menos) e riquezas são aquelas que todos nós sabemos. O fundamental são os portos e os serviços prestados nos portos. E todos estamos convencidos de que esse será o futuro de Moçambique. Portanto, tudo se passa daqui para cima. Em boa verdade tudo se passa daqui para cima e raramente se passa alguma coisa aqui na Zambézia. Portanto, concretamente, é daqui para cima [da região] dos Macuas (povo de milhão e meio da região de Nampula) que se passa a guerra. Os Macondes encostam aqui ao Rovuma, de um lado e de outro do Rovuma, por aí fora são outras etnias.

Luís Salgado de Matos: É capaz de apontar onde é que era a linha do Messalo?

General Sousa Meneses: O Messalo é acima de Porto Amélia. Era a barreira, mas eles passavam para baixo. Ali foram seguros muito tempo. Em 1969-1970 ainda se segurou [a Frelimo?] acima do rio Messalo. O grande problema para o Exército era o seguinte: a gente fazia inicialmente, em 1968-1973, o apoio logístico da guerra a partir

de Lourenço Marques. Estão vocês a ver o que isto era. Ou ia por mar, nuns barquinhos relativamente pequenos; ou ia por terra e até à Beira ainda ia razoável porque a estrada era mais ou menos asfaltada; mas daí para cima, atravessar a Zambézia e o Zambeze era uma coisa absolutamente louca. A guerra em Moçambique teve sobretudo problemas logísticos de grande importância. Mas esse é outro assunto de que poderei falar adiante.

Escrevi aqui um papelinho para ver se não me demoro muito tempo. Chamo a isto uma visão militar. Quer dizer, isto é a minha visão, a de um oficial de Estado-Maior que assumiu determinadas funções. É como eu via esta coisa militarmente. Tem muito pouco de política, tem muito pouco de economia, tem muito pouco de administração. Tem sobretudo aquilo que são os problemas militares (aliás, alguns já foram aqui mencionados e que eu vou tentar desenvolver).

O que digo logo assim a começar, numa introdução, é que não era fácil, se é que não era impossível, fazer uma descolonização durante uma guerra subversiva. A gente está a fazer uma descolonização com a guerra subversiva; é o pior que nos podia acontecer. E porquê? Porque é o confronto de duas atitudes que são completamente opostas: o colonizado quer agarrar o poder o mais depressa possível; o colonizador quer ir mais devagar e quer dar o espaço aí de uns anos, e não de alguns meses, para ver se consegue manter o poder político, o poder administrativo e o poder militar até que as coisas tomem o seu caminho normal. Se ainda por cima o fenómeno acontece, como no nosso caso, sobre a acção e efeito de uma acção profunda dentro do colonizador, só por acaso ou por habilidade e moderação das partes – nossa e da Frelimo – é que poderia acontecer uma descolonização razoável. O que seria uma descolonização razoável no meu entender, e no de todos nós, com certeza? Uma passagem regular, o mais metódica possível e o mais disciplinada, dos poderes do colonizador para o colonizado e por esta ordem: o poder político, o poder administrativo e o poder militar,

ficando o poder militar para o fim para garantir a evolução do poder político. Parece-me por demais evidente, e por isso desnecessário fundamentar as afirmações feitas. […] Então ao que vêm elas? Vêm para poder afirmar que a descolonização feita não foi exemplar, mas foi razoável, como tentarei descrever em meia dúzia de casos com uma certa gravidade que se resolveram favoravelmente. É evidente que eu fui parte activa neste fenómeno e portanto poderei ajeitar as coisas à minha presença. Mas também é evidente, e peço que acreditem, que sou credor de grande credibilidade. Porquê? Porque não tenho qualquer responsabilidade no 25 de Abril, não queria que desse bem nem queria que desse mal; não pertenci a nenhum partido político nem antes nem depois do 25 de Abril; e sempre dignifiquei com honra a minha profissão (até aos limites das minhas capacidades). Mas ainda antes de entrar propriamente no tema da descolonização de Moçambique, parece-me importante assentar em alguns pressupostos que por serem doutrinários teriam de ser respeitados, sem o que não era possível descolonizar. Refiro-me à maneira como entendíamos a subversão. Faço aqui uma pequena pausa para dizer àqueles que não sabem que o Estado Maior do Exército publicou um livro sobre a doutrina da guerra subversiva, de que eu, por acaso, sou co-autor […]; até o problema da «Operação Conacri» e o problema do Mondlane são aqui tratados no capítulo da guerra subversiva e da guerra contra-subversiva, que se chama a «Ética da guerra subversiva» – matar ou não matar os chefes. E foi ouvido o general Spínola e ele fez uma declaração subversiva e disse: «Não senhor, não mandei matar ninguém.» […] Portanto, eu tenho aqui meia dúzia de pontos importantes. Era ponto assente para todos nós que a subversão tinha como factor essencial de êxito o apoio da população. Ora, quando arrancámos com a descolonização, por força do 25 de Abril, nem de perto nem de longe a população estava do lado da subversão. Talvez desejasse o poder negro, mas não sabia como adquiri-lo. E, sobretudo, não era unânime na aceitação da

Frelimo. Pode-se dizer, numa síntese muito rápida, que a implantação política da Frelimo era forte em Cabo Delgado, fraca no Niassa, era activa mas incipiente em Tete e era praticamente inexistente desde a Zambézia até cá a baixo, ao Maputo. O segundo factor de [êxito] é o segredo que a subversão procura preservar na defesa da sua organização e nas suas acções. A Revolução de Abril avança, desde o início, com a neutralização do único órgão de informações razoavelmente eficiente de que o colonizador dispunha, que era a PIDE. A descolonização teve por isso de caminhar um pouco às cegas. E das duas uma: ou criava um mínimo de confiança junto do descolonizado, no caso concreto a Frelimo, e a coisa podia desenvolver-se razoavelmente; ou não criava e teríamos, provavelmente, um colapso grande. Aquilo que procurámos fazer foi exactamente criar um clima de certa cooperação e confiança entre nós e a Frelimo. Como terceiro factor no terreno, sobretudo para cima da Zambézia, o colonizador tinha espalhado os seus meios com vista a poder controlar as populações: falou o sr. almirante e muito bem em cerca de 160 forças localizadas e espalhadas; forte ocupação nesta área [aponta para o mapa], muito menor nesta [idem], começou a ser forte nesta a partir de 1973 [idem]; e daqui para baixo praticamente nada, como disse o sr. almirante. Daí que a descolonização, para decorrer com ordem e disciplina, exigisse uma acção fortemente centralizada na concepção e no planeamento, mas fortemente descentralizada na execução das manobras da descolonização. Estes três factores serão os mais importantes, do meu ponto de vista, e constituem pressupostos de muitas das acções que a seguir se descrevem.

E agora entro propriamente no capítulo da descolonização. Eu reparto este trabalho em duas partes: primeiro, a descolonização até ao Acordo de Lusaca em que eu de facto estava lá; e depois do acordo de Lusaca, período que o Almirante Vítor Crespo saberá descrever muito melhor do que eu.

A fase que vai dos primeiros dias de Maio de 1974, data em que cheguei a Nampula, até à assinatura do Acordo de Lusaca caracteriza-se pela incerteza e pela constante evolução dos acontecimentos, por vezes, com sentidos contraditórios: os boatos ferviam, a informação e contra-informação proliferavam, quer em Lisboa quer em Moçambique. Os da Esquerda, que dominavam de facto a informação, aceleravam por todos os meios a solução independentista; os da Direita jogavam forte na criação de notícias visando o caminho da autodeterminação (que era mais ou menos, como se sabe, a tendência spinolísta) para dar voz à maioria do povo de Moçambique que, diziam, não era com certeza representada pela Frelimo. No meio desta confusão, os chamados Democratas de Moçambique, ou melhor dizendo, os brancos que com algum poder, dinheiro, inteligência e algum poder social, e que eram contra o regime antes do 25 de Abril, repartiam-se por um ou outro lado, mas mais para o lado da Frelimo, na esperança de salvar as respectivas posições e interesses. Alguns conseguiram, a golpes de habilidade e de influência, ser ouvidos. A citação deste quadro serve apenas para funcionar de antecâmara a algumas das acções militares ou decisões que foram tomadas nesta fase da descolonização. E a primeira certeza que muitos de nós, responsáveis militares, adquiriram, logo de início, foi a de que a Revolução de Abril pretendia acabar com a Guerra do Ultramar, e o mais depressa possível. Como e quando era em função do evoluir da situação, embora o Programa do MFA respondesse claramente como. Mas as contradições que se vão verificando e os adiamentos que se vão seguindo, e que já depreenderam da exposição do sr. almirante, não surpreendiam quem tinha algum conhecimento do evoluir das revoluções deste tipo, sobretudo quando fortemente activadas pelo pragmatismo comunista. Daí que todos os responsáveis pela descolonização tivessem o imperioso dever de se conduzirem com a maior das imparcialidades, sem o que a confusão poderia aumentar e levar ao colapso. Para

muitos, nem sempre foi fácil conservar a cabeça fria. E é com este espírito que gostaria de descrever e comentar meia dúzia de factos acontecidos até à celebração do Acordo de Lusaca.

Primeiro: a disciplina e o respeito hierárquico dentro da nossa estrutura militar estavam fortemente abalados. A ideia dominante era a de que se tornava necessário acabar com a guerra a todo o custo. A prática do saneamento - de inspiração comunista, como sabem -, inibia muitos militares do cumprimento dos seus deveres e, até, da obediência às ordens superiores. A lassidão começava a dar passos agigantados e o medo de uma rendição militar em Mueda - o centro da guerra em Cabo Delgado -, significaria a desonra e o desprestígio das Forças Armadas, especialmente do Exército. Para mim, pessoalmente, que antevi com bastante pânico esta rendição. «[…] Este é o fim da minha carreira, vou-me embora, saio envergonhado daqui para fora.» Mas depois a coisa evolui. A tropa combatente do escalão companhia para baixo desconfiava da capacidade dos comandos [hierárquicos] para conduzirem o processo de descolonização com o entusiasmo e a celeridade necessárias. Sucediam-se as reuniões do MFA; perdiam-se horas em análises políticas no Cinema Militar de Nampula, a discutir tudo, desde a guerra à situação política em Lisboa - e nós com problemas gravíssimos para resolver em Moçambique...

São então tomadas três decisões que, a meu ver, trazem um pouco de ordem e confiança no processo - duas de iniciativa do Comando-Chefe de Moçambique, outra do Conselho da Revolução.

Almirante Almeida e Costa: Na altura, da Comissão Coordenadora do MFA.

General Sousa Meneses: Está bem. Lá em Moçambique também era Comissão Coordenadora?

Almirante Almeida e Costa: Era. Lá havia mais do que uma. Eu pertenci aquela junto do Governo-Geral e havia a de Nampula.

General Sousa Meneses: Peço desculpa da minha ignorância. Eu estava lá com eles todos. Infelizmente via só a minha guerra…

Três decisões tomadas: em Maio de 74 cria-se e integra-se na estrutura do próprio Quartel-General uma 6ª Repartição, que organicamente nunca existiu em parte nenhuma e que se chamava «Repartição Política»…

Luís Salgado Matos: Talvez [inspirada] no Exército Vermelho…

General Sousa Meneses: Talvez fosse inspirada lá… para informar e ajudar às decisões do comandante-chefe.

Manuel de Lucena: Como é que se chama esta?

General Sousa Meneses: 6.ª Repartição Política. Nós é que a baptizámos. Eu falei com o general, comandante-chefe, e disse assim: «Vou meter ordem nisto se estiver de acordo.» «Estou de acordo, sim senhor.» Já vou dizer porquê. Primeira medida.

A segunda decisão que considero fundamental: [o envio] uma directiva-mensagem a todos os comandos subordinados sobre a conduta operacional a partir daquele momento. Finalmente, a Comissão Coordenadora do MFA [em Lisboa] decide enviar uma missão a Moçambique, constituída por três oficiais do MFA: o tenente-coronel Fischer Lopes Pires [do Exército,] o capitão-tenente Vítor Crespo [da Marinha] e o major piloto-aviador Fernando Seara.

Vamos agora à 6.ª Repartição. A chefiar e a servir na 6ª Repartição colocaram-se oficiais claramente identificados com o MFA. Hesitou-se bastante se havia de ser o [Aniceto] Afonso ou o [Mário] Tomé. Acabámos por optar pelo Tomé, que é mais truculento, mas também mais fácil de segurar porque é um rapaz bastante generoso. O Afonso é um tipo muito calado, a gente não sabe bem … De maneira que vem para cá o Tomé. A ideia era criar na cadeia de comando e nas decisões do comandante-chefe (isto é muito importante) o factor político, para que os executantes - batalhões, companhias, soldados e praças – aceitassem as ordens militares com maior legitimidade revolucionária. Esta é que era a grande ideia! No período anterior ao

Acordo de Lusaca, ou seja, antes da chegada do Alto-Comissário, o sistema funcionou e amorteceu muito a contestação revolucionária. Mais tarde, a 6.ª Repartição desapareceu [tão depressa] como tinha aparecido. Quando [Victor Crespo] chegou, a legitimidade revolucionária era ele, o almirante.

Agora outro ponto: a guerra arrastava-se já sem qualquer proveito e sem qualquer interesse para ambas as partes. Pela nossa parte, era imperioso dar passos firmes conducentes ao cessar-fogo, se possível geral - uma vez que isso era competência dos políticos -, mas pelo menos um cessar-fogo local, por entendimento entre as partes. As notícias que chegavam da Guiné entusiasmavam-nos nesse caminho. Portanto, e em termos práticos, era por demais evidente, para nós, que não devia morrer nem mais um soldado português em Moçambique, porque seria uma morte inglória e uma morte injusta (este pensamento vai justificar algumas acções operacionais que nós daqui a pouco vamos descrever). Este ponto passou a ser ponto de honra para todos os militares que planeavam ou tinham responsabilidades em Moçambique. Assim se difunde a directiva operacional, cuja cópia tenho aqui, que proibia as acções ofensivas, excepto quando se tratasse de melhorar ou consolidar acções defensivas. Tudo ressalvando, como é óbvio, a honra e a dignidade do Exército. Lerei duas ou três passagens dessa directiva, de Julho de 1974, para o mês de Agosto: «Obedece aos seguintes princípios: acções defensivas só em defesa próxima e imediata do aquartelamento…

Manuel de Lucena: Tem a data exacta?

General Sousa Meneses: 18 de Julho de 1974.

Manuel de Lucena: E a criação da Repartição é da mesma altura?

General Sousa Meneses: É um bocadinho antes. Podia desenvolver mais a [história] da 6.ª Repartição. Se tivermos tempo no fim … Tem uns antecedentes. […] A directiva operacional obedece aos seguintes princípios: «acções defensivas só em defesa próxima e diante do

aquartelamento; liberdade das comunicações; defesa dos núcleos populacionais e manutenção das actividades económicas essenciais. Acções ofensivas só na medida de garantir estas acções defensivas, autorizando – e agora vem aqui uma coisa muito importante – o estabelecimento de contactos de nível local com grupos de guerrilheiros, no sentido de estabelecer-se cessar-fogo localmente». Não vale a pena ler mais para não se perder tempo: vamos defender mas sempre com dignidade e contra-atacar sempre que a defesa o exigir. Por outro lado, vamos começar a procurar os contactos locais – não tínhamos ordem de cima, de Lisboa, nem eles podiam, não tinham aprovado nada. A Frelimo também aceitou isso muito bem.

A chegada a Moçambique, salvo erro no dia 26 de Julho, dos três oficiais do MFA foi um facto da maior relevância, no sentido de se serenar o espírito revolucionário de oficiais e sargentos e para se estabelecer um razoável grau de confiança na estrutura e hierarquia militares. Tenho dificuldade, aqui e agora, como é evidente, em desenvolver este tema, por razões de variadíssima ordem, mas quero deixar claro que este facto, que parece insignificante e quase de rotina, contribuiu em elevado grau para restabelecer alguma ordem nos espíritos mais revolucionários, para reordenar a cadeia de comando e para ajudar a solucionar algumas questões de indisciplina das tropas, que a verificarem-se poderiam constituir um verdadeiro desastre nacional. Refiro-me em especial ao já citado caso de Mueda, e de que vou agora dizer mais umas palavrinhas.

Era grave o estado moral e psíquico das tropas colocadas em Mueda - centro da guerra em Cabo Delgado, há mais de dez anos assiduamente fustigado pelas forças da Frelimo, capital dos Macondes, base para todas ou quase todas as acções levadas a cabo no Norte de Moçambique, centro logístico de elevada importância e enfermaria de sector, que funcionava como hospital cirúrgico móvel, capaz de realizar todas as cirurgias de guerra até colocar os feridos em condições de transporte para Nampula. Quantas pernas se

cortaram em Mueda… acantonamento militar com mais de dois mil homens. As notícias de Portugal, o cessar-fogo da Guiné, as confusões da política, as contradições da procura da paz (que já foram aqui referidas) e o ambiente geral de fadiga da guerra… Em Mueda o espírito de «não vale a pena», de «não merecem o esforço», caminhava a passos largos…

Falha na gravação devida à mudança de cassete.

…Fazer uma manja (manja é a palavra local para dizer reunião), falar da realidade revolucionária e levantar a alma daqueles camaradas que estava muito deprimida. Depois, fizessem o que lhes aprouvesse - mas sempre no sentido de manter a coesão das Forças Armadas. Assim aconteceu, eles lá foram – o que eles fizeram, quantos mataram, não sei nem preciso de saber, o que sei é que Mueda aguentou até ao fim com toda a honra e com toda a dignidade. E deixo aqui a minha homenagem. Sobre isto não digo mais nada.

Agora vamos ao ponto dois. Como já se referiu, o dispositivo das nossas forças cobria praticamente todas as terras e terriolas onde se manifestavam actividades subversivas. No sector de Cabo Delgado, o dispositivo estava mais concentrado; no Niassa e em Tete, mais disperso. Havia que começar a planear, caso a caso e com cuidado, a retirada dessas forças, primeiro do mais longe e mais difícil, depois dos mais próximos. [Primeiro para] as sedes dos batalhões, depois dos batalhões para as vilas e cidades e, finalmente, para os portos e aeroportos […]. Os portos escolhidos foram, como é evidente, Lourenço Marques para as forças do Sul, Beira para as forças do Centro e de Tete, e Nacala para as forças do Norte e do Niassa. Os aeroportos - [igualmente] Lourenço Marques, Beira e Nacala – Nacala que beneficiara de um arranjo feito em 1970para que o *Boeing 707* já pudesse aterrar. A grande condicionante para a realização destes movimentos já não era a acção directa do inimigo que, como nós, também queria a paz (punham uma mina aqui, destruíam uma ponte ali, mas isso para nós não era propriamente guerra, era mostrar que

ainda lá estavam). As minas que tinham sido espalhadas pelas picadas e pelas estradas poderiam em qualquer momento matar algum dos nossos homens. E nós tínhamos estabelecido, repito, quase como princípio sagrado, que não deveria morrer mais ninguém. Esta reorganização do dispositivo deveria fazer-se progressivamente e com a necessária antecedência, fixando as datas de chegada aos novos estacionamentos - mas com liberdade de execução. O comandante da Região Militar de Moçambique executou o plano de tal forma que não me recordo (já estou a falar mais para diante, depois volto atrás) de ter tido notícia de algum incidente por acção de combate durante esses movimentos, nem de qualquer atraso significativo nas datas de chegada ou de partida, quer aos estacionamentos quer aos portos e aeroportos de onde partiam [as várias forças]. Pode confessar-se, agora, que considerávamos o assunto de tal importância que, sem saber o que as partes iam resolver entretanto, as forças mais afastadas e mais isoladas já tinham iniciado os seus movimentos para os nossos estacionamentos antes do Acordo de Lusaca. Pela primeira vez falo neste assunto […].

É neste ponto da exposição que julgo oportuno citar dois casos de retirada das nossas forças que, indirectamente, tem repercussão no evoluir da descolonização. Olivença era uma pequena aldeia aqui [aponta para o mapa], nos confins do Niassa, encostada à Tanzânia, a 40 km do Lago Niassa, e de uma terra chamada Cobué, que era o portozito do Lago Niassa. Uma companhia de caçadores – mais ou menos 130, 140 homens – estacionava lá desde 1967 (era rendida de dois em dois anos) e fechava uma linha de infiltração qualquer da Frelimo […]. Queria dizer que esta companhia teria de ser uma das primeiras a retirar. Pelo Cobué - através de uma picada que já não utilizávamos há muito tempo? Pela estrada até Macalós, uma estrada que também devia estar carregada de minas onde podia morrer algum soldado e nós não queríamos? Pelo ar? Talvez, se não pudesse ser pelo Cobué. E então [decidiu-se]: vamos estudar o Cobué com

mais profundidade e vamos chamar ao Niassa, a Vila Cabral, um homem de quem já todos com certeza ouviram falar chamado Roxo, que foi um dos grandes combatentes que nós tivemos ali, um branco. O Roxo veio a Nampula para conversar connosco. Nós dissemos-lhe: «Ó Roxo, passa-se isto assim, assim. Vamos ver se a gente consegue tirar a companhia aqui pelo Cobué. Depois há aqui um bocadinho de estrada. São vinte e tal quilómetros de picada, vê como é que está essa picada, para nos ajudares a tirar a companhia de lá. E tu, se faz favor (ele tinha lá um grupo de gente que trabalhava com ele), e tu, com a tua gente, ajudas a fazer isso.» «Sim senhor, sim senhor.» Já agora, não está cá escrito [o general está a ler o seu depoimento] vou contar [a história] destes homens, destes combatentes, assim meios … Tudo combinado: «Levas um helicóptero, já mandei para Vila Cabral um helicóptero da Força Aérea, mas anda depressa porque dentro de dois dias a gente tem de tomar uma decisão.» «Sim senhor, sim senhor. Mas antes eu queria falar com o senhor…» «Diga lá.» «Ah mas eu não queria falar à frente do nosso general. Queria falar só com o meu coronel.» «Está bem.» Diz ele: «Eu quero regressar à metrópole.» Digo assim: «Não és tu que queres, nós também queremos. Faz favor, anda depressa com esta coisa toda, e vem cá para Nampula, traz a tua mulher e os teus filhos – eu não sabia nessa altura que ele era casado com uma preta e tinha dez ou doze filhos - e a gente embarca-te aqui num avião ou no porto de Nacala (estamos em Agosto, está a aproximar-se). Era o que faltava que a gente te deixasse ficar para trás.» «Sim senhor, mas tenho aqui uma coisa muito grave…» «Ó homem, diz lá o que é.» «É que todas as minhas economias são 750 contos […] e eu queria transferir esse dinheiro para a metrópole e isso é muito difícil.» «Ó homem, traz o dinheiro, fica aqui com os serviços de administração e de intendência e a gente há-de resolver isso; o dinheiro há-de ir para lá; ou em batatas ou em dinheiro, eu vendia-lhe as batatas e estava resolvido, eles lá na intendência resolvem isso num instante. De

maneira que vem cá trazer o dinheirinho, depois de cumprires a missão, trazes cá o dinheiro, vem a família e levas uma credencial e levantas o dinheiro e acabou.»

A informação sobre Cobué dizia o seguinte: «Não se pode retirar a companhia por Cobué, aqui está mato da altura de um homem, estão minas lá por baixo, a gente já nem as vê, não se sabe onde é que elas estão, de maneira que vai com certeza haver acidentes; por Cobué não pode ser, adeus, adeus, muito obrigado.» Para acabar, a companhia foi retirada em quatro Nordatlas e ficaram para trás, com grande desgosto meu, cinco viaturas que tinham ido para lá há menos de seis meses, viaturas de engenharia, daquelas pesadas, que nos fizeram depois uma falta! Mas não valia a pena morrerem homens por causa disso; ficaram lá. E o amigo Roxo nunca mais me apareceu; aparece depois no 7 de Setembro, a atacar o Rádio Clube de Moçambique […]. Este é o efeito de uma manobra destas.

O segundo caso é o do posto de Omar, e também é muito importante porque é a grande vitória da Frelimo sobre as Forças Armadas portuguesas. Omar era [um posto] de pequena altitude, talvez 100 metros - debruçado sobre o Rovuma, e [permitindo observar] pela Tanzânia dentro até uma base que a Frelimo tinha aqui [aponta para o mapa] e que se chamava **Nachingwea.** No tempo do Kaúlza [de Arriaga] o posto de Omar foi sempre muito difícil, era difícil de reabastecer, estava muito isolado, estava muito exposto àquela gente da Tanzânia e era sempre uma dificuldade reabastecer aquilo. Fizeram uma pista de 600 metros para um Dakota, para um avião mais pequeno, para um Cessna, […] e aquilo foi vivendo até que, depois de Olivença - a prioridade era retirar de Omar. […] Tínhamos lá duas peças de artilharia de 14, daqueles obuses grandes do tempo da [Segunda Guerra Mundial], que a gente não pode podia deixar ficar lá. Os rapazes [podiam] trazer uma espingarda, trazer uma malinha cada um, a gente fazia cinco ondas de helicóptero, 16 helicópteros cada onda, e trazíamo-los ali para 20 km a sul [?]. Mas esse material

de artilharia [tinha de ser destruído]. Como é que se destruía? O rapaz lá da companhia não sabia, como é natural. Mas nós em Porto Amélia tínhamos dois homens do serviço de material que sabiam fazer esse serviço. Mandámo-los lá a Omar, estudaram a coisa… «Ah, a gente tem de cortar [?] com dinamite.» Isto demorou dois dias, foram e voltaram. Ah, era para levantar no dia 8 de Agosto, Omar era para retirar, estava tudo planeado com a Força Aérea, no dia 8 de Agosto. No dia 2 de Agosto de manhã, ao nascer do dia, aparece uma força da Frelimo aqui [aponta para o mapa] pelo lado sul, metida dentro duma mata, um desses matagais, comandada por quem? Pelo Alberto Chipande, que depois veio a ser o ministro da defesa. «Ó comandante, já se deu o cessar-fogo em toda a parte. O Rádio Clube de Moçambique já deu [a notícia].» Era mentira. «Não vem cá fora para festejar aqui com a gente, beber um copo pela paz?» «Não vou.» O capitão estava em Lourenço Marques porque estava doente. Estava lá um alferes, também natural de Moçambique… a ingenuidade! «Venha cá fora.» «Vou.» «Não vou.» «Vou.» «Não vou.» E acabou por ir. Ele e um outro. Eles cercaram-nos e depois a companhia rendeu-se. Ora bem, esta foi a grande vitória... Ah, dessa companhia, quatro rapazes fugiram a pé, dois pretos e dois brancos, e vieram a pé ter a Mueda. Eram para aí os seus 40 ou 50 quilómetros em corta-mato. Trouxeram ao comandante do [acantonamento as notícias do] que se tinha passado. Este é um caso considerado pela Frelimo como uma grande vitória sobre as Forças Armadas portuguesas. E então têm nas suas publicações, no Museu da Libertação, cá em baixo em Lourenço Marques, a grande vitória, fotografias de Omar, lá estão os obuses. Malditos obuses!

Não expliquei uma coisa importante: essa ida e vinda dos dois oficiais a Omar… Era quase impossível guardar um segredo na guerra subversiva. Não sei, aquela malta ia para a messe, contava às mulheres, contava aos amigos, queriam armar-se em heróis, era impossível. De maneira que, o que se passou, com certeza absoluta,

[foi que] os dois oficiais que chegaram a Porto Amélia [e disseram]: «É uma chatice, a malta quer destruir aqueles dois canhões e tal». […] Eles anteciparam seis dias a invasão… E então cá está o obus.

Almirante Almeida e Costa: Eu tenho umas gravações das conversas…

General Sousa Meneses: [?] Eu voltei a Moçambique mais tarde, eles foram mostrar-me o Museu da Libertação, da Liberdade, e o Chipande é que foi comigo. […]

Bom, continuando. Está explicada a verdade sobre Omar. Em princípios de Julho, a Frelimo anuncia, pela voz de Samora Machel, que tinha aberto uma nova frente de combate na Zambézia. Nós, chefes responsáveis, não tínhamos dado por isso. E o próprio governador da Zambézia, que era um militar, desconhecia essa nova frente. Paralelamente, dentro do quartel-general em Nampula, alguns oficiais, muito próximos do MFA, começam a murmurar com insistência que o engenheiro Jorge Jardim ia atacar a Zambézia com os mercenários de que dispunha e com as forças que o seu auxiliar Orlando Cristina ainda comandava. A coisa trazia água no bico, mas as informações de que dispúnhamos no Quartel-General, através de gente ainda ligada ao engenheiro Jardim, que estava na Beira e que comunicava com ele, era de que este pretendia fazer vingar um plano, elaborado por ele, sim, sobre a independência de Moçambique; e que esse plano tinha sido apresentado e discutido com o dr. Banda. E mais: tinha sido apresentado e discutido com gente dos presidentes da Zâmbia e da Tanzânia. E ainda se dizia que esse plano não era sequer indiferente ao Samora Machel. Para nós, isto significava que o Jardim queria voltar a Moçambique pela porta da paz e não pela da guerra. Por outro lado, aqueles que conheciam bem o engenheiro Jardim diziam que ele era suficientemente inteligente e astuto para perceber que o fim da guerra em Moçambique era irreversível. Parecia que o mais seguro era conseguir um encontro com o engenheiro Jardim para tentar saber claramente as suas intenções.

Não podia ser convidado a vir a Moçambique, porque as autoridades portuguesas tinham ordem para lhe deitar a mão, [ordem] de captura. Foi escolhido um limite separador das águas do Lago Niassa – mais ou menos em frente a M'tangula. Foi aqui o encontro. Fui eu que fui lá e estivemos ali os dois a conversar.

Interveniente não identificável: Foi no meio do lago.

General Sousa Meneses: Foi no meio do lago, foi no limite separador das águas. Como sabe, o lago é metade nosso e metade da [Tanzânia]. Não me alongo sobre esta coisa. Quem já leu a *Terra Queimada*, ele [Jorge Jardim], lá nas páginas 320 a 330 descreve esta conversa toda. Ele nunca percebeu bem o que é que eu fui lá fazer, porque, em boa verdade, fui lá saber, para ter a certeza, se ele queria ou não criar uma frente na Zambézia, porque isso era altamente prejudicial para aquele plano de recolha do dispositivo que nós estávamos a organizar. […] Isso prejudicava-nos imenso: era a gente ter que preencher aqui este vazio [aponta para o mapa], tínhamos aqui duas companhias ou três, numa altura em que estávamos a recolher o dispositivo todo. Era uma confusão. Mas certifiquei-me de que, não senhor, o que ele queria de facto era voltar a Moçambique, que considerava ser a sua pátria, a sua terra, pelas mãos da Frelimo… E eu mais tarde, pouco mais tarde, já depois de Lusaca, tomei a liberdade de dizer um dia aos tipos: «Se vocês fossem inteligentes, o que faziam era convidar o Jardim para ficar cá e davam-lhe aí uma pasta de coordenador económico ou de ministro, controlavam-no. Porque, se o Jardim ficar cá, há milhares de outros portugueses que atrás dele ficam porque cria confiança. Um dia mais tarde, o Samora falou-me nisso: «Então o que você queria era uma atitude inteligente?» «Pode crer que era.» E eu dei-lhe a mão: «E eu considero que o senhor é um homem inteligente.» «Ah, mas não podia ser por causa das pressões.» «Eu sei que não podia ser, mas o senhor tinha ficado aqui com mais uns milhares de portugueses,

enquadrados em determinadas coisas importantes, se o Jardim lhes tivesse dado confiança.

Manuel de Lucena: Mas quando o senhor general encontrou o Jorge Jardim o que é que ele lhe disse?

General Sousa Meneses: Na conversa com Jardim? Está lá toda descrita no livro, mais ou menos.

Manuel de Lucena: Ah, é mais ou menos o que ele diz no livro.

General Sousa Meneses: É. É mais ou menos. Ele depois no fim… coitado … até me custa dizer isto. Ele no fim, eu chamo-o à cabine, estava lá um oficial da Marinha que era o comandante da Defesa Marítima de… está o nome dele lá [no livro] também … e estava também o meu chefe da 2.ª Repartição das Informações, que tinha ido comigo, e um outro oficial da Marinha. [Eu disse-lhe]: «Ó Jardim venha lá a baixo.» E fomos lá a baixo a uma cabine reservada para falar. E de facto, tinha uma certa preocupação sobre o que queria perguntar; o que queria perguntar era: «Está bem, houve Wiriamu. Você tem as fotografias disso. Essas fotografias estão mal guardadas.» «O ajudante Orlando Cristina é que já tem essas fotografias.» Estas notícias não digo que fossem verdadeiras mas tinham uma certa credibilidade. «Você repare, ó Jardim, você é um patriota, um português; você, numa altura destas, vai pôr a circular em Lisboa, por toda a parte, as fotografias de Wiriamu? Estamos tramados, é o fim.» «Ó sr. coronel, o senhor sabe que eu sou…» E era, justiça lhe seja feita. Depois eu disse-lhe que mandava buscar as fotografias. «Quando quiser mande buscar as fotografias, estão no cofre tal, no banco não sei qual.» E não mandei buscar nada porque eu tinha a certeza que ele não… que era um homem leal. E digo-vos agora a vocês todos: tenho muita pena que ele não tenha lá ficado porque talvez tivesse deitado a mão àquilo… Não me conhecem bem, mas eu não tenho o mais pequeno interesse económico…

Carlos Gaspar: Sr. general, não era mais prudente ter ido buscar as fotografias?

General Sousa Meneses: Era, e até talvez devesse ter ido. Mas eu vou dizer-lhe uma coisa: primeiro, eu acreditei naquilo que ele disse; segundo, nós tínhamos muitas preocupações e é possível que me tenha passado essa coisa das fotografias. Depois, estavam na Suíça. Fiz uma sondagem, já muito depois, [com] o Pedro Cardoso e parece que não havia azar nenhum. Enfim, o assunto está encerrado. Mas ele lá no livro fala disso. O que eu pretendia efectivamente saber era se ele queria ou não abrir a frente da Zambézia, isso é que era o grande problema que me preocupava em relação aquilo que se estava a fazer naquele momento. Nós estávamos a puxar o dispositivo todo para trás e de repente ter de meter mais gente aqui a meio… onde é que eu ia arranjar…

Até esta altura – em meados de Julho - não tinha ainda havido incidentes graves de natureza subversiva. […] Havia muito irrequietismo nas nossas tropas, e muito nervosismo, e sobretudo os quadros permanentes apresentavam-se incertos e inseguros nos caminhos a seguir. E os quadros milicianos, como era natural, não queriam mais sacrifícios. A minha opinião é essa. Fora este estado geral, incómodo e incerto para quem tinha responsabilidades na condução do processo, nada de propriamente subversivo tinha aparecido. Mesmo os incidentes que durante uma semana se deram na faixa costeira entre António Ennes e Nacala.

Manuel de Lucena: Está a falar de que altura?

General Sousa Meneses: Estou a falar de Junho, Julho de 1974. Mesmo esses incidentes foram mais motivados por ódios acumulados entre os indianos maometanos (que possuíam, em boa verdade, todo o comércio do caju e do amendoim e o comércio em geral) e os habitantes nativos, do que por razões de natureza subversiva. […] A verdade é que meia dúzia de expedições da Polícia Militar de Nampula, que mandámos a António Ennes e àquela zona que fica ali em Moma, e a outras terras naquela zona, trouxe a tranquilidade. Mas eis que, nas vésperas da reunião de Lusaca, correm notícias de

que a Frelimo e o Exército português iam conversar em Lusaca sobre as possibilidades de se estabelecer um cessar-fogo e acordar a paz. De Lisboa, Nampula não recebia uma palavra. No dia 4 de Setembro, à noite, apareceu um oficial de informações no meu Quartel-General com uma mensagem de Lisboa…

Manuel de Lucena: Ah, mas esse já é o segundo encontro de Lusaca?

General Sousa Meneses: O da paz.

Almirante Almeida e Costa: O sr. general está a falar da sessão de negociações que conduziu ao Acordo [de Lusaca].

Manuel de Lucena: Isso já é em fins de Agosto, princípios de Setembro.

Almirante Almeida e Costa: É a 5, 6 e 7 de Setembro.

Manuel de Lucena: Portanto, até aí não houve nada de especial.

General Sousa Meneses: Não.

Manuel de Lucena: Então até Setembro, e não Junho, Julho.

General Sousa Meneses: Eu disse Julho? Não me diga, espere lá. Eis que, nas vésperas da reunião de Lusaca, correm notícias de que a Frelimo… De Lisboa, Nampula não recebia uma palavra. No dia 4 de Setembro, à noite, apareceu um oficial no meu quartel-general a informar que no dia seguinte, 5 de Setembro, se iniciava em Lusaca uma reunião entre a direcção da Frelimo e uma representação do Governo português, para iniciar a discussão do acordo de cessar-fogo e da paz em Moçambique. Quase que juro (não tenho a certeza porque não guardei essa mensagem) que nessa mensagem não se falava na necessidade de enviar uma representação de militares de Moçambique. Eu não sabia que ia lá o almirante [Almeida e Costa], nem sabia como é que era. O que sabia é que nessa reunião tinham de estar representados os militares, gente do quartel-general que soubesse…

Almirante Almeida e Costa: Sim. Mas eu tenho nas minhas notas que faltou o não sei se brigadeiro Meneses que devia fazer parte e

em substituição dele – até mostro a minha estranheza – vem o major ou tenente-coronel Lousada, sob a alegação de que o brigadeiro Meneses estava doente!

General Sousa Meneses: É mentira!

Almirante Almeida e Costa: Está bem, mas isto é o que eu tenho nas minhas notas.

General Sousa Meneses: Mas espera aí! E o Lousada esteve lá! Eu estou a explicar as nossas preocupações. Vai ver que vai bater tudo certo. Não encontro entre os meus papéis a cópia da mensagem… Quando recebi a mensagem, desloquei-me então ao cinema de Nampula, onde os comandos superiores procuravam algum descanso e onde, até mesmo à sombria luz da coboiada do filme, se discutiu e decidiu sobre a imperiosa necessidade de enviar de urgência a Lusaca um oficial do Comando-Chefe, para defender a posição militar nas negociações. O oficial escolhido, que se julgava pertencer ao sector moderado do MFA, mas parece que não (mais tarde é que eu vim a saber), tinha a patente de tenente-coronel e trabalhava na Repartição de Operações e partiu na madrugada do dia 5 de Setembro, num *Cessna*. Ora bem, o general [Orlando] Barbosa e o comandante queriam por força que fosse eu: «Porque você domina esta coisa; você conhece o dispositivo; você sabe o que está a fazer.» E eu disse: «Eh pá, isso é tudo verdade mas imaginem vocês quando aparecer em Lusaca um homem que foi deputado da Assembleia Nacional durante oito anos, enfrentar o … Samora, o Mário Soares (que era um homem que tinha falado mal de mim quando esteve em Argel), o Manuel Alegre (que eu não sabia se estava ou não estava, mas podia estar). Imaginem vocês a minha situação. Não pode ser de maneira nenhuma. A gente vai mandar um homem moderado.» E vai um oficial de operações, que sabia perfeitamente tudo. E então foi o nosso amigo Lousada. E esta é a razão por que eu não fui, porque de facto não quis ir e acho que fiz muito bem em não ir. E eu não sabia que você [almirante Almeida e Costa] estava lá! Estava só a pensar no

Mário Soares, no Almeida Santos, no Melo Antunes e tal… um capitão qualquer, o Otelo… Você sabia o que é que se passava em Moçambique e tinha lá estado connosco e sabia tudo o que se lá passava…

Almirante Almeida e Costa: Mas havia quatro personalidades de categoria que eram o conselheiro do Estado e os ministros. E depois havia um membro que foi considerado indispensável… Eu também fui recrutado, eu nem era para ir, nem queria ir. Foi recrutado um membro do governo de Moçambique, que era o Antero Sobral, também esteve. E [também] um homem do comando-chefe. Depois, o Casanova Ferreira, que era um homem de confiança do Spínola, e era eu, porque, segundo me foi dito, tinha estado em Dar-es-Salaam a falar com o Samora Machel.

Manuel de Lucena: O Antero Sobral o que era?

Almirante Almeida e Costa: O Antero Sobral era secretário provincial do governo de Moçambique. E é civil, não é militar.

General Sousa Meneses: Este ponto só vem à baila por isto: tinha de lá estar alguém do comando-militar de Moçambique, com uma missão bem definida sobre o que é que havia de dizer […].

Manuel de Lucena: Só uma coisa: o sr. almirante foi de Lourenço Marques?

Almirante Almeida e Costa: Não, eu fui de Lisboa.

Manuel de Lucena: Mas nessa altura, quando estava em Moçambique, estava em Lourenço Marques.

General Sousa Meneses: Pertencia à Comissão Coordenadora do MFA.

Almirante Almeida e Costa: Eu estava como subchefe do Estado-Maior em Nampula, que era a sede do Comando Naval. Mas depois fui transferido porque se criaram duas comissões coordenadoras do MFA: uma junto ao governo-geral, que era eu…

Manuel de Lucena: Portanto, estava na Comissão Coordenadora de Lourenço Marques e o coronel Lousada na de Nampula.

General Sousa Meneses: Não. O coronel Lousada não pertencia à Comissão Coordenadora. Era membro do meu *staff*. Não era o chefe da Repartição de Operações mas era o n.º 1 a seguir ao chefe. E era um rapaz que me parecia que era [moderado]… Depois o [Aniceto] Afonso ficou um bocado chateado: «Então o meu coronel faz isso e não pergunta nada à gente?» «Então, homem, o Lousada não é lá de vocês?»… Mas eles tinham-me um certo respeito…

Almirante Almeida e Costa: O Lousada esteve sempre ligado [ao MFA].

General Sousa Meneses: Mas depois acho que deixou de estar.

Almirante Almeida e Costa: Depois zangou-se…

General Sousa Meneses: Sabem, eu tive sempre a lucidez de nunca entrar nessas coisas […].

Mas a missão que este oficial do quartel-general, o Lousada, levou era bem clara e firme e resumia-se assim: é que nós é que estávamos na guerra. Primeiro, era indispensável obter com urgência um acordo de cessar-fogo, mesmo que houvesse que ceder no plano político. Segundo ponto, era indispensável dispor de um mínimo de 9 a 12 meses para poder retirar em ordem as forças militares portuguesas de Moçambique, para recolher o dispositivo. O primeiro imperativo, o cessar-fogo, podia aceitar algumas nuances negociáveis - um acordo ou geral ou parcial ou local - mas não podia ser violado. O segundo imperativo, os 9 ou 12 meses, era firme: tudo o que fosse menos de 9 meses não era aceitável; os 12 meses seriam. E foi esta a missão que o Lousada levou e que, por coincidência ou não sei porquê, com grande alegria minha, o acordo veio respeitar exactamente isto que a gente queria: 10 meses para retirar a tropa e assinaram o cessar-fogo no dia 8, logo a seguir, portanto.

Aqui está a razão por que foi assim. Mas isto não se podia fazer sem o quartel-general ter uma posição firme. Eh pá, nós estávamos muito aflitos; o cessar-fogo era uma coisa indispensável. […]

Devo agora dizer, salvo o devido respeito, que nós, na altura, não confiávamos muito nos conhecimentos dos nossos negociadores de Lusaca sobre estes problemas. Felizmente que tudo acabou por correr bem nas negociações e isso deveu-se à presença e aos conhecimentos sobre Moçambique que três dos oficiais tinham - salvo erro, Vítor Crespo, Almeida e Costa e o nosso delegado, Lousada. Portanto, está aqui feita toda a justiça.

Último ponto: quando se iniciam os rumores sobre a reunião de Lusaca, começa a sentir-se, sobretudo em Lourenço Marques, um grande mal-estar entre a população branca, porque não sabia qual o seu futuro - não se deve esquecer que havia já segundas e terceiras gerações de brancos nascidos em Moçambique, que para eles [era] o seu país. Os dirigentes de Lisboa e os dirigentes da Frelimo anunciavam por todos os lados que os brancos eram mais do que desejados em Moçambique e que nada deviam recear. Compreendia-se o nervosismo das gentes e a instabilidade das suas atitudes. Devo confessar que, depois de sentir que o problema militar da descolonização caminhava para um certo equilíbrio, o que mais me preocupava era o futuro de tantos portugueses, que tinham levado a vida a criar bem-estar para si e para as suas famílias. Eu tinha espalhados por Moçambique alguns antigos companheiros de liceu e alguns camaradas milicianos que comigo tinham servido noutros locais; tinha ainda um cunhado, casado e com três filhos, administrador de circunscrição em António Ennes, cuja única riqueza era a sua modesta reforma. E também me preocupava o futuro dos naturais de Moçambique, a quem previa muitos sacrifícios, alguma fome e bastante miséria. Logo que se anuncia o Acordo de Lusaca, foi fácil agitar as massas brancas contra ele e procurar atacá-lo com propaganda contrária. O meio mais rápido e eficaz para o fazer era tomar conta do Rádio Clube de Moçambique - uma potente estação de TSF, de méritos consagrados e que cobria totalmente o país. A pretexto de uma bandeira nacional desfraldada que, descendo uma

das avenidas de Lourenço Marques, foi apedrejada e vaiada, não se sabe por quem, assalta-se e ocupa-se o Rádio Clube de Moçambique para castigar o ultraje feito à bandeira nacional […]. À frente do grupo assaltante, o já falado Roxo que, pela força do prestígio que tinha, era a garantia … E lá estiveram três dias, como se sabe. Mas durante esses três dias, o Rádio Clube de Moçambique incomodou fortemente todo o estado psíquico e moral das nossas tropas e das populações. Propagandeou contra o Acordo de Lusaca e contra as soluções encontradas para Moçambique. A tese federalista era a mais defendida em Moçambique. E devo dizer que essa propaganda incomodava deveras e criava nas populações determinadas esperanças. Nas nossas tropas, surgia a síndrome da desconfiança na retaguarda, o que era péssimo para quem reorganizava o seu dispositivo concentrando-se nessa mesma retaguarda. Foram estudados e discutidos planos para calar o Rádio Clube de Moçambique: ou ataque directo à sede; ou bombardeamento das antenas da Matola; ou eliminação de pessoas - todas rejeitadas para evitar o derramamento de sangue. Passados três dias de verdadeira acção revolucionária, o Rádio Clube de Moçambique soçobrou. [De Lourenço Marques,] o Roxo foi para a África do Sul e depois para o exército de Ian Smith, onde combateu no mato. Morreu em cima de uma mina anti-pessoal, na berma de uma estrada asfaltada. Um homem com aquela experiência como é que vai morrer assim… Recordo com imenso respeito este grande combatente.

Almirante Almeida e Costa: Só uma precisão: creio que o sr. general disse que a ocupação de Omar foi no dia 8 de Agosto.

General Sousa Meneses: Não.

Almirante Almeida e Costa: Eu estava a assistir o Melo Antunes em Dar-es-Salaam quando o Samora Machel, no segundo dia, da parte da tarde, começa a sessão trazendo um molho de telegramas de militares, de milicianos do Quartel-General de Nampula, cartas retiradas de Nampula, etc., e diz assim: «Vejam o apoio que nós

temos.» E começa a citar nomes, perante nós, atónitos, porque as condições em que se estava a negociar eram já extremamente difíceis para nós. Já nessa altura, o cessar-fogo era urgentíssimo (em Julho, no fim de Julho). E agora oiçam isto: então [Samora] reproduz as cassetes da rendição do quartel de Omar, em que eles cercaram o quartel, tudo isso é descrito em gravador, de madrugada os homens da Frelimo a darem instruções. O quartel não tinha sentinelas. E tu [Victor Crespo] ouviste as gravações…

Victor Crespo: Eu tenho-as.

Almirante Almeida e Costa: Eu ouvi as gravações. A tal ponto que a companhia foi toda aprisionada (eu até fiquei com o nome dos alferes para poder transmitir [os nomes], eles foram internados na Tanzânia), eles deram vivas à Frelimo, eles mandaram formar a companhia toda, está tudo gravado, com vivas à Frelimo. A tal ponto isto nos deixou, deixou o Melo Antunes (que era o ministro), de tal modo [chocado] que lançou, para mim, em surdina, um impropério: «Eh pá! Nós assim não podemos fazer nada!» O nosso desespero era tal que nós estávamos ali a discutir com o Samora Machel e o Marcelino dos Santos e aquela gente (ou antes, o Melo Antunes é que estava, praticamente só abria a boca quando o Samora Machel se metia comigo por causa da guerra)… Mas, quando ele diz aquilo o Melo Antunes ficou… diz assim «Eh pá, não se pode fazer nada!» Fez-me lembrar o Trotsky quando foi negociar a rendição das tropas russas a Brest-Litovsk, no final da I Guerra Mundial... Quando ele diz também: «Tudo caiu, houve um colapso total, não havia nada, a gente não tinha nada para combater…»

Manuel de Lucena: Sr. almirante, para além da gravação de Omar, era o quê? Missivas? Cartas dos soldados?

Almirante Almeida e Costa: Eram telegramas. Eu ainda hoje…

Manuel de Lucena: Mandados de Moçambique?

Almirante Almeida e Costa: Mandados de Moçambique.

General Sousa Meneses: Podem ter sido roubados lá da companhia…

Almirante Almeida e Costa: Ó sr. general, eu vi uma carta nossa com as linhas de fotografia aérea feita pela Força Aérea da Rodésia no nosso território! Eles tinham a carta, a própria carta! Umas coisas muito secretas.

General Sousa Meneses: Mas foram mandadas de Nampula?

Almirante Almeida e Costa: Do quartel-general.

General Sousa Meneses: Eu mandei até uma mensagem a repreendê-los e eles reagiram com grande violência, a não admitir que eu os tratasse daquela maneira. Eu, o comandante de sector, que era o responsável por aquela… Então ele diz-me assim do Sector B: «Em referência XXX - o meu telegrama a repreendê-los (que vergonha é esta?) - depois de ouvidos neste comando militar, fugidos do inimigo, evacuados de [?], foi-nos arreigada convicção não se processou rendição termos referidos vossa mensagem. Comandante companhia mentalizado missões rádio jornais total ou parcial acordo Frelimo. Dentro da boa fé, foi enganado - houve uma montagem da rádio e dos jornais do cessar-fogo e o rapaz dentro da sua boa fé foi enganado - e manietado conforme foi exposto nossa missiva anterior. A companhia de Omar apesar desastre sofrido mantinha bom espírito moral disciplina. Solicito por ser justo e verdade exposto nesta – nesta mensagem - dar sem efeito vossa mensagem. Mentalização pessoal tem vindo a ser feita.» Isto é porque eu dizia: mentalizem o pessoal, isto não pode acontecer. E eu redigi uma mensagem assim um bocado fora de todos os cânones, mas eu vou ler. A guerra tem de ser uma coisa assim, a gente tem de se entender. Bem, claro que também fiquei incomodado com isto […].

Falha na gravação devida à mudança de cassete.

General Sousa Meneses: Na parte que ao sector de defesa e segurança diz respeito, salienta-se [no Acordo de Lusaca]: primeiro, a criação de um posto de alto-comissário, que funciona como

responsável máximo pela defesa e segurança territorial de Moçambique; segundo, a criação de uma comissão militar mista, com a missão de controlar o [cumprimento do] acordo de cessar-fogo; terceiro, a criação de um corpo de polícia, a partir do existente, que continuava sob a dependência do Alto-Comissário; quarto, o estabelecimento de um cessar-fogo a partir do dia 8 de Setembro e a fixação da data da independência para 25 de Junho de 1975, ou seja, dando um espaço de dez meses para que as forças portuguesas se pudessem reagrupar e embarcar de regresso à Metrópole.

O alto-comissariado funcionou em Lourenço Marques, o que obrigou a deslocar para lá o comando-chefe. Por avião, foi transportado o pessoal e o material mais crítico e, por estrada, as viaturas e material pesado. Não houve solução de continuidade, o que era uma forte preocupação dos responsáveis. O comando da Região Militar em Nampula assumiu as responsabilidades directas na execução das operações em Cabo Delgado e no Niassa e orientou, de certo modo, a direcção das operações entre Tete e a Beira. O sector de Lourenço Marques, onde se passava a concentrar todos os órgãos políticos - portugueses e da Frelimo - ficava na dependência directa do Alto-Comissário.

A Comissão Militar Mista foi uma feliz decisão de Lusaca. Funcionou com intensidade, relativa eficácia e reunia obrigatoriamente uma vez por semana. Como regra, gastava-se uma tarde a discutir e a resolver os problemas. Também funcionou como órgão de conselho e de ajuda, na adopção das orientações mais convenientes. Conseguiu criar um razoável espírito de amizade entre as partes e, uma vez por mês, alternadamente, a Frelimo e cada ramo das Forças Armadas ofereciam uma jantarada de convívio aos outros comandos. Logo ali se percebeu a fraca capacidade de resposta dos representantes da Frelimo que, sendo dos homens mais altos da hierarquia, eram chamados, com frequência, para outros assuntos. Eram o Veloso, o Chipanda, o Mabote. Folheando as centenas de páginas das actas das

reuniões [da Comissão Militar Mista], e foram trinta, recordam-se as dezenas de questões que foram discutidas e resolvidas - desde a criação das sub-comissões militares mistas ao nível de sectores e batalhões, passando pelo controlo de armamentos, pela entrega de instalações, continuidade de elementos das Forças Armadas portuguesas em Moçambique após a independência, reorganização das forças de polícia, detenções de militares portugueses - enfim, todos os incidentes relativos aos sectores militares terrestre, aéreo e naval se discutiam e acordavam na CMM [Comissão Militar Mista].

Mas também se intervinha em conflitos de trabalho ou em conflitos de fronteira, quando estes tendiam a agravar-se. Cito um exemplo de cada.

Estava em construção a barragem de Massangir, já bastante adiantada, de grande importância para o reabastecimento de água a Lourenço Marques. O pessoal começou a sabotar a obra, usando as greves e os saneamentos. O empreiteiro atrasou os pagamentos, estava-se num impasse e a CMM, solicitada já não me lembro por quem, decidiu enviar ao local dois oficiais portugueses e dois da Frelimo, um dos quais o general Mabote que fez uma grandessíssima manja, arrancando um discurso revolucionário e ao mesmo tempo ameaçador. As obras recomeçaram em plena força logo em seguida. E no helicóptero de regresso perguntei eu ao Mabote: «Então é fácil conduzir as massas?» Ele riu-se…

O outro exemplo da intervenção da CMM tem a ver com a resolução de um incidente que se deu na fronteira entre rodesianos e frelimos, aqui em Negumbe [aponta para o mapa] já com tiros de um lado e do outro. A coisa podia ser grave e a CMM, nas pessoas dos já referidos oficiais, deslocou-se de helicóptero à região e encontraram-se com um brigadeiro rodesiano – esqueci-me do nome dele - a fim de se esclarecerem as coisas. Beberam-se umas cervejas de um lado e do outro da fronteira e a paz voltou a reinar, creio que até hoje. Poucos dias depois, vim a saber que o Mabote tinha sido repreendido pelo

Machel por ter ido falar directamente com os rodesianos sem ordem dele. Se se quiser fazer a história de Moçambique, não se pode deixar de estudar as actas da CMM (eu tenho em minha casa uma cópias)[5].

Teria sido indispensável reorganizar e reforçar o corpo de polícia e, passados poucos meses, verificou-se o erro cometido, porque era indispensável um corpo de polícia forte, misto de portugueses e de frelimos. Não teria sido talvez difícil trabalhar nesse sentido, visto que a Polícia de Lourenço Marques tinha alguns quadros superiores muito razoáveis e o reforço de pessoal poderia ter sido obtido à custa de elementos do Exército português. Enfraqueciam-se as unidades do Exército mas, na circunstância, não advinha mal ao mundo. Confesso, *mea culpa*, que fui um dos culpados por não ter dedicado muita atenção a este problema. Mais tarde… fez-se mal. Com esta solução ter-se-ia poupado muito trabalho às forças do Exército, da Marinha e da Força Aérea, que muitas vezes actuaram em verdadeiras missões de polícia.

E chego assim aos problemas de defesa e de segurança após o Acordo de Lusaca. Não fora o grave incidente de 21 de Outubro, que abaixo mencionarei, e poder-se-ia dizer que nada de grave tinha sucedido nesse período. É evidente que, sobretudo em Lourenço Marques, mas também na Beira e noutras cidades, houve choques frequentes entre as populações e as forças de segurança, entre elementos da Frelimo e elementos do Exército português. Mas penso que no ajuste de contas entre brancos, pretos e indianos - rouba as botas, tira os sapatos, muda a camisa, etc. - foram essencialmente casos de incompatibilidades, e muito poucos, muito poucos foram casos de morte. Ensaiou-se uma estatística e os números são os seguintes: Outubro de 1974 - cerca de 24 incidentes; Novembro de 1974 – cerca de 12 incidentes; Dezembro de 1974 - 36 incidentes;

[5] Estas actas encontram-se depositadas no Centro de Documentação 25 de Abril, na Universidade de Coimbra.

Janeiro de 1975 – 10 incidentes. Daqui para a frente não fiz mais mas podia ter feito.

Interveniente não identificável: Alguns dos acidentes eram simples bebedeiras…

General Sousa Meneses: Eram bebedeiras! Na rua Major Araújo, que era a rua das "meninas" [de Lourenço Marques]…

[…]

Almirante Almeida e Costa: Vale a pena dizer quantos mortos militares houve…

General Sousa Meneses: Já lá vamos.

Numa análise mais detalhada verifica-se, em síntese, o seguinte: a maior parte dos incidentes são entre as nossas tropas e a Frelimo; uma boa parte entre a população branca, preta e indiana, quase sempre por força… do outro sexo, na rua Major Araújo; e alguns entre forças para-militares e a Frelimo.

Nas averiguações, constatou-se que a chamada pressão do grupo branco estava por dentro de quase todos estes incidentes, e que vem a estar também por detrás do 21 de Outubro. O 21 de Outubro, como se recordam, nasce de um pequeno incidente no centro da Baixa de Lourenço Marques, entre o Café Scala e o Café Continente, quando um soldado comando está a engraxar as botas na esplanada do Café Scala. Provocação de um lado, "preto" do outro, "branco colonialista" do outro, agressões [pelo meio] e desaba no local um violento tiroteio que se estende às ruas paralelas, como que por acção de mão misteriosa. E a coisa incendeia-se e expande-se por toda a cidade, e especialmente pelos arredores. Cometem-se autênticas barbaridades: há brancos pendurados nos ganchos dos talhos e pretos esquartejados e abertos de cima abaixo. As duas Companhias de Comandos, que tínhamos em Lourenço Marques para segurança de todos nós, quiseram vir tirar desforço, mas foram paradas dentro do seu aquartelamento (e esse aquartelamento era no parque de campismo de Lourenço Marques) no último instante por oficiais do

comando-chefe e do Comando Operacional de Lourenço Marques. Há pilhagens e tumultos por toda a parte e as pessoas, completamente descomandadas e desvairadas, praticavam uma autêntica caça ao homem. No início dos incidentes, morrem nove pessoas e três dezenas ficam feridas; mas ao fim do dia o número de mortos é 41, dos quais 28 brancos e 13 negros; o número de feridos atinge os 90. Foi a primeira vez (que eu saiba) que o número de brancos mortos foi muito superior ao dos negros, o que podia significar, para o tal grupo de pressão branco, que era melhor não [persistir em] tentativas de rebelião deste tipo. Mas o 21 de Outubro foi um incidente gravíssimo, que podia ter posto em perigo a continuação pacífica do processo de descolonização, além de ter causado depredações gravíssimas no comércio e na indústria, que ainda hoje lá se devem sentir.

O Major Melo Antunes desloca-se a Moçambique e, com o alto-comissário e alguns oficiais do comando-chefe, desloca-se a Dar-es-Salaam. Entre outras coisas, realiza-se uma reunião com Samora Machel, Joaquim Chissano e outros altos membros da Frelimo, a quem se apresenta o evoluir da situação militar em Moçambique…

Manuel de Lucena: Em que data é, sr. general?

General Sousa Meneses: Talvez Janeiro, Fevereiro… É fácil de ver isso.

Almirante Almeida e Costa: Julgo que é Fevereiro.

General Sousa Meneses: Nessa reunião oferece-se um plano de reorganização das Forças Armadas para Moçambique independente. É um documento curioso, de que agora não podemos falar, onde, essencialmente, se apresentavam os inimigos potenciais, a organização territorial militar, as forças operacionais e as forças de intervenção, a localização dos comandos e uma estrutura simplificada da organização logística para Moçambique. E faziam-se algumas recomendações, tais como não enveredar por altas tecnologias e não caminhar para a organização de unidades blindadas ou adquirir artilharia pesada, porque nem dentro de dez anos estariam

capacitados para mexer nisso. Este plano deixou na Frelimo a certeza de que o nosso trabalho na descolonização era sério e era independente. E tenho a impressão de que isso foi importante.

Chega-se assim ao 25 de Junho de 1975 sem mais graves problemas a resolver. E à meia-noite desse dia, em cerimónia no Estádio da Machava, rodeada de razoável dignidade, a bandeira portuguesa foi arreada de um grande mastro por um capitão de cavalaria português, dobrada e colocada numa salva de prata a cargo da Casa do comando-chefe, mas que foi nessa noite trazida para Portugal e entregue no Museu Militar de Lisboa, onde está. Quando às duas e meia da madrugada do dia 26 o avião levanta voo de Lourenço Marques, penso que, ao fim e ao cabo, um defensor do Império como eu também contribuiu para o seu fim. Mas ainda hoje tenho a consciência tranquila. Pronto, aqui acabei.

Manuel de Lucena passa a palavra ao almirante Vítor Crespo.

Almirante Vítor Crespo: Depois de ouvir os outros oradores falarem sobre a descolonização de Moçambique durante três horas, tenho que mudar um pouco o discurso que tinha preparado. E, embora com algum prejuízo da coerência do discurso, vou procurar apreciar alguns pontos já tratados, mas numa perspectiva de apreciação diferente e nunca numa perspectiva de descrição e repetição. E por isso falarei da política ultramarina e da situação colonial durante o Primeiro Governo Provisório, chefiado por Palma Carlos.

Sabe-se que a definição da política ultramarina durante o Governo Palma Carlos não foi uma responsabilidade exclusiva do Governo. Mas era o Governo português, foi nomeado pelo Presidente da República, e eu acuso esse Governo de se ter subtraído às responsabilidades que eram suas e deixar que o País permanecesse numa enorme indefinição no que respeita ao essencial dos problemas que tinha pela frente, que era a resolução dos problemas coloniais. Não desconheço que o Presidente da República tinha as suas teses pessoais sobre a matéria e que tentava promovendo a aplicação dessas teses

ignorando a situação que, sem uma definição clara, se ia desenvolvendo em todos os territórios ultramarinos. Já aqui foram suficientemente descrito o apodrecimento da situação militar em Moçambique e as consequências sociais que isso foi tendo. O Governo de Lisboa estava consciente da situação. O MFA sentiu, através da sua Comissão Coordenadora e também dos membros que pertenciam ao Conselho de Estado. O Conselho de Estado reuniu várias vezes durante esse período e as suas actas revelam bem as preocupações que aí eram manifestadas pelos membros militares e também pelo chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, que era o general Costa Gomes. Isto é: essa indefinição não nasceu (e aqui vou deixar a minha leitura) de uma incapacidade de resolver os problemas; nasceu por uma errada definição da política de descolonização a partir do primeiro dia. Isto é, admitia-se que as Forças Armadas aguentariam a situação no plano militar até que as teses federalistas do general Spínola ou outras (que eram um pouco desconhecidas e vagas) fossem sendo executadas. Ora, a realidade provou, logo passados os primeiros meses, […] a impossibilidade de as levar a cabo.

No caso específico de Moçambique, gostaria de falar da política geral, porque Moçambique teve um Governador nomeado - o dr. Soares de Melo. Eu gostava de referir aqui alguns aspectos: o dr. Soares de Melo agiu em Moçambique, Moçambique em guerra… Criou sindicatos, liberalizou a imprensa, permitiu saneamentos… Enfim, criou um clima semelhante àquele que legitimamente se estava a viver em Portugal, mas numa situação colonial de guerra. Portanto, o dr. Soares de Melo não entendeu minimamente quais os problemas que se punham em Moçambique. Daí que os quadros e outros aderentes da Frelimo ocuparam praticamente todo o aparelho de Estado, os quadros da Frelimo ocuparam praticamente toda a comunicação social, os quadros da Frelimo ocuparam praticamente todos os lugares nos sindicatos. E, a partir daí, gerou-se uma luta social (e greves violentíssimas nos caminhos-de-ferro e praticamente

em todas as empresas de Moçambique) paralela à e conjugada com a luta armada que se desenvolvia no campo militar.

Luís Salgado de Matos: O dr. Soares de Melo acabou com as restrições que havia e até os deixou importar transístores.

Almirante Vítor Crespo: Portanto, a comunicação social fazia política militar através dos microfones do Rádio Clube de Moçambique. A cena de Omar, que aqui foi já suficientemente descrita, resulta de uma conjugação de esforços do Comando Militar de Dar-es-Salaam e do Rádio Clube de Moçambique.

Interveniente não identificável: Muito bem, muito bem!

Almirante Vítor Crespo: O Rádio Clube de Moçambique noticia que Portugal e a Frelimo fizeram um cessar-fogo e nesse mesmo dia as tropas da Frelimo dão também a mesma notícia no exterior do quartel de Omar e o quartel de Omar entra em conversações e acaba por ser dominado por uma força superior da Frelimo.

Não podia haver guerra (isto não foi entendido) com a comunicação social livre; em país nenhum do mundo há guerra e uma comunicação social livre.

[…]

A situação social e laboral em Moçambique já foi aqui descrita mas eu gostaria de sublinhar, fazer um apanhado, de alguns aspectos que considero importantes. Os movimentos reivindicativos em Moçambique, isto é, a tentativa de substituição e liberalização de quadros e mudanças de comandos fascistas para comandos progressistas, tiveram um carácter bastante rácico: o director da fábrica era branco, e havia um quadro intermédio que era preto e moçambicano (o outro era europeu) e houve fenómenos destes que, num clima de grande liberdade e, vamos lá, de anarquia, assumiram aspectos desastrosos. A maior parte das empresas fecharam porque os técnicos que lá havia eram europeus e sem essa técnica as fábricas foram fechadas. Por outro lado, serviços decisivos para a economia do país, como os caminhos-de-ferro (como sabem

Moçambique estava bastante dependente desses serviços de portos e caminhos-de-ferro) foram sujeitos a tantas greves que os próprios utilizadores desses serviços, que eram empresas sul-africanas, faziam também eles próprios política, usando outros circuitos comerciais e de transportes, deixando de usar os canais de Moçambique. E a economia, que já vinha mal desde o tempo da guerra, chegou a uma situação praticamente de bancarrota. Acontece que gostava de lembrar aqui que em 1974, antes do 25 de Abril, já o Governo de Marcelo Caetano tinha sido chamado a suprir dificuldades financeiras insuperáveis [pela província de] Moçambique através de um empréstimo de 3 milhões e 500 mil contos que só foi satisfeito em 500 mil contos. A situação em Portugal também era difícil. Quero lembrar, só para comparação, que o Orçamento Geral de Estado em Moçambique andava à volta do milhão e meio de contos...

Manuel de Lucena: Quanto é que o Marcelo Caetano deu?

Almirante Vítor Crespo: O Marcelo Caetano tinha prometido um empréstimo de 3 milhões e 500 mil contos, portanto, dois orçamentos de Estado.

A situação financeira de Moçambique era de bancarrota, não havia divisas para comprar géneros de primeira necessidade como o trigo, peças para os automóveis, etc. Toda a estrutura do país estava, por razões financeiras, a paralisar. Acresce aqui, e chamo a atenção (isto é significativo para os homens das finanças) para que, quando se dá uma inversão, os pagamentos, que são feitos depois da subida dos materiais, passam a ser adiantados com recurso ao crédito. […] Portanto, houve ruptura financeira total. Quando fui Alto-Comissário chegou a não haver trigo em Moçambique; não se vendeu pão nas padarias de Moçambique.

Luís Salgado de Matos: Durante quanto tempo?

Almirante Vítor Crespo: Dois meses.

Luís Salgado de Matos: Mas isso só acontece porque a Frelimo não queria trigo americano...

Almirante Vítor Crespo: Eu gostaria de focar outro ponto, que foi aqui bastante marcado por descrições diversas, relativo à população portuguesa e à sua postura face à descolonização. É um aspecto que considero muito importante, porque era essencial, quando se escolheram os interlocutores, saber quais eram legítimos. O Governo anterior, como se sabe, sempre condicionou a política africana numa perspectiva integrista (e não vale a pena caracterizar a situação que todos conhecemos), e ao fazer isto propiciou o aparecimento de partidos únicos, marxistas-leninistas, com alinhamentos políticos com a União Soviética e países de Leste. Esta foi uma condicionante do governo do Estado Novo, quer dizer, o governo do Estado Novo obrigou, com a sua intransigência política, a que os únicos partidos tradutores de uma vontade de independência em Moçambique fossem partidos marxistas-leninistas, com alinhamentos políticos vindos da União soviética e dos países socialistas. Relativamente à população de colonos, europeia em geral, que vivia em Moçambique, não se sentindo com vocação para alinhar numa política de descolonização que não a do sector político existente, não foi possível organizar-se porque a repressão não o permitiu. Portanto, não houve nenhuma participação europeia na formação de uma política de descolonização. Isso foi, por vontade política do Governo português, entregue apenas ao partido, que conduzia a política de descolonização de Moçambique que se traduziu na luta armada. O Governo português, com a sua política de guerra e de intransigência política no interior do território, obrigou a que a expressão política, toda a expressão política, da independência fosse concentrada no partido único que conduziu a luta armada. Assim, quando veio o 25 de Abril, as formações políticas que apareceram em Moçambique, outras que não a Frelimo, foram formações fantoches. Formações fantoches porque não tinham história, não tinham adeptos, não tinham organização, não tinham apoios internacionais. Formações fantoches porque, desses quarenta que foram referidos, foram representações unipessoais ou de grupos

de amigos e não tiveram mais expressão do que esta. Quando analisadas as relações internacionais, aqui em Lisboa, (porque é muito importante, num caso destes, a expressão que as relações internacionais têm), verificámos que as formações aparecidas em Moçambique que não a Frelimo tinham algumas relações internacionais, pequenas, com a Rodésia e algumas relações pequenas com formações da África do Sul. Mas, mesmo assim, [quanto à] África do Sul, nenhuma com o Governo. Embora com a Rodésia do sr. Ian Smith houvesse relações razoáveis, na África do Sul, o Governo do Sr. Vorster nunca quis investir em relações privilegiadas com estes grupelhos.

De facto, para Portugal, após o 25 de Abril, o único interlocutor, por razões da guerra e por razões políticas gerais, foi a Frelimo; não havia outro. O general Meneses disse, e muito bem, e esta é uma informação militar, que a Frelimo tinha implantação no Norte, mas relativamente pouca implantação na Zambézia e no Sul de Moçambique. É uma realidade. Havia mesmo certas etnias que, por razões históricas e culturais, tinham dificuldade em aderir à Frelimo. Era o caso dos macuas, por exemplo, que eram importantíssimos em Moçambique.

Manuel de Lucena: Qual era a percentagem dos macuas?

Almirante Vítor Crespo: São islamizados… Um milhão…

General Sousa Meneses: Um milhão e seiscentos mil.

Almirante Vítor Crespo: Portanto, um oitavo. Mas são uma gente importante, talvez a mais educada e mais evoluída de toda a população. Exerciam profissões liberais, desde alfaiates a construtores de embarcações, enfim, gente muito importante na actividade geral do País; gente que lê e escreve e de grande influência e importância no todo social. Mas, a seguir ao 25 de Abril e com a liberalização e a discussão das teses da independência, muita da população moçambicana aderiu, simpatizou ou teve expectativas relativamente aos únicos que se apresentaram como os

descolonizadores de Moçambique - a Frelimo. Uns meses depois do 25 de Abril, não podemos dizer que a Frelimo só tinha implantação nas zonas que foram atrás descritas como zonas de guerra; tinha implantação nacional e tinha quadros.

Luís Salgado de Matos: Só que a Frelimo, ao sul do Save, funcionava como o PC [Partido Comunista] em Portugal.

Almirante Vítor Crespo: Exacto.

Luís Salgado de Matos: A norte era um movimento de guerrilha! Como estava tudo à espera da guerrilha em Lourenço Marques, não a viam e diziam: não há Frelimo.

Almirante Vítor Crespo: A Frelimo tinha os seus quadros, uns históricos, outros de fresca data. Mas bastantes quadros, praticamente todos os quadros de Moçambique, não europeus nem ligados a Portugal…

Intervenção imperceptível de Luís Salgado de Matos.

Almirante Vítor Crespo: Eu penso que praticamente todos os quadros de Moçambique, não ligados directamente a Portugal, que não se sentiam pressionados pelos portugueses, eram da Frelimo. Não havia quadros que o não fossem…

Intervenção imperceptível do general Sousa Meneses.

Almirante Vítor Crespo: Também queria referir uma outra questão que foi condicionante que já foi aqui largamente referida: as condições militares do Acordo de Lusaca e da rapidez com que ele tinha de ser [aplicado]. Não vou falar nisso porque penso que [já] foi largamente debatido e bem tratado. Mas gostaria de referir um problema muito importante que aconteceu antes do Acordo de Lusaca: o êxodo da população branca para a África do Sul.

A África do Sul, sempre ávida de receber gente branca, com a política do sr. Vorster, e no auge do *apartheid* (não nos esqueçamos das situações da altura), recebeu magnanimamente todas as populações brancas que de Moçambique queriam ir para a África do Sul. As viagens eram feitas de automóvel, com grande facilidade, um dia de

viagem; foram acolhidos com condições financeiras para se implantarem numa nova vida e os quadros incorporados em organismos do Estado e noutros organismos. Portanto, houve uma tendência, grande, significativa, para a população branca se deslocar para a África do Sul. Não tenho números exactos, mas penso que à volta de 100 mil pessoas devem ter-se deslocado (era um número muito importante porque a população [branca] de Moçambique devia andar na ordem dos 200 mil). A massa principal [deslocou-se] para a África do Sul; registámos também saídas para o Brasil, para Portugal, saídas até para França. Mas a mais significativa, talvez 80%, foi para a África do Sul. Isto condicionava também o Acordo de Lusaca. Isto é: o esperar por soluções negociadas e demoradas significava ficar sem brancos em Moçambique. Os negociadores de Lusaca tiveram a clara consciência de que as pressões militares eram insuportáveis e de que o êxodo da população era insuportável e de que a situação económica era insuportável e de que havia ruptura financeira. Esta é realidade das condicionantes do Acordo de Lusaca. Os negociadores [portugueses] do Acordo de Lusaca tinham a clara consciência destas condicionantes; tinham também consciência das fraquezas da Frelimo, de que a Frelimo não podia conduzir um país com oito milhões de pessoas e com a estrutura social e económica que já tinha tido no tempo colonial, sem apoios externos. Portanto, necessitava também de obter acordos com Portugal e apoios internacionais que lhe suprissem a falta de quadros. Mas quando falo de quadros quero aqui esclarecer, porque é uma questão importante, não falo de investigadores científicos, não falo de técnicos de alto gabarito, falo de médicos de clínica geral, enfermeiros, técnicos de contabilidade, quadros médios e simples funcionários, porque a contabilidade pública necessita de alguém que saiba fazê-la, não só de grande intérpretes do esquema financeiro do país, mas de gente que produza a contabilidade. De tudo isto Moçambique carecia, não havia quadros locais que pudessem manter o país a funcionar com um mínimo de

condições, semelhantes àquelas que existiam no tempo colonial. Isto não era muito entendido pelos dirigentes da Frelimo. Inicialmente, até eu senti que havia uma vontade de reduzir tudo a um primitivismo do colectivo social, de que isso não tinha importância, que daí se podia partir depois para o progresso. Quero dizer isto, mas quero dizer também que, ao longo das conversações, fui sentindo que estes problemas, quando postos, passavam a ser mais sentidos. E, no fim das conversações, senti que havia também uma vontade grande de se manter um mínimo nível para se manter o Estado a funcionar como tal. Havia consciência de que umas Forças Armadas sem quadros qualificados eram difíceis de manter e eu falo das Forças Armadas porque isso foi sentido; como o general Meneses disse, eles até nos pediram para fazer o plano das Forças Armadas [moçambicanas]. E portanto senti que, por outro lado, havia um entendimento da existência histórica de Moçambique no quadro da história portuguesa, da importância da língua e de uma cultura comum construída ao longo de duzentos ou cento e cinquenta e tal anos que aquele país tinha. Digo duzentos ou cento e tal porque os quinhentos e tal eram muito vagos e não eram sentidos na época, só a nível histórico, [de modo] muito vago. Para a população de Moçambique nenhuma importância tem o Vasco da Gama […]. Em Dar-es-Salaam, quando se resolve fazer o Acordo…

General Sousa Meneses: Em Lusaca.

Almirante Vítor Crespo: Perdão. Em Lusaca, quando se resolve fazer o acordo, depois de negociações que decorreram fora…

General Sousa Meneses: Em Dar-es-Salaam.

Almirante Vítor Crespo: Não. A preceder o Acordo de Lusaca houve vários encontros do Melo Antunes e de mim próprio com quadros de Moçambique, preparando uma estrutura de acordo na sequência das conversações que foram feitas em Lusaca…

Carlos Gaspar: Importa-se de detalhar um pouco esse capítulo desde o primeiro encontro de Dar-es-Salaam até Lusaca?

Almirante Vítor Crespo: Se têm curiosidade sobre isso, eu até começaria pelos contactos que houve entre a parte portuguesa e a parte moçambicana a nível de acordos de cessar-fogo e da independência. O primeiro contacto do pós-25 de Abril que deve ter havido, de que eu tenho conhecimento, foi um contacto tido por um enviado da Frelimo a Lisboa, o Aquino de Bragança, e tido só comigo e com o Melo Antunes, em que se discutiu… Isto foi em princípios de Junho de 1974.

Manuel de Lucena: Não tem notícia de um encontro anterior, em fins de Maio, entre o Melo Antunes e o Óscar Monteiro em Amesterdão?

Almirante Almeida e Costa: Foi uma falsa partida…

Almirante Vítor Crespo: Penso que sim. Aliás, o Óscar Monteiro, é muito importante dizer isto, não representava a Frelimo por não ter instruções de Samora Machel. Era um quadro especial dentro da Frelimo, por razões ideológicas, por razões étnicas…

Manuel de Lucena: Indiano.

Almirante Vítor Crespo: Exacto, por ser indiano. Isso não era muito significativo, nós sabemos, eles não eram racistas, mas tinha alguma importância a mentalidade, a formação. De facto, esse contacto foi útil mas eu não o considero como o primeiro. O primeiro contacto é o contacto do Samora Machel, que manda um seu enviado a Lisboa para falar com as pessoas que o Samora Machel achava válidas e que tinham um pensamento político que podia conduzir a soluções. Esse encontro dá-se num restaurante do Cais do Sodré, em Lisboa, com o Aquino de Bragança e logo ali…

Manuel de Lucena: Com quem é que ele fala?

Almirante Vítor Crespo: O Aquino de Bragança fala comigo e com o Melo Antunes. Aquino de Bragança diz, no essencial, o seguinte: Moçambique reconhece a necessidade de se estabelecer um acordo de frutuosa cooperação entre os dois países; reconhece a falta de quadros e a necessidade de preparar quadros para o funcionamento

do Estado, acha, como eu disse há pouco, que vai agravar-se a situação da estrutura do Estado se o Estado de Moçambique não poder contar connosco; fala bastante dos apoios internacionais que terão da Alemanha Oriental, da Bulgária, um pouco da Roménia e da URSS, enfim, de outros; mas fala disso sem grande convicção. Fala da União Soviética para apoiar os portos e caminhos-de-ferro, mas, no essencial, diz-nos que quer uma estrutura de transição de 5 anos, muito participada pelo lado português; uma separação de poderes feita na base de que a guerra tinha sido conduzida contra um regime e que, havendo agora outro regime, a guerra era um facto morto e passado, não havia vencedores nem vencidos; e não seriam exigidas nenhumas indemnizações de guerra; a guerra seria passado se as questões políticas se resolvessem completamente (o material de guerra podia até servir para uma cooperação).

Falha na gravação devida à mudança de cassete.

…face à Rodésia e à África do Sul, eles sabiam que com vizinhos tão poderosos uma independência moçambicana teria sempre grandes dificuldades em ser aceite; referiram também, na conversa tida, [respondendo] a perguntas feitas, que não participariam nas lutas da ZANU e nas lutas do ANC, que manteriam a solidariedade ideológica, naturalmente, mas sem participação militar activa. Esta era a única condição para poderem coexistir com Portugal numa descolonização, e que, ao fim desse tempo, a independência se faria. Punham uma condição *sine qua non*: o único interlocutor de Portugal na descolonização era a Frelimo e não haveria eleições em Moçambique. Esta condição devo sublinhá-la muito, porque nós tentámos investigar se, com apoios internacionais, Nações Unidas, Comissão dos 24, se podia legitimar algo que viesse a traduzir-se numa constituição… ou num referendo… enfim, formas de legitimar um acto de auto-determinação. Isso foi sempre claro: a legitimação tinha sido feita pela guerra, que estava à beira de ser ganha; eles não queriam ganhar, não queriam acabar assim, porque queriam acabar com um

Portugal amigo e não criar, através de uma derrota militar, um Portugal inimigo.

Ora, eu julgo que isto não foi referido pelo Vasco [Almeida e] Costa, este mesmo discurso, ou semelhante, se manteve em Lusaca. Penso que agora, se me permitissem (nunca abordámos este tema), era importante saber se este tipo de discurso foi mantido ou ligeiramente endurecido em Lusaca.

Almirante Almeida e Costa: Eu acho que sim… Ele foi prejudicado porque a própria Frelimo tinha consciência da deliquescência do tecido governativo-administrativo português em Moçambique. Quer dizer, passa muito tempo e julgo que é isso que, na minha opinião e é muito subjectivo, leva a Frelimo a tornar-se mais exigente em termos de período de transição; porque sente que naquele período crítico de Maio-Junho não pode confiar muito na colaboração portuguesa. Porque o país estava todo perturbado aqui, as notícias [de Portugal] eram contraditórias, etc.

Já agora, se me dão oportunidade, também direi, a respeito da pouca clarividência da Frelimo em sentido prático, que a certa altura, o Melo Antunes falou em Cahora Bassa, havia a velha questão de Cahora Bassa, era um problema sensível para nós dadas as responsabilidades do Estado português: e diz-lhe o Samora Machel textualmente assim: «Cahora Bassa levem-na, nós não a queremos! Levem-na, isso é um elefante branco!». Foi a primeira vez que ouvi usar essa expressão. «Os portugueses construíram aquilo, para nós é um muro, não precisamos disso para nada. Os pretos já andam descalços há imenso tempo, podem continuar muito mais tempo a andar descalços.» Depois de um período, de um *break* (havia um *break* de manhã e outro à tarde, um intervalo para tomar chá e conversar amenamente sobre diversas coisas), eu disse ao Samora Machel: «Olha (nessa altura tratávamo-nos todos por tu) que vocês estão um pouco enganados. Estão há muito tempo fora de Moçambique, Moçambique é hoje uma sociedade complexa; já há

pretos que não estão nada dispostos a andar descalços. Vocês estão fora há 12 ou 14 anos e aquilo evoluiu muito. E vocês, se são insensatos, correm o risco de se irem embora os cantineiros, os médicos, os enfermeiros.» Para confirmar essa ideia…

Almirante Vítor Crespo: Gostaria, só para terminar este período, de dizer o seguinte: a indefinição política relativamente à descolonização, isto é, a guerra política que levou às dificuldades na saída da Lei 7/74, deteriorou completamente este impulso inicial de uma descolonização colaborada e frutuosa. Em Dar-es-Salaam a Frelimo entendeu que era extremamente perigoso confiar no tempo e em Portugal…

Manuel de Lucena: Em Dar-es-Salaam ou em Lusaca?

Almirante Vítor Crespo: Estou a falar no período que separa Lusaca de Dar-es-Salaam relativamente às negociações do Acordo.

Manuel de Lucena: Eu gostava, se pudesse, a pedido do Carlos… Estava a fazer uma coisa que para nós era muito importante, [a ordenação]: encontro zero, Amesterdão; encontro um, Aquino de Bragança em Lisboa; [encontro] dois, …

Almirante Vítor Crespo: Dois, Lusaca.

Manuel de Lucena: Lusaca, o primeiro encontro de Lusaca?

Almirante Vítor Crespo: O primeiro encontro de Lusaca. Três, Dar-es-Salaam.

Almirante Almeida e Costa: Há o primeiro Lusaca e o segundo e último Lusaca.

[…]

Almirante Vítor Crespo: Entre um e outro há Dar-es-Salaam. A partir de «Lusaca um» a situação deteriorou-se de tal modo em Moçambique e a confiança relativamente à vontade descolonizadora do Governo português foi tão abalada junto da Frelimo…

Manuel de Lucena: Mas «Lusaca um» porquê?

Almirante Vítor Crespo: A partir de «Lusaca um» houve em Lisboa as guerras internas que antecederam a publicação da Lei n.º 7/74.

Manuel de Lucena: Mas em «Lusaca um» o que é que se passou exactamente?

Almirante Vítor Crespo: Em «Lusaca um» é um pouco a repetição daquilo que eu referi [do encontro com o] Aquino de Bragança; é um oficializar, digamos, dessa situação, mas já com mais algumas reticências da parte da Frelimo.

Almirante Almeida e Costa: A «Lusaca um» são Mário Soares e Otelo que vão.

Almirante Vítor Crespo: Mas há a repetição das posições do Aquino de Bragança já com mais algumas reticências, até porque os interlocutores não são aqueles que a Frelimo gostava que fossem. É preciso esclarecer estas coisas. O dr. Soares era uma pessoa à qual a Frelimo não se abria totalmente e a Otelo também não. Portanto, a Frelimo sempre pretendeu negociar com aquilo que eles entendiam ser a legitimidade da revolução, com as pessoas que dirigiam a revolução. Gostaria agora de passar para «Lusaca dois».

Manuel de Lucena: Então e Dar-es-Salaam?

Almirante Vítor Crespo: Dar-es-Salaam penso que não é significativo, é a continuação das conversações, mas sem progressos. Quer dizer, não há aqui uma fase intermédia. Há uma perda de confiança, isso é que eu gostaria bastante de sublinhar. […] Degrada-se a confiança. Moçambique [a Frelimo] pensa que é perigoso apostar nuns senhores que lhe vão negar [a independência?] ou que vão internacionalizar o problema, porque, não nos esqueçamos que as conversações de Spínola com Nixon são muito significativas nesta fase.

Luís Salgado de Matos: Não é também dessa altura a organização da relação entre os russos e a Frelimo?

Almirante Vítor Crespo: Sim.

Luís Salgado de Matos: O Aquino era de esquerda mas era anti-comunista…

Almirante Vítor Crespo: Sim. A União Soviética, nesta fase, procura uma aproximação à Frelimo. O próprio Partido Comunista Português está empenhado nisso e também procura. Mas, é preciso sublinhar que, apesar disso, os interlocutores que a Frelimo sentia serem os naturais para a negociação do acordo eram os militares que, segundo a Frelimo, haviam conduzido a revolução portuguesa, que não eram aqueles que na altura estavam… Isto é, previam que o general Spínola podia perder, mas admitiam também os riscos de ele poder ganhar e alterar a política de descolonização.

De maneira que, quando se chegou ao segundo acordo ou à negociação do acordo propriamente dito, a posição da Frelimo (o general Spínola ainda era presidente da República) era de extrema desconfiança relativamente à segurança que teria um acordo com Portugal. Era de tal modo confusa a situação em Lisboa que a Frelimo tinha dificuldade em apostar [num acordo] definitivo com um interlocutor que não sabia se mudaria [de opinião] no dia seguinte. E por isso resolve fazer um acordo simples, extremamente simples, que não a comprometesse, extremamente rápido na execução para que não desse lugar a manobras de internacionalização daquele problema. Porque, como disse, um dos princípios sagrados da Frelimo foi: a Frelimo é o único interlocutor da descolonização e independência de Moçambique e não há negociações a não ser entre Portugal e Moçambique (não há terceiros países [envolvidos] nesta negociação em nenhuma das posições habituais – avalizadores, negociadores, apoiantes - nem sequer as Nações Unidas). Face a esta situação, a Portugal interessava resolver [o problema] do êxodo da população branca, a situação militar e não tínhamos a garantia de que uma longa negociação técnica, para a qual, aliás, eles estavam preparados, porque tinham sido feitos grandes estudos sobre os Acordos de Evian, e nós íamos tecnicamente muito bem preparados para encetar negociações que conduzissem à separação dos brancos, às negociações sobre os funcionários públicos. Decidimos que tudo

isso era muito importante mas o mais importante era acabar a guerra e tentar, porque eles próprios moçambicanos sentiam o problema, resolver a situação do [território]. O território estava a entrar numa tal situação de caos da qual só sairia com extrema dificuldade. Portanto, o que importava era acordar os grandes princípios, parar a guerra e encetar um processo de colaboração no terreno. É isso que é o Acordo de Lusaca. Portugal fazia a paz nas condições que sempre tinha exigido. Estava acordado que as relações entre Portugal e Moçambique seriam construídas durante o período de transição […]; que no futuro as relações seriam as melhores; que os bens e a segurança dos portugueses que quisessem continuar em Moçambique seriam assegurados; que toda a população portuguesa que residia em Moçambique poderia ser considerada, se o quisesse, população moçambicana ou trabalhar, manter-se em Moçambique, com o estatuto de cooperante ou pura e simplesmente como investidor. E decidia-se que, no essencial, Portugal deveria manter o seu papel de cooperante em África porque era um país que tinha fortes conhecimentos e experiência de colaboração africana. O Acordo de Lusaca expressa [bem essa ideia]. Portanto, o Acordo faz o reconhecimento da independência de Moçambique, a transferência dos poderes, estabelece a estrutura governativa e algumas normas programáticas (poucas) para o governo [de transição]. Não vale a pena referir aqui o acordo de paz porque o General Meneses já o referiu suficientemente, especialmente a criação das estruturas que haviam de permitir uma completa e contínua ligação entre o aparelho militar português e moçambicano durante a transição. Nós apoiaríamos [a integração] das estruturas moçambicanas que tinham feito a guerrilha nas tropas regulares de Moçambique. Foram aí decididas coligações que permitissem um conhecimento mútuo e uma ligação muito íntima, para que militares da Frelimo e militares portugueses pudessem viver no mesmo quartel, o que foi feito. Isto é, procurando não [evitar] antagonismos (é claro que houve alguns

incidentes que foram aqui referidos). E estas são, no essencial, as questões que eu queria referir relativamente ao Acordo.

Manuel de Lucena: Tem aí a data do [encontro] com o Aquino de Bragança, em Lisboa? É em que dia de Junho [de 1974]?

Almirante Vítor Crespo: Não sei, posso saber, não tenho aqui.

Manuel de Lucena: E a data exacta de Dar-es-Salaam? Tem aí?

Almirante Vítor Crespo: De Dar-es-Salaam não tenho.

Almirante Almeida e Costa: 29 de Julho a 1 de Agosto.

Almirante Vítor Crespo: Eu agora gostaria de entrar…

Carlos Gaspar: E o problema da [duração] do período de transição?

Almirante Vítor Crespo: O período de transição eram [inicialmente] os tais cinco anos, como eu disse. A Frelimo não tinha garantias. Nós insistimos muito. As negociações foram muito abertas, foram negociações francas, a Frelimo disse sempre que não tinha confiança no governo de Lisboa, disse aos negociadores que o governo de Lisboa não era um governo legitimado, era um governo que não tinha declarações de política de descolonização e independência claras, porque o general Spínola tinha feito... A Lei n.º 7/74 não era muito esclarecedora, mas sabiam que tinha sido assinada pelo Presidente da República, imposta à força. Sabiam da preparação daquelas coisas que depois se verificaram em Agosto e Setembro, «a maioria silenciosa» e as ligações do general Spínola a alguns sectores de direita, que não tinham existido até aí. Esta ambiguidade da política de descolonização e de concessão do direito à independência dos territórios coloniais foi a principal condicionante do período de transição. Isso é que determinou os dez meses de duração [do período de transição]. Para quê? Para que não houvesse tempo para mudar a política que tinha sido decidida em Lusaca, através de manobras internacionais. Portugal não tinha capacidade de mudar a curto prazo, mas podia ter através de apoios internacionais, com a internacionalização do problema, a intervenção dos Estados Unidos ou outra situação semelhante. Os dez meses eram para garantir que

aquele Acordo que estava a ser assinado em Lusaca fosse realmente efectivado no terreno.

Luís Salgado de Matos: Não é a mãozinha de Moscovo?

Almirante Vítor Crespo: Não, penso que não. É evidente [que] esta solução é uma solução que interessava a Moscovo porque garantia também uma hegemonia nas relações [de Moçambique] com os países socialistas e excluía as possibilidades do mundo ocidental penetrar naquela…

[…]

Almirante Vítor Crespo: Para terminar: a seguir ao Acordo, como se recordam, houve uma situação difícil, o próprio general Spínola, no discurso da minha posse [de Alto-Comissário] foi extremamente ambíguo. Antes de eu chegar a Moçambique, houve o 7 de Setembro, houve emissários do general Spínola a falar com todas aquelas formações políticas que existiam em Moçambique (a FICO, a COMO, a GUMO, a Frente Nacional); isso fez crescer a importância desses partidecos ou pequenas formações políticas de Moçambique independentistas – umas, [porque] outras, enfim, não se entendendo sequer entre si, mas deu-lhes importância, porque o general Spínola não fez de imediato o reconhecimento do Acordo de Lusaca. Isto é, não fez um discurso público a dizer: eu [concordo] com aquilo que os negociadores acordaram em Lusaca. Não, muito pelo contrário: foi mandando emissários a Moçambique, foi criando expectativas, [com] evasivas nos jornais, declarações equívocas do gabinete. Toda essa situação, que era esperada, aliás, de um período de transição de dez meses, [dificultou] a minha nomeação, demorou dois ou três dias a nomear-me, nomeou-me por pressão do Conselho de Estado. No Conselho de Estado, disse que era urgente encontrar uma solução para Moçambique; o general Spínola jamais me tinha pronunciado a palavra comissário. Ele sabia também que o alto-comissário tinha de ser uma pessoa que tivesse o *agréement* que pudesse ter alguma aceitação lá, sem ir criar logo, à partida, uma situação de conflito.

Portanto, o Conselho de Estado pressionou o general Spínola no sentido de me nomear.

Manuel de Lucena: Já com o seu nome? Não houve outros candidatos?

Almirante Vítor Crespo: Não. Inicialmente pensou-se no Melo Antunes mas… Como acontece sempre antes das nomeações há várias hipóteses, vários nomes que aparecem. Mas neste caso o único que conheço foi o meu. E portanto nomeou-me. O general Spínola sabia que a pessoa que estava indicada não podia ser, que era o… que foi a Lusaca, em representação [dele], o Casanova Ferreira, a única pessoa que o general Spínola entendia que podia ser. Ora o Casanova Ferreira era completamente impossível, gerava…

[…]

Portanto, eu gostaria de lembrar a situação muito difícil em que fui para lá, o caos social generalizado, a anarquia total, não havia autoridade de Estado nem comando militar, nem sabia onde havia de pousar porque… é preciso ter um sítio onde o avião aterre… Não sabia se me davam algum tiro quando chegasse. Lá consegui chegar à Beira, fui para a Beira num pequeno avião, meio clandestino. Aterrei na Beira, sabe Deus como, à noite e consegui chegar a Lourenço Marques. Instalei-me na Ponta Vermelha, onde passei então a fazer uma política que pensei que era a adequada. Não posso estar a descrever as políticas todas que procurei seguir, mas algumas gostaria de as sublinhar aqui. A questão dos direitos humanos: logo à entrada, numa conferência de imprensa que fiz no dia seguinte a ter chegado, depois de uma reunião dos comandos militares – porque nestas coisas da anarquia, os militares são essenciais para acabar com ela, não há outra forma, não se inventou. Apesar da internet, julgo que ainda continuam a ser importantes os homens das forças armadas para resolver as situações sociais, ou para as evitar, não deixar que aconteçam […]. Portanto, depois de garantir um comando militar, uma estrutura… É importante lembrar que levei de Lisboa […]

um conjunto de comandantes de unidades operacionais, cerca de dez, oito oficiais, que me iriam ser completamente fiéis [...]. O general Meneses não referiu isso, mas procurei reduzir a estrutura militar ao mínimo, isto é, entre mim, o comandante-chefe e uma unidade operacional (uma companhia que actuava no terreno) havia um comandante, apenas um comandante; eu comandava uma companhia através de um comandante. Portanto, não havia aquela pesadíssima estrutura de comando que existiu durante a guerra que era necessária para movimentar 40 mil homens. Portanto, a estrutura do comando era mínima para eu ter a certeza de que as minhas ordens eram de imediato seguidas pelas unidades operacionais.

Mas eu estava a falar dos direitos do Homem – é mais simpático. Garanti que o país passaria a ser um país novo, em que os direitos do homem seriam respeitados pelo alto-comissário. Era um dos predicados que eu tinha [devido ao] Acordo de Lusaca. [Garanti?] que em Moçambique seria aplicado (era uma omissão do Acordo) o Direito português, exercido por tribunais com juízes togados e que as polícias que investigavam os crimes seriam a polícia existente na altura e as estruturas da polícia judiciária existentes. Isto é: dava uma garantia a todas as pessoas existentes em Moçambique. Por outro lado, decidi que a política de segurança das pessoas e dos seus bens devia estar ligada à retracção do dispositivo militar. O dispositivo militar deveria retrair para se concentrar em força nos locais onde havia maior concentração de portugueses europeus, para garantir a acalmia social e para garantir a segurança das pessoas e bens. Porque os militares sempre foram dissuasores de situações de comoção social. Eu admitia que pudesse haver da parte da população autóctone uma procura de conquista dos bens das pessoas que queriam sair, das pessoas que lá residiam - o que não aconteceu.

Procurei uma política de fixação de portugueses, não só daqueles que tinham permanecido no território, mas também o regresso daqueles que tinham fugido para a África do Sul e que tinham vocação para

retomar as suas actividades. Esta política teve algum sucesso: penso que pelo menos 30% das pessoas que tinham ido para a África do Sul regressaram a Moçambique.

Foram regulados os transportes aéreos, havendo um *superavit* de lugares. Esta questão foi muito importante, porque a falta de lugares nos transportes aéreos dava como resultado uma procura louca; o perigo de não se poder ir quando se quisesse precipitava as decisões antecipadas para garantir… Portanto, a TAP garantiu sempre excessos de lugares relativamente às marcações. Isso teve sucesso porque as pessoas deixaram de ter receio de não poder vir para Portugal.

Estabeleceu-se um acordo para a continuação [de polícias portugueses] após a independência. Isto vem também nas medidas de segurança das pessoas e procura de que os quadros portugueses permanecessem em Moçambique. Foi difícil, mas a propósito destes apoios que o Exército português estava dando ao Exército de Moçambique no sentido de… Não foi só o Exército, foram as Forças Armadas em geral. Como os nossos estados-maiores se empenharam com o Estado-Maior do Exército moçambicano, para construir um modelo de exército e desenhar as estruturas das novas forças armadas de Moçambique, assim também eu procurei que na Polícia isso acontecesse. Mas como na Polícia… enquanto nas Forças Armadas era impensável deixar forças armadas portuguesas, na Polícia era possível e foi possível deixar forças policiais portuguesas que permaneceram em Moçambique com um acordo específico [e a] montagem de uma escola de polícia.

Foi feito um acordo financeiro com o Estado português, para suprir as enormes dificuldades sentidas. Na altura, Portugal já tinha vendido uma parte substancial do ouro e já estava com algumas dificuldades financeiras, as reservas estavam quase a chegar ao fim e, portanto, embora ainda não houvesse grandes dificuldades económicas havia dificuldades de transferências de divisas). Moçambique pretendia cerca de um milhão de contos, na altura era bastante dinheiro, e

então [montou-se] o seguinte mecanismo financeiro: como havia imensos funcionários e outros portugueses que tinham ido de Moçambique para Portugal e que recebiam pensões e requeriam transferências vindas de Moçambique, pois bem: Portugal recebia essas transferências em moeda moçambicana, geravam-se assim fundos moçambicanos vultosos que acorriam às despesas do Estado, e Portugal pagava em escudos portugueses as transferências e as pensões que eram devidas pelo Estado moçambicano. Esse mecanismo trouxe uma melhoria geral da situação (o Salgado de Matos poderá falar disto melhor do que eu porque era o secretário de Estado da Economia), penso que vivificou bastante a economia e, mais do que isso, deu uma esperança de estabilidade e de possibilidade de continuação dos portugueses lá, que era um dos aspectos que eu pretendia garantir. Aconteceu um fenómeno em Portugal que teve uma ampla repercussão em Moçambique: a nacionalização [depois do 11 de Março de 1975] da banca, dos seguros e de algumas empresas. A maior parte das empresas de Moçambique eram filais de empresas portuguesas: era assim com a banca (a maior parte dos bancos portugueses tinham filiais em Moçambique); era assim também com as companhias de seguros e com muitas empresas industriais e algumas comerciais. Ao serem nacionalizadas a banca, os seguros e algumas empresas, ficaram detidas pelo Estado português as suas filiais em Moçambique. E enquanto tinha havido alguma cerimónia [em proceder] a nacionalizações ou tinha havido tentativas mas tinha sido entendido que nacionalizar em Moçambique em geral era fechar… Fechar porquê? Porque as empresas eram dependências, os quadros vinham-se embora se as nacionalizassem, portanto, as empresas ficavam sem capacidade de funcionar. Acontece que, com a nacionalização da banca e dos seguros, cessaram as razões para eles quererem também a nacionalização lá das delegações dos bancos, das companhias de seguros […]. Esta medida foi uma medida – esta

é a minha opinião - a nível nacional inevitável, qualquer técnico de economia mediano a teria tomado. Foi o dr. Silva Lopes que o fez e não consta que seja um perigoso comunista. Foi inevitável. Lá teve repercussões graves naquilo que se procurava aguentar. Bem, as nacionalizações levaram logo a que eles mandassem os seus representantes para as empresas, pessoas em geral pouco qualificadas, o que perturbou um pouco o funcionamento das empresas.

Manuel de Lucena: Mas houve logo muitas nacionalizações, nessa altura?

Almirante Vítor Crespo: Não, não. Aliás, até eu me vir embora nunca houve uma única nacionalização. Só que, passando a ser do Estado as empresas (lá está, do Estado português), eles entendiam também que lá havia alguns direitos do Estado relativamente a essas: lucros, eventuais lucros que houvesse (mas não houve) seriam do Estado. Era um pressuposto natural.

Luís Salgado de Matos: Eles não tinham estudos de direito administrativo…

Almirante Vítor Crespo: Eu queria referir no fim destes aspectos todos, como é que isto tudo foi resolvido por mim. Mas eu agora queria falar de um aspecto que encheu jornais e jornais: o chamado contencioso colonial. O Estado de Moçambique tinha recebido, por empréstimo do Estado português, quantias elevadas para construir a estrada que ligava Lourenço Marques à Beira, para construir o aeroporto da Beira, para obras no caminho-de-ferro da Beira, para obras no porto [da ilha] de Moçambique, para obras no porto de Nacala, enfim, para barragens… Portanto o que é que Portugal dizia a Moçambique? Há imensos desses empréstimos que foram feitos em nome de obras em Moçambique que ainda não estão a produzir, portanto, são empréstimos normais, empréstimos internacionais, e como tal devem ser entendidos. Moçambique disse assim: parte disso foi o vosso próprio esforço de guerra, nem sequer devem invocá-lo

porque isso é a guerra contra nós. E de facto era extremamente difícil saber, num país em guerra havia treze anos, o que é investimento produtivo e o que é esforço de guerra. Um aeroporto, por exemplo, onde aterram também aviões militares, é um investimento produtivo ou é um esforço de guerra? Provavelmente, o porto de Nacala foi feito por razões militares embora servisse também fins comerciais e económicos. Portanto, esta discussão era quase interminável e acabou com o Primeiro-Ministro, general Vasco Gonçalves, a decidir, em Lisboa, que não falava de empréstimos financeiros de Portugal ao Estado de Moçambique. Contrariamente à minha vontade; pelo menos dez tostões eu queria que ficassem consignados. Quem conduzia estas negociações no local era eu próprio e fiquei extremamente contrariado, vou aqui sublinhar, quando o Governo de Lisboa… [nem mesmo] dez tostões… porque isso contrariava todo o resto das negociações e transferia da autoridade local para a autoridade em Lisboa certos aspectos que eu sabia não estarem preparados em Lisboa para resolver. Portanto, era mais o significado político da questão do que propriamente o significado financeiro, que eu sabia que não podia ser criticado.

Depois há questão do Banco. A questão do banco importa aqui referi-la também com algum relevo. O Banco Nacional Ultramarino era um instrumento fictício, como se sabe. O BNU não tinha reservas e emitia moeda sem ter um tostão de reserva. Portanto, os escudos de Moçambique, sem o apoio do Governo português e o apoio do Banco de Portugal, que apoiava o BNU e que fazia, numa base de confiança, com que o banco funcionasse e emitisse moeda… Sem esse apoio e sem essa confiança, digo eu, as notas de Moçambique, sem reservas, eram papel puro. Havia que resolver isso. Moçambique, naturalmente, reivindicava as reservas correspondentes àqueles milhões de escudos da circulação fiduciária do território. E o Portugal português não as queria pagar. As conversações [levaram a] um

sistema de compensações e de facto a conclusão é esta… O acordo pode ser lido, é público.

Manuel de Lucena: Estou-me a rir, sr. almirante, porque estava a apontar para o Luís. Pensava que tinha sido com ele…

Almirante Vítor Crespo: Sim, sim. Isto passou-se com…

Luís Salgado de Matos: A única coisa que eu fazia era pedir aos electricistas…

Almirante Vítor Crespo: Eu refiro até quem é que tratou dessas coisas. Tenho aqui o acordo. Portanto, o Banco Nacional Ultramarino foi transferido com as máquinas de escrever, com a contabilidade montada, tinha umas moedas de ouro bonitas lá numas colecções… Mas não houve, de facto, nenhuma compensação financeira.

Esqueci-me de falar de um outro ponto que, como se sabe, começou por ser uma reivindicação e nunca chegou a ser agendado, porque nessa altura houve uma intervenção minha no sentido de que isso contrariava o Acordo de Lusaca. Foram as compensações de guerra… Mas nem sequer chegaram a ser agendadas. O Acordo de Lusaca, no seu espírito, embora não o referisse, o espírito do acordo de Lusaca negava-as. E, portanto, se houvesse agendamento desse ponto nas negociações não haveria mais negociações, rompiam-se ali todas as negociações. Era um ponto de princípio, que não foi sequer agendado.

O Acordo sobre o Banco de Fomento Nacional. […] O BFN tinha vocação para o fomento de obras públicas e tinha investimentos vultosos, financeiros e directos e indirectos, uns nos bancos outros directamente em obras que tinham sido feitas. Houve que regular também isso, mas no BF não houve, na dívida pública, um perdão; houve um acordo generoso, um acordo, enfim, compreensivo da situação, porque algumas destas obras… mas outras puderam ser valorizadas, pôde ser valorizado o seu rendimento futuro e portanto aqui houve ainda apuramento de alguns valores que deviam ser compensados […].

O acordo sobre os funcionários públicos. Ora bem, este acordo foi muito importante.

Falha na gravação devida à mudança de cassete.

… Todas as questões sociais e de reformas dos funcionários públicos foram reguladas entre os dois Estados conforme a percentagem de serviço que tivessem prestado em Portugal e em Moçambique. E isso era regulado de forma muito criteriosa no plano jurídico. Como disse, facilitando bastante que as pessoas continuassem em Moçambique: tinham benefícios. Uma parte dos seus vencimentos era paga em Portugal e [o resto?] em Moçambique.

Depois vem, finalmente, o «elefante branco» de que o Almirante Almeida e Costa aqui falou: Cahora Bassa. Como era? Na altura, como eu já referi, o orçamento de Moçambique era de um milhão e meio de contos. Portugal só em dívidas financeiras à África do Sul tinha encargos à volta de seis milhões. O investimento, enfim … não vou aqui descrever os números porque isto é uma questão financeira complexíssima e não teríamos tempo de a tratar. Mas, no essencial, é importante reter que Portugal ficou dono de Cahora Bassa. Dono de Cahora Bassa. Eu penso que é o melhor acordo que alguma vez se poderia ter feito naquelas circunstâncias. Portugal jamais poderia reaver dali nada a não ser ficar dono daquilo e da energia e das potencialidades que aquilo produzisse. A guerra, depois, criou-nos dificuldades na assunção deste acordo mas qualquer outro tipo de acordo teria sido pior, a meu ver. Porque ficámos donos de um mecanismo que, posteriormente e através dos lucros de Cahora Bassa, faria passar as acções para o Governo de Moçambique. E quando a empresa estivesse compensada financeiramente, isto é, quando os lucros fossem suficientes para pagar o investimento, a empresa seria moçambicana. Portugal, ainda assim, tinha pois uma parte… Isso desenvolveu-se, está a correr, enfim, com todas as dificuldades vindas do facto de a guerra [civil] não ter permitido vender energia; e Portugal gastou já bastante dinheiro, reinvestiu lá

bastante dinheiro, mas a situação continua como foi acordada nesta altura.

Houve acordos também sobre serviços aéreos entre Portugal e Moçambique, negociações entre a TAP e as companhias de Moçambique; acordos sobre as agências gerais das companhias de seguros, isto é, sobre as responsabilidades que eram do Estado de Moçambique e do Estado português; acordos sobre fretes marítimos, transporte de energia eléctrica, telecomunicações, dupla tributação; acordo sobre a propriedade industrial; acordos sobre interesses empresariais portugueses em Moçambique; finalmente, um acordo geral de cooperação e amizade, que estabelecia as relações entre Portugal e Moçambique; um acordo com o estatuto de cooperante; e um acordo judiciário. Tudo isto para funcionar depois da independência. Eu penso que comparando [os acordos de] Evian [sobre a independência da Argélia] e estes, não só na minha opinião mas [também] na de especialistas, estes eram mais refinados. Já tinham [absorvido] a experiência jurídica, económica e financeira de Evian. Por isso, eu penso que aquilo que não foi feito em Lusaca foi-o, completamente, durante o período de transição.

Gostaria de citar só aqui uns nomes, porque isto é importante para dizer quem foram os negociadores e quem tratou tecnicamente disso. Eu escrevi isto à pressa, devem-me falhar aqui alguns nomes e gostava que o Salgado de Matos me ajudasse. Citaria juristas. Entre os juristas: Jorge Sampaio, Miguel Galvão Telles, Joaquim Pires de Lima, José Manuel Galvão Telles. Economistas. Entre os economistas: Walter Marques e João Cravinho. Estou só a citar os chefes de grupo […]. Nas questões económicas foi fundamentalmente o Walter Marques […] bancos e seguros; o João Cravinho para a parte da indústria. Os gestores foram o António Martins, para as questões das grandes empresas, o Gomes Mota e o Walter Rosa. Estes são os chefes das equipas. Faltam aqui muitos nomes mas eu diria que é bastante difícil reunir em Portugal um conjunto de técnicos da

qualidade daqueles que assistiram tecnicamente estas negociações. Tal como os acordos de Evian, a guerra rasgou-os [os acordos]. Os textos existem, as boas relações entre Portugal e Moçambique podem ainda reger-se, no futuro, pelos textos destes acordos. Era aqui que eu queria terminar.

Interveniente não identificável: Ó sr. almirante, não havia diplomatas nestas…

Almirante Vítor Crespo: Havia. Eu não os citei aqui mas havia gente do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Deixe-me ver… Não estou lembrado, mas havia.

Luís Salgado de Matos: Moçambique nessa altura não era tecnicamente um Estado independente portanto não tinha…

Almirante Vítor Crespo: Mas havia. Nós precisávamos [de diplomatas], por razões técnicas…

Almirante Almeida e Costa: O Melo Gouveia não estava…

Almirante Vítor Crespo: Sim, o Melo Gouveia. Mas havia mais. Eu tenho esses apontamentos, não tive tempo de ir lá.

Manuel de Lucena: Vamos talvez passar a um período mais de perguntas e respostas. Eu tinha aqui duas ou três, de resto não só para o sr. almirante. Começaria por um ponto que foi tratado muito de passagem e também objecto de conversa ontem, com o sr. almirante Rosa Coutinho. Voltando um bocadinho ao 7 de Setembro: na visão do almirante Rosa Coutinho, que é uma visão um pouco original, ele disse que o 7 de Setembro mais do que (ou tanto quanto) com a situação política interna, teve a ver com uma grande estratégia spinolísta relativa à descolonização. E, portanto, terá estado muito articulado com o que devia passar-se em Moçambique e com o que devia passar-se em Angola, com movimentos de brancos, quer num lado quer noutro (na Beira, em Nova Lisboa). E o 7 de Setembro em Moçambique terá sido qualquer coisa como uma antecipação, uma precipitação de forças conservadoras ou reaccionárias moçambicanas, que teriam inclusivamente prejudicados

outras acções preparadas para a Beira, um pouco mais tarde, para que, depois, a manifestação da «Maioria Silenciosa» [acontecesse] cá, na sequência de movimentos em Angola e Moçambique. Gostava que o Sr. Almirante, que já lá chegou no rescaldo…

Almirante Vítor Crespo: Mas ainda havia…

Manuel de Lucena: Com certeza que ainda apanhou notícias muito frescas acerca desse assunto. Qual é a sua visão desses acontecimentos, não só ligada a este tema que agora atirei para mesa mas em geral, quer dizer, como é que viu o 7 de Setembro?

Almirante Vítor Crespo: O 7 de Setembro não acabou em 11 de Setembro, quando eu cheguei. Como nas torneiras, quando se fecha a torneira ainda fica alguma água a correr. Eu cheguei lá e a medida que tomei foi fechar a válvula de segurança, foi pôr as Forças Armadas a trabalhar. Depois, as pessoas ficaram normalmente a agir como até aí. Houve umas prisões e interrogatórios, porque morreram aí umas 500 pessoas no 7 de Setembro. Nós ficamos sempre preocupados com o 21 de Outubro porque no 21 de Outubro morreram 40 e tal brancos, mas cerca de 500 pessoas morreram no 7 de Setembro. Morreram como? Quando as pessoas andavam na rua, atiravam-lhes tiros de cima dos telhados para provocar pânico e agitação. Este aspecto é muito importante citá-lo. Depois, depois de garantida às pessoas a segurança e de se ter pedido que as pessoas regressassem ao trabalho e à normalidade das suas vidas, ainda de cima de prédios de Lourenço Marques se atiravam tiros (como eu vi de um helicóptero, sobrevoando a cidade) às pessoas que se dirigiam ao trabalho, *tout court* a quem passava em baixo… preto. Quero salientar que o fenómeno de 7 de Setembro não foi apenas um fenómeno politicamente fantoche. Foi um acontecimento com consequências gravíssimas porque, além dos danos pessoais gravíssimos, provocou danos nas empresas, pilhagens, assaltos, uma convulsão que teve consequências durante todo o período de transição. Portanto, o 7 de Setembro não foi um fenómeno simples;

foi um fenómeno político inconsequente, mas de enormes consequências sociais.

Relativamente a quem o organizou, é difícil, [saber] evidentemente… Os serviços de investigação moçambicanos tentaram saber quem e porquê, para agir e, portanto, exigir responsabilidades, porque fenómenos deste género têm responsáveis. O que acontece é que, fora das organizações locais e da sua acção imediata (de ocupar o Rádio Clube de Moçambique, de fazer declarações públicas, de perturbar a ordem, etc.), […], não foi encontrada nenhuma organização supranacional que tenha apoiado [o 7 de Setembro] nem nenhuma uma organização [nacional] com estruturas fixas, permanentes, organizadas, que o tenha apoiado. Por outro lado, vale a pena pensar que a política do Sr. Vorster, como eu aqui já várias vezes referi, era de boa-vizinhança com a Frelimo e não de hostilidade, isto é, não queriam aumentar os seus problemas internos, embora o sr. Smith [na Rodésia] tivesse a posição contrária. Portanto, da África do Sul não é provável que tivessem vindo apoios. E os grandes apoios políticos, se se tratasse de uma grande manobra concertada, não podiam deixar de vir da África do Sul.

Tem-se citado, cita-se sempre a propósito de Moçambique, o nome de Jorge Jardim, um homem romântico, de eficácia na acção… não vale pena caracterizar mais... Eu penso que o Jorge Jardim jamais teria participado [no 7 de Setembro], porque naquela fase o Jorge Jardim estava a tentar ter boas relações com a Frelimo…

[**General Sousa Meneses?**]: Exactamente.

Almirante Vítor Crespo: … para vir outra vez para Moçambique, fazer a sua vida de grande senhor de Moçambique, país de que ele gostava, teve esperança de recuperar a sua actividade económica e a sua vida, a sua casa, os seus filhos; tudo estava lá. Era um homem suficientemente realista para não se meter em aventuras inconsequentes, que eram aquelas de Moçambique. Se Portugal (isto visto por um Jardim, que era um homem culto, inteligente e

sabedor), se Portugal não tinha conseguido ganhar a guerra ao fim de 13 anos como é que aqueles 40 ou 50 mil possíveis [colonos brancos], sem nenhuns apoios internacionais [poderiam ter ilusões independentistas]? Portanto, eu não penso que o Jardim tivesse alinhado, embora eles o evocassem; eles evocaram-no várias vezes. Em interrogatórios e inquéritos, feitos *a posteriori*, muitas vezes foi citado o apoio de Jorge Jardim, mas citado sem um documento sem nada, citado porque o Jorge Jardim a citara. Em particular *a posteriori*, depois da derrota, sabia-se que não [estava envolvido]. Os nossos serviços de informações nunca descobriram nenhuma estrutura organizada por detrás daquilo. Aliás, a acção do movimento do 7 de Setembro foi ela própria inconsequente: não procuraram estruturas militares de apoio; não procuraram apoios internacionais; a própria comunicação social foi [tomada] através do Rádio Clube, que nessa altura era muito importante, porque era como o canal único de televisão hoje…

Portanto, essa tese que eu oiço aqui pela primeira vez, é uma tese que me parece bastante inconsequente. Pode ter havido conversações; claro que houve conversações sobre uma independência branca de toda a África Austral, entre os adeptos dessas teses. Mas penso que nunca passaram a uma estrutura organizada com capacidade de a levar a efeito.

Manuel de Lucena: Portanto, admite que tenha sido fundamentalmente um pânico…

Almirante Vítor Crespo: E não só. E uma cópia dos seus vizinhos do [?], e um certo estímulo do Ian Smith. Eu, depois, vim a obter informações sobre ligações entre o Ian Smith e a direita portuguesa. O próprio general Spínola deu um imenso aval às acções que foram praticadas durante aqueles dias, não fazendo nada, não dando uma instrução ao comando-chefe de Moçambique («Acabem com isso») […]. Qualquer companhia teria terminado com o 7 de Setembro numa

hora. Só existiu o 7 de Setembro, aquela situação, porque não houve ordens para terminar com ela.

Carlos Gaspar: Sr. Almirante, da parte portuguesa quando é que há a percepção de qual vai ser a política da África do Sul perante a independência de Moçambique?

Almirante Vítor Crespo: Houve conversações minhas com diplomatas da África do Sul. A África do Sul mandou a Moçambique o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros dizer-me que a África do Sul teria, durante o período de transição, uma política de boas relações, pragmática e que queria manter os circuitos económicos e comerciais. Aliás, verificou-se até uma melhoria dos transportes com a África do Sul por via do porto de Lourenço Marques; e houve uma melhoria geral das relações económicas entre a África do Sul e Moçambique durante o período de transição. Isso teve expressão num contacto com o alto-comissário por iniciativa do representante da África do Sul.

Carlos Gaspar: E antes da assinatura do Acordo de Lusaca?

Almirante Vítor Crespo: Não, que eu saiba. Eu não tenho conhecimento de que tenha havido contactos com o Governo da África do Sul antes da assinatura de Lusaca. […]

Só para completar este aspecto das relações de vizinhança: relativamente ao sr. Ian Smith, foi completamente diferente a posição. Primeiro, porque a ZANU usava bastante o território de Moçambique para levar a cabo acções na Rodésia. Portanto, o sr. Smith sentia directamente a acção de um certo apoio que eventualmente houvesse de Moçambique à ZANU e da ZAPU, movimentos de libertação do território. E também me fez saber, através do seu cônsul em Lourenço Marques, que ainda existia, que a Rodésia tinha direitos de acesso ao Índico dos quais jamais abdicaria. Ao que eu respondi que o Governo português, responsável pela soberania do território durante o período de transição, o não permitiria o uso da força. Foi por isso que… O general Meneses

esqueceu-se de referir o reforço que nós fizemos na zona da Beira: os nossos *Fiats* e as nossas forças fuzileiras e [outras] forças especiais, durante o período de transição, que não eram precisos para combater nada, foram colocados na Beira para negar o tal direito ao porto da Beira que o Sr. Smith fez anunciar. Portanto, constituiu um dissuasor que para a situação na Rodésia era importante; era um dissuasor bastante para as forças de que a Rodésia dispunha. Nessa altura, em Moçambique, havia 40 mil homens, havia forças significativas.

General Sousa Meneses: Estava tudo já concentrado na cidade da Beira.

Almirante Vítor Crespo: Concentradas no comando, disciplinadas…

Manuel de Lucena: Tem alguma indicação de alguma mediação inglesa no problema da descolonização de Moçambique?

Almirante Vítor Crespo: Não. De facto, o Governo inglês, junto do cônsul (esse cônsul funcionava com actividade diplomática) fez saber as preocupações que a Inglaterra tinha relativamente à situação da Rodésia, mas não muito mais do que isso. Isto é, eles entendiam que a não-intervenção e o não-apoio à ZANU e à ZAPU era favorável à situação rodesiana. E, por isso, isso foi discutido com o governo de Moçambique e com o Joaquim Chissano, eu com frequência insisti em que a Frelimo não se metesse naquele período em apoios militares directos à ZANU, que se sabia [estar em?] território português. E foi neste contexto, já agora gostava de sublinhar, que o sr. Rui Knopfli, mal informado, foi posto na rua no dia seguinte quando publicou um grande artigo no jornal. […] O sr. Rui Knopfli, não sabendo da situação política, um dia publica um enorme artigo de opinião num jornal de Moçambique e no dia seguinte vem [mandado] para Portugal. Durante a guerra e durante a descolonização não há liberdade de imprensa! Não houve naquele período! Houve liberdade orientada.

[…]

Manuel de Lucena: Mas o que é que o Knopfli dizia?

Almirante Vítor Crespo: Eu quero dizer estas coisas com toda a clareza, para ficarem ditas.

Manuel de Lucena: Ah, a apoiar a Zâmbia.

[…]

Outra coisa que eu queria também perguntar: não apanhou ligações entre pessoas do 7 de Setembro moçambicano com gente da independência branca angolana?

Almirante Vítor Crespo: Poucas, poucas. Tive alguma informação de que houve contactos, naturalmente; mas ligações organizacionais, não.

Agora, é importante que eu refira o que me levou a tomar uma decisão que tem sido muito contestada em Portugal, de que gostava de falar aqui: é a questão dos arquivos da PIDE, muito importante essa decisão.

General Sousa Meneses: Muito contestada?! Era o que faltava!

Almirante Vítor Crespo: Acontece o seguinte: durante aquele período eu senti… Eu senti, não! Tinha informações de que o sr. Smith e os serviços secretos da Rodésia estavam recrutando, entre os militares moçambicanos que tinham servido nas tropas portuguesas e que tinham sido desmobilizados com cuidado extremo. Essa gente era gente bem preparada militarmente, que tinha servido nas Forças Armadas portuguesas, alguns durante sete anos. Eram militares profissionais que tinham sido desmobilizados. Como? Colocando-os nas suas terras, com uma compensação financeira para que eles pudessem arranjar as suas vidas… porque essa gente também serviu muito o Exército português. No final do período da guerra, grande parte das acções ou uma parte considerável das acções militares foram feitas por GEP, GEs, que eram de recrutamento local, portanto, moçambicanos. Ora, esses indivíduos um pouco afectados pelo fim da guerra e pela desmobilização, gente que já vivia há sete anos aí, foram cuidadosamente postos nas suas terras com compensações financeiras. E, apesar disso, eu averiguei

que muitos deles estavam a ser recrutados para uma formação de mercenários que o sr. Ian Smith estava a [organizar] na Rodésia. Essa formação passou até para a África do Sul, depois da resolução do problema da Rodésia, da independência, digamos, da Rodésia. E esteve na base de alguma guerra… Não quero dizer que tivesse constituído o primeiro desafio à estabilidade de Moçambique mas teve influência. Durante esse período, chegaram a estar pelo menos 200 homens desses organizados na Rodésia, como força miliciana, e eu detectei - detectaram os serviços de informação de Moçambique - que as informações vinham exactamente dos arquivos da PIDE. Os arquivos da PIDE e os registos militares forneciam informação para esse recrutamento: para saber se era bom militar, se não era bom militar, o que é que tinha feito… Assim como também detectei que as autoridades moçambicanas, instituídas no território, se serviam desses arquivos para algumas sanções sobre certos moçambicanos que as tinham traído, com informações… Há delatores em todas as organizações e o registo dos delatores estava nos arquivos da PIDE. Essa gente, bem ou mal, tinha trabalhado no Exército português. E, por outro lado, detectava-se em Lisboa procura e recolha de informações nesses papéis, nesses documentos, nesses arquivos; informações que também estavam a ser usadas em Lisboa contra pessoas que tinham saído de Moçambique para Portugal. Ora bem, face a esta situação, aquilo era um ninho de conflitos, era um inquinar das relações entre Portugal e Moçambique para todo o sempre e era a capacidade total de recrutar gente contra Moçambique. Não podiam existir esses arquivos; foram destruídos, queimados. Era a única forma de garantir que a informação que continha não saía. Nessa altura sabe-se como foram tratados os arquivos da PIDE em Portugal, como foram tratadas todas as informações que havia em Portugal.

Manuel de Lucena: E o sr. Almirante ficou com a certeza absoluta de que os arquivos foram efectivamente queimados?

Almirante Vítor Crespo: Assisti. Foi o general Melo Egídio que os queimou pessoalmente, acendendo um fósforo.

General Sousa Meneses: O interesse era tão grande que o próprio Samora Machel pedia insistentemente os nossos arquivos de informações… «Não leva nada, você daqui não leva nada!» E foram todos queimados.

Almirante Vítor Crespo: Acontece que, ultimamente, isso foi também matéria de resolução do Conselho [de Chefes?] do Estado-Maior. Foi há um mês, eu participei na [decisão]. Ainda hoje são altamente preocupantes as informações contidas nos documentos da guerra de África. Têm de ser tratados com todo o cuidado. Não se trata de verdade histórica! Trata-se de sevícias contra pessoas, trata-se de inquinação de relações entre Estados… Tem de ser realisticamente tratados com todo o cuidado.

Manuel de Lucena: Tinha agora outro ponto, para todos. Por um lado, as etnias e, por outro, os partidos que aparecem, depois do 25 de Abril, os partidos fantoches ou partidos adventícios. Tenho algumas dúvidas, perante o que se passou noutras colónias, que forças que apareceram depois, que na altura eram adventícias ou que eram coisa que nascera com o próprio 25 de Abril (em Cabo Verde parecia de facto não poderem com uma gata pelo rabo e passado uns anos ganharam as eleições)… Gostava de tratar com um bocadinho mais de pormenor este problema e saber como é que viram o aparecimento das forças principais - Fico, Gumo, a [Joana] Simeão - e não só a sua força naquela altura (que evidentemente não era grande nem podiam estar muito implantados nem ter muita organização), mas também as suas perspectivas, [a força potencial]. Porque eles foram tratados com uma tal violência que não se usa para quem não pode com uma gata pelo rabo… Portugal deu a independência, ficou a Frelimo reconhecida e com todos os meios, ficou [a ser] o partido único, e para quê reagir com tal violência e eliminação física de toda

essa gente se essa gente não tivesse de facto algum poderio potencial. Gostava de pôr esta questão a todos os presentes.

Almirante Vítor Crespo: Os partidos, as formações políticas, que apareceram em Moçambique – só falo de Moçambique porque o caso de Angola é completamente diferente – tinham pouca expressão pessoal. Isto é, as pessoas que os dirigiam não eram pessoas notáveis no território pela sua qualidade intelectual ou financeira ou outra. Eram pessoas que tinham tido iniciativa política e formado organizações. Segundo, não tinham adeptos conhecidos. Faziam comícios ou organizações partidários e não se conheciam cem pessoas pertencentes àquela organização. Não tinham relações internacionais conhecidas, não tinham história e tinham só a expressão que alguns jornais lhes davam e que eles próprios conseguiam produzir. Não se pode falar de organizações políticas com expressão nacional, nenhuma delas tinha expressão nacional: umas tinham expressão nalgumas cidades e outras nem isso. E eram em número de 40. E expressaram-se, enquanto durou o período de liberdade de imprensa e de democracia, entre aspas, [porque se estava] numa situação de guerra. E portanto tiveram expressão, falaram. Quando acabou essa liberdade de imprensa deixaram de falar. Porque, durante o período de transição, essas pessoas não tiveram expressão política nenhuma - quero assumir isso inteiramente. Mas também não foram perseguidos, não foram extintos… Não houve liberdade democrática total no período de transição – quero assumir tudo - porque era impossível haver paz social, construção de uma sociedade, salvaguarda dos interesses portugueses, e liberdade de Imprensa e democracia neste período. Quero assumir tudo, com toda a clareza. A defesa dos interesses portugueses e a organização do Estado de Moçambique impedia a total liberdade de imprensa e a democracia. Aliás, a Frelimo era marxista-leninista – é preciso não esquecer isto – e portanto a

negociação [da independência] de Moçambique foi feita com um partido marxista-leninista.

General Sousa Meneses: O que mais me custou foi o fim que eles deram a essa gente, à Joana Simeão, ao Uria Simango...

Almirante Almeida e Costa: Mais tarde, a Joana Simeão veio a falecer. É preciso ver que muitos eram grupos oportunistas nítidos, visíveis, grande parte deles formados por meia dúzia de brancos: emitiam um comunicado, anunciavam que se tinha formado um grupo, e estavam a emitir continuamente comunicados. Durante aquele período de Maio a Julho emitiram imensos comunicados; há montes, eu tenho montanhas de comunicados. Falei com alguns deles.

Eu creio que a Frelimo viu com particular desagrado a reemergência de figuras que eram dissidentes da Frelimo (a Frelimo era uma Frente), e alguns deles, o Lázaro Kavandame, o Miguel Murupa, etc., dissidentes da Frelimo, vieram a surgir depois nesses grupos ou grupúsculos aparentemente sem expressão. E [a acção desses] dissidentes, que de resto se tinham aproximado do Governo português, ou parecia que estavam a favorecer o Governo português e particularmente a quererem empurrar a solução do referendo, foi vista pela Frelimo como uma traição ou coma a continuação da traição de que já eram acusados pelos membros da Frelimo. Recordo-me que a Joana Simeão era uma mulher com vocação política, que pretende exercer uma actividade política, que foi impedia pelo Estado português…

Manuel de Lucena: Mas isso foi antes da transição?

Almirante Almeida e Costa: Antes. E que em 1973, o Baltasar Rebelo de Sousa vai impulsionar, dinamizar a sua acção política mas de uma forma que a tornava extremamente vulnerável tanto aos olhos da opinião pública, como da administração portuguesa e da Frelimo. A Joana Simeão, uma mulher que tinha bastantes dotes políticos, no final, surge comprometida com os equívocos que o seu

aparecimento e a protecção do Governo português, já numa situação crítica da administração portuguesa em Moçambique, lhe proporciona.

Manuel de Lucena: Pois. Mas a seu ver, sr. almirante, o que é que justifica… Primeiro disse uma coisa, disse que alguns eram oportunistas; outros já não seriam tanto…

Almirante Almeida e Costa: Sim, mas eu não sou capaz de fazer a destrinça entre uns e outros; eram tantos os grupos que nem verdadeiramente os acompanhávamos… Eu pelo menos durante o período em que lá estive não tinha muita informação sobre isso. Recordo-me de ter recebido um grupo que era a Convergência Monárquica de Moçambique. Recordo-me de perguntar: «Mas então vocês querem uma Monarquia aqui?» E eles metiam os pés pelas mãos. Chegava-se à conclusão que eram seis ou sete monárquicos, brancos. Até tenho notas disso. «Mas vocês nem têm pretos convosco, são só vocês?» E eles não tinham pretos nenhuns. E eu disse-lhes assim: «Eh pá, ao menos arranjem alguns pretos!»

Risos.

Era um bocado surrealista toda essa movimentação – eu refiro-me ao período inicial, Maio e Junho [de 1974]. E, como não havia censura, toda a gente emitia comunicados, o comunicado n.º 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7… Eu também não estou informado sobre as violências da Frelimo – até porque depois deixar de acompanhar as questões da Frelimo nesse domínio - não estou informado concretamente sobre o que terá sido feito a essa gente. Eu ouvi, li algures, que a Joana Simeão teria sido enviada para um campo de reeducação e que teria morrido uns anos mais tarde, que se teria suicidado ou qualquer coisa assim.

Manuel de Lucena: E há também o Uria Simango…

Almirante Almeida e Costa: O Uria Simango era também um dissidente da Frelimo, não é? Eu, pela minha parte, não tenho informação, não acompanhei a história de Moçambique posteriormente para saber o que é que se passou.

Manuel de Lucena: Bem, eu não estou aqui a questionar a falta de liberdade dos partidos num período de transição, que é coerente com o acordo de reconhecimento de um partido único. Estou a perguntar-lhes qual é a vossa opinião, a sua impressão, sobre a força potencial desses partidos…

Almirante Almeida e Costa: Sobre o que aconteceu às pessoas…

Manuel de Lucena: Não, mas isso também não é consigo, ninguém sabe… O Simango e a Joana Simeão, li num artigo do *Público*, foram levados para o tal campo de reabilitação e ou não chegaram lá ou chegaram mas…

Interveniente não identificável: Mas eles estavam em Moçambique?

Manuel de Lucena: Sim, sim. Mas eu gostava de ter era a vossa impressão…

Almirante Vítor Crespo: Eu nunca tive contacto com essa gente. O meu serviço de informações nunca me disse que essa gente tinha chegado a Moçambique, essa gente não vivia lá, essa gente vivia em Portugal.

Almirante Almeida e Costa: O Miguel Murupa…

Almirante Vítor Crespo: Teriam lá estado durante esse período convulso? Assim como outro homem que é advogado que era o…

Almirante Almeida e Costa: Exactamente. Cá em baixo, em Inhambane…

Almirante Almeida e Costa: O Domingos Arouca. O Domingos Arouca, por exemplo, é um homem em que os brancos falavam… em que se falava muito como um futuro líder político, já depois do 25 de Abril ou logo no 25 de Abril, e que depois aderiu à Frelimo. Ele próprio faz uma declaração – estou recordado até disso, porque me surpreendeu. Neste período entre Maio e Junho, Julho ele adere à Frelimo. A Joana Simeão depois foi expulsa do GUMO, que era o grupo a que ela pertencia, sob a acusação de actividades pidescas, entre aspas, e veio a formar um outro grupo, o FUMO, que aglutina

diversos dissidentes ou diversos expulsos da GUMO e depois afirma a sua lealdade à Frelimo. Portanto, há uma grande confusão neste período, que é o período que eu acompanhei; há uma grande confusão de facto.

Almirante Vítor Crespo: Isto passa-se ao nível de pessoas, não se passa ao nível de grupos.

Carlos Gaspar: Não sei se o problema dos massacres [do 7 de Setembro] já estará resolvido e se se pode voltar à questão de Mueda. Foi a primeira missão do sr. almirante a Moçambique…

Almirante Vítor Crespo: Não.

Carlos Gaspar: A primeira missão depois do 25 de Abril.

Almirante Vítor Crespo: Porque comandei um navio durante a guerra… e tinha lá estado antes noutra comissão… Bom, sobre essa ida à Mueda, há aqui uma questão muito importante levantada pelo general Meneses, que era decisivo resolver. Isto é, os membros do MFA, do Conselho de Estado e da Comissão Coordenadora estavam a verificar a deterioração da situação militar e social. Como resultado os militares com iniciativa chegavam ao pé da sua contra-parte inimiga e diziam: «Que razão temos nós para andar aqui aos tiros [uns] aos outros?» e faziam um mini-acordo, como aconteceu na Guiné, em vários sítios, e como aconteceu também em Angola, pelo menos na zona do Leste. Ora bem, isso era a negação total da resolução do problema colonial português; era o fim caótico de uma situação. Em Mueda, sabendo isto, nós procurámos, enfim, fazer um esclarecimento oficioso, oficial, às forças, como o general Meneses já aqui referiu, no sentido de lhes dizer quais eram as expectativas do MFA, contrárias às do Presidente da República [general Spínola], de resolução do problema. E que era essencial uma presença e uma afirmação militar de força para nós podermos negociar [?] com a Frelimo. A guerra tinha servido para isso. O anterior Governo não o tinha feito, nós queríamos um mês, dois meses, de poder, e tínhamos capacidade o de exercer: desde de que concentrássemos os

dispositivos militares, éramos fortes e superiores em toda a parte. E, portanto, desde que o fizéssemos, que nos dessem tempo de negociar e de encontrar soluções políticas para o problema. Ora, se Mueda tem caído, como o general Meneses disse, naquela noite caía tudo…

Falha na gravação devida à mudança de cassete.

… Estava preparado, tal como para Omar, exactamente o mesmo, as pessoas dos jornais e do Rádio Clube de Moçambique eram da Frelimo; e a Frelimo estava a fazer ataques conjugados na comunicação social, com falsa informação, com palavras de ordem, para obter efeitos militares naquele sítio. A Frelimo sabia perfeitamente que, caindo Mueda, todo aquele rosário à volta da fronteira norte, que era o chamado «Nó Górdio» (ainda não se usou aqui a palavra própria), esse «Nó Górdio» caía todo, porque estava tudo concentrado em Mueda. Portanto, quando nos pediram… Chegámos a Moçambique para ir lá, enfim, numa sessão de esclarecimento [e para] entendimento até do próprio coronel que estava a comandar a unidade que, [embora] militar, não tinha entendido a necessidade de um esforço final. Pois bem, houve ali uma vontade de defesa e saíram goradas todas aquelas operações da comunicação social…

Manuel de Lucena: Isso em que data é exactamente?

General Sousa Meneses: O senhor chega lá em… 26 de Julho? O sr. chega lá e vai logo para… O *briefing* é logo naquela altura?

Almirante Vítor Crespo: É. Deve ser 26 ou 27 de Julho. Recordo-me perfeitamente da vontade de expressão que tinha naquele grupo um médico, que tinha sido desviado da sua actividade profissional, que odiava… que tinha interrompido uma carreira promissora e que era um líder dos milicianos e da restante tropa ali no sentido de dizer: «Não temos nada a ver com isto, isto não é território português, vamos todos embora amanhã.» Era um homem já de 40 anos…

General Sousa Meneses: Hoje em dia é professor universitário em Coimbra.

Almirante Vítor Crespo: … Com uma carreira universitária promissora. Foi esse senhor que eu mandei prender nesse dia, ali, no quartel, para obter certos efeitos. Com a tropa, são precisas certas medidas…

Carlos Gaspar: Sr. almirante, quando chega a Nampula tem a informação de que a operação sobre Mueda está iminente?

Almirante Vítor Crespo: Não, isso era do Estado-Maior aqui em Lisboa, isso eram informações da máquina militar. Eu aqui em Lisboa não tinha sensibilidade para os problemas de Mueda. Isso foi a máquina militar que me informou. Porque isso é que é importante saber: a situação de Moçambique era de tal maneira grave que os enviados do MFA a Moçambique – que não eram pessoas… *personas gratas* do Estado-Maior clássico - eram tidos com toda a consideração porque lá se entendia que era a única forma de resolver o problema com dignidade militar e no interesse nacional.

Carlos Gaspar: Quando chega a Nampula, a 27 de Junho, a informação que o Estado-Maior no Quartel-General lhe dá é a de que…

Almirante Vitor Crespo: É a de que Mueda podia cair nesse dia.

Carlos Gaspar: Nesse dia?

Almirante Vitor Crespo: Nesse dia.

General Sousa Meneses: O sr. Almirante chega a Nampula, já não me lembro… talvez a seguir ao almoço, e vai para a nossa sala de *briefing*. E a gente ferra-lhe um *briefing* como fazia a toda… como eram pessoas muito importantes, a gente espetou-lhes ali com a 2.ª [Repartição], com a 4.ª, com a 5.ª, com a 6.ª, aquelas repartições todas a falar. E chegou a certa altura, o chefe de Estado-Maior tinha de sintetizar. E na síntese disse assim: «O que há de fundamental, nisto tudo que ouviram, é o problema de Mueda, que é um problema que nos preocupa, porque essa coisa pode cair; e pode cair de um

momento para o outro, e se cai é o fim. É um desprestígio, é uma desonra para todos nós.» De maneira que, se os senhores quiserem de facto [ajudar], é para irem já amanhã num Cessna… foi num Cessna, não foi?

Almirante Vítor Crespo: Não, foi num daqueles de dois corpos, um Nord Atlas.

General Sousa Meneses: É irem amanhã para Mueda e façam lá umas reuniões com a rapaziada. E fizeram [?] tão bem feito que dois dias depois estava o problema resolvido.

Almirante Vítor Crespo: A situação estava tão grave que a Força Aérea já voava em operações de alto risco para Mueda. Foi o caso. Foi preciso haver um voluntário, um maluco de um piloto que nos levasse até lá. É preciso ver qual o estado da situação porque [nessa altura a Frelimo] já tem mísseis e põe-nos os aviões no chão.

Carlos Gaspar: Sr. almirante, quando é que decidem desembaraçar-se do governador Soares de Melo? É na sequência dessa missão?

Almirante Vítor Crespo: Ele pede a demissão. O Soares de Melo um pouco antes… Não, foi bastante antes, aí uns dois meses antes… vê a situação de tal maneira incontrolável por acção dele próprio, da sua política, que pede a demissão e não aceita ser reconduzido como queria o dr. Almeida Santos, que era ministro da Coordenação Interterritorial […]. [Soares de Melo] não era a pessoa indicada.

Almirante Almeida e Costa: Ainda ontem estive a ler isso, porque encontrei o dr. Soares de Melo no dia em que ele chegou. Foi no dia do discurso do Presidente Spínola, 27 de Julho.

Manuel de Lucena: Ele chegou nessa altura?

Almirante Almeida e Costa: Chegou, tinha chegado nesse dia.

Manuel de Lucena: Mas ele não tinha sido nomeado um bocado antes? Tinha vindo a Lisboa, já tinha sido nomeado…

Almirante Almeida e Costa: Já tinha sido nomeado, já estava a exercer funções…

Manuel de Lucena: Ah, tinha vindo a Lisboa.

Almirante Almeida e Costa: Invocou o pretexto de que iam ser criados uma Junta Governativa e um Alto-Comissário e de que não tinha sido informado atempadamente disso. De maneira que, de um dia para o outro, pediu a exoneração, disse que era irrevogável. E propôs dois nomes, um era o Mascarenhas Gaivão, outro era um qualquer, para o substituírem como encarregado do governo.

Almirante Vítor Crespo: Era um homem das Alfândegas, até, não era?

Almirante Almeida e Costa: Era, da economia, era antigo administrador do BNU. E aparece em Lisboa. Eu estou de manhã com ele – nas notas que eu tenho encontro-o…

Manuel de Lucena: E o que é que ele era lá, esse Mascarenhas Gaivão?

Almirante Almeida e Costa: Era administrador de um banco, era secretário provincial… e antes tinha sido secretário-geral de qualquer coisa…

Manuel de Lucena: É um homem de que idade?

Almirante Almeida e Costa: Era um homem de meia-idade, 50 anos.

[…]

Chega a Lisboa e encontro-o [Soares de Melo] a entrar no gabinete do ministro Melo Antunes e estou a falar com ele, no dia 27 de Julho, quando está a terminar o discurso do Presidente da República, o célebre discurso do 27 de Julho, e ele estava com o dr. Almeida Santos.

Manuel de Lucena: Eu tinha uma pergunta para si. Disse uma coisa logo ao princípio que me atraiu a atenção: que Cahora Bassa, o empreendimento de Cahora Bassa, chamou a Frelimo. Não é uma coisa que me espante. Mas era de facto uma coisa de uma tal importância, foi apresentada por vezes do lado das autoridades portuguesas como um empreendimento que, com tudo o que tinha a montante e a jusante, ia mudar tudo. E cheguei a ouvir dizer, lá fora,

eu, que a Frelimo se opunha a Cahora Bassa porque, se deixava fazer Cahora Bassa, em mais uns anos aquilo mudava: o Moçambique em que eles estavam a pensar deixava de ser aquele Moçambique. De facto, têm essa sensação?

Almirante Almeida e Costa: Era. Eu trabalhei nisso como oficial do Estado-Maior, a preparar o esquema de aproveitamento da bacia hidrográfica criada com a barragem de Cahora Bassa. A nossa ideia era montar um dispositivo militar que permitisse interditar a travessia da longa bacia – calculava-se que a bacia de Cahora Bassa iria ter 250 km de extensão. Portanto, havia que encontrar meios navais, meios aéreos… Nós, no Estado-Maior e no comando naval, estávamos encarregues de estudar o dispositivo naval (caças, lanchas, unidades de fuzileiros, etc.) que pudessem manter o patrulhamento nesta faixa que vai ao longo de Tete, no Zambeze, para impedir o trânsito… Depositava-se grandes esperanças nesse muro, vá lá, que esse espelho de água ia criar à passagem das forças da Frelimo nessa longa extensão. É minha convicção (mas isto é subjectivo, não se discutiu com ninguém, é a minha impressão) que eles fazem um esforço rápido (aquilo demora uns anos a construir e depois demora uns anos a encher), fazem um esforço rápido para [evitar] ficarem cortados da margem direita do Zambeze, na zona de Tete.

Manuel de Lucena: Quer dizer, mais do que impedir a construção da barragem seria implantarem-se lá.

Almirante Almeida e Costa: Sim, eu creio que eles não tinham de modo algum meios de impedir… Havia um comando operacional da bacia de Cahora Bassa, que era suficientemente dissuasor para permitir que a Frelimo tivesse veleidades de impedir a construção da barragem.

Manuel de Lucena: Para além desse espelho de água, aquilo de que eu ouvi mais falar - a história do impedimento da passagem é relativamente nova para mim – foi mais dos efeitos económicos e sociais, de desenvolvimento, de atracção de populações, de viragem…

Almirante Almeida e Costa: Pode ser, mas eu, pessoalmente, não tenho essa noção. Porque os efeitos da construção de Cahora Bassa no plano económico e no plano do desenvolvimento eram a muito longo prazo. O esforço financeiro para construir Cahora Bassa era enorme; a electricidade, como o Samora Machel dizia, era para a África do Sul, era aquele muro que estava ali, que nós tínhamos posto lá, [que o] levássemos porque os pretos não precisavam de electricidade, a electricidade era para a África do Sul, era um negócio entre Portugal e a África do Sul, que levássemos o muro, era o que ele dizia. Isto em ar de graça… mas era uma graça pesada (*risos*) dadas as responsabilidades do Estado português nessa matéria.

Luís Salgado de Matos: Quando o Samora diz que não gosta de Cahora Bassa, para a levarem, ele não estava a fazer bluff?

Almirante Almeida e Costa: Não, era uma... Ele disse assim: «Vocês fizeram o muro, esse elefante branco, nós não precisamos desse muro para nada, […] levem-no.» Evidentemente havia um contencioso, como o almirante refere, havia um contencioso, que depois se veio a revelar, e bem; mas isso a gente sabia… a primeira vez que o Melo Antunes larga [o caso] de Cahora Bassa em cima da mesa (alguma vez havia de ser, era um assunto importante) ele [Samora Machel] respondeu desta forma… Ninguém se perturbou com isso, nem o Melo Antunes nem ele.

Carlos Gaspar: Sr. almirante [Vítor Crespo] queria perguntar-lhe: com a retracção do dispositivo militar, já no período de transição, houve instalação de forças da ZANU e/ou da ZAPU em território moçambicano?

Almirante Vítor Crespo: Houve. Mas, e isso é essencial, sem a colaboração da Frelimo. E houve até algumas perseguições dos rodesianos às forças da ZANU dentro do território [de Moçambique]. Foi numa dessas perseguições que foi chamado o respectivo cônsul [da Rodésia] e foi-lhe dito que todas as incursões seriam combatidas pelo Exército português. A partir daí, foi montado um dispositivo

dissuasor na zona da Beira. Eles não só o sentiram como um recado oficioso, como [também] viram que houve medidas concretas para o efectivar. Recordo-me de ter dito ao cônsul que o artigo do Acordo de Lusaca dava a responsabilidade a Portugal pela integridade territorial de Moçambique durante o período de transição. Porque, em caso de uma situação anormal no território, as forças armadas eram conjugadas numa força única comandadas pelo nosso comando-chefe. Está escrito no acordo.

Manuel de Lucena: Ó sr. almirante, mas era um bocadinho difícil ter a certeza… A Frelimo, diplomaticamente, tinha sempre de dizer-lhe a si que não dava apoio nenhum [à ZANU e ZAPU]. Mas está de facto convencido de que não dava?

Almirante Vítor Crespo: Tenho a certeza.

Manuel de Lucena: Tem?

Almirante Vítor Crespo: Tenho a certeza de que não dava apoio militar porque as informações de Moçambique, nessa altura, eram informações portuguesas. Eles [Frelimo] tinham as suas precaríssimas. Eles ainda usavam um pouco o Tam Tam. Nós tínhamos alguns rádios. Portanto, em Moçambique as forças portuguesas estavam muito mais bem informadas do que se passava do que a própria Frelimo. Apoio político, sim, nós sabíamos que em fóruns internacionais as posições [da Frelimo] eram claramente de apoio à ZANU e contra o regime de Ian Smith. Mas, no concreto, militarmente, [não]. Até porque não tinham capacidade, embora inicialmente o tenham começado a fazer. Recorda-se disso?

General Sousa Meneses: Sim, sim.

Almirante Vítor Crespo: Quer dizer, havia uma militância local que fez tentativas [de apoio], mas foram desfeitas logo de entrada porque isso era prejudicial. Isso dava pretexto para a tal intervenção de que o sr. Ian Smith estava à espera. Isso foi entendido lá em baixo. Aliás, quero dizer, numa apreciação pessoal que julgo que é importante, que o presidente Chissano era um homem com uma grande

compreensão dos problemas que se punham e da forma de os resolver; não era um político teórico, incapaz da resolução concreta dos problemas do país. Ele entendia perfeitamente que dar pretextos a Ian Smith o podia estimular a avançar para a Beira. Disso existia um plano, nós tivemos conhecimento dele, existiu um plano de forças militares. Uma parte desses mercenários que estavam a ser organizados servia exactamente para a execução desse plano. Porque eram moçambicanos que vinham a caminhar por ali abaixo.

Manuel de Lucena: Tinha só uma pergunta agora para o sr. general [Sousa Meneses] sobre essa implantação da Frelimo a que se referiu, a qual seria forte em Cabo Delgado e fraca no Niassa; seria urbana e clandestina para o Sul. Que efeito é que na altura do 25 de Abril ainda tiveram aqueles problemas todos como o que houve com o Kavandame? Lá fora encontrei pessoas ligadas aos movimentos de libertação que diziam que a Frelimo não o reconhecia mas que o problema do Kavandame tinha sido o dos macondes, uma coisa muito grave, para eles, Frelimo.

General Sousa Meneses: Macondes versus Frelimo?

Manuel de Lucena: Pois. O problema do Kavandame.

General Sousa Meneses: O problema do Kavandame foi uma dissidência, como sabe.

Manuel de Lucena: Exacto.

General Sousa Meneses: O que eu lhe posso dizer quando me refiro à questão da implantação da Frelimo é o seguinte: em Cabo Delgado havia a guerra subversiva, havia a luta entre a Frelimo, essencialmente macondes, e as forças portuguesas. Mas também devo dizer que a luta propriamente não era aquilo que os senhores possam imaginar: uns ataques com morteiradas. A grande luta deles contra nós era nas estradas, eram as minas anti-carros, sobretudo, e as minas anti-pessoal. Eles rebentavam com as Berliet e cada Berliet que ia lá… Portanto, no Niassa aquilo foi diminuindo, diminuindo,

diminuindo e quando eu chego, nessa altura, praticamente já não havia nada. O Melo Egídio…

Almirante Vítor Crespo: Ele [Manuel de Lucena] estava a falar das dissidências que houve dentro da Frelimo.

General Sousa Meneses: Ah!

Manuel de Lucena: Mas espere aí. Eu estava muito interessado… continue, continue.

General Sousa Meneses: Na Zambézia também não havia nada. Um ataque ou outro… a um homem que tinha ananases… coisas relativamente pequenas. No Tete, também quero esclarecer isso porque é importantíssimo, nunca nenhuma força da Frelimo tentou atacar Cahora Bassa; nunca teve força para isso. E não foi porque Cahora Bassa… Cahora Bassa tinha fundamentalmente à sua volta um campo de arame farpado, no meio do qual existia um campo de minas. A propósito, quando a gente veio de lá, não sabia onde é que estava o plano para se poder desminar aquilo. Tinha-se perdido o raio do plano e toda a gente andou à procura do plano de desminagem de Cahora Bassa e não apareceu. Portanto, aí não, estas coisas que [o Samora diz de Cahora Bassa são tolas], o Samora às vezes é tolo. Cahora Bassa não tem importância… Claro que tem! Dois ou três anos depois o rapaz veio para lá como engenheiro quando aquilo começou a trabalhar e ele […] fazia umas contas: uma parte ia para a África do Sul, que era o grosso […], e uma parte desviava-a depois para a própria Lourenço Marques onde já não tinham electricidade em condições. E depois é que veio a Renamo e essa coisa toda e começaram a destruir os postos e aquilo tudo se tornou a interromper. Portanto, Cahora Bassa é um empreendimento notabilíssimo lá para eles. É claro que há-de custar dinheiro. E agora está a custar dinheiro a Portugal como vocês sabem… Mais a mais, aquela África tem de se desenvolver.

Sobre o Kavandame: as únicas dissidências sérias (estou a falar do que eu sei) dentro dos Macondes, são duas. A primeira é essa do

Kavandame, que era um velho respeitável, maconde, que veio ali para Porto Amélia. […] A segunda, e essa é mais importante, porque é já de um dos intelectuais, é a do Miguel Murupa. O Miguel Murupa era um rapaz todo apresentável, vestia smoking e tudo. E o nosso amigo Kaúlza de Arriaga aproveitou logo para vir a Lisboa e trouxe-o como ajudante de campo. Esse rapaz era um dissidente e era perigoso, porque ele era um dos homens das informações [da Frelimo]. E também nos ajudou nalgumas coisas. Estas são as duas [dissidências da Frelimo]. Agora a Joana Simeão tenho pena se a mataram, era uma política. O Uria Simango… não sei se o mataram se não. Tenho pena se eles deram cabo dessa gente.

Manuel de Lucena: Queria ter a ideia, não era uma pergunta só para si… Qual é a ideia que têm da importância que podem ter tido essas coisas para a Frelimo? Lá fora falei com pessoas que achavam que tinham tido muito mais importância do que a que estavam dispostos a reconhecer.

Almirante Almeida e Costa: Numa opinião muito pessoal – o almirante Crespo sublinhou isso e o sr. general também –, a minha percepção de conversas que tive é que uma das preocupações da Frelimo era a da internacionalização do problema de Moçambique. A internacionalização do problema de Moçambique era uma coisa que os deixava profundamente perturbados, estavam obcecados com isso. Por outro lado, havia também a falta de confiança quanto à estabilidade do regime político aqui em Portugal, em quem confiar, o problema dos militares, as personalidades eram imensas, não se percebia quem mandava. Para aquela linearidade de um comunista, em que a estrutura do poder estava muito clarificada, isto era uma coisa complicada. Portanto, eles não tinham confiança. Penso que estes dois problemas…

Manuel de Lucena: Ó s. almirante, o que é que isso tem a ver com o caso Kavandame?

Almirante Almeida e Costa: O que eu estava a dizer é que o problema mais importante não é o dos dissidentes; os dissidentes são questões pessoais que envolvem a perseguição aos dissidentes. O que eu estou a dizer é que, o que subjaz, na minha opinião, nas grandes preocupações da Frelimo, e que dita o seu comportamento, e que dita até a sua precipitação em fazer um período de transição curto, são estes dois grandes itens: a internacionalização do problema e a pouca confiança que têm na estabilidade da estrutura do poder político em Lisboa.

Almirante Vítor Crespo: Sobre essa matéria, eu algumas vezes debati problemas com o Joaquim Chissano. Em conversa amena, falávamos de política em geral, do interior do partido e da vida política partidária. E ele muitas vezes me disse, com serenidade, que a Frelimo tinha sido sempre agregada por uma grande vontade nacional de independência. Quer dizer, o objectivo independência era tão agregador que as divergências ideológicas, normais dentro do partido, nunca tinham assumido aspectos muito relevantes. [O que já não acontecia com] as questões de poder. E o Samora Machel era um homem que manobrava politicamente o partido no sentido de assegurar uma grande margem de poder. É o caso da pessoa que referiu, o Murupa que foi um militante do partido um pouco saliente ali dentro e que foi afastado dos lugares importantíssimos que tinha, que eram os serviços de informações e que era perigoso porque a seguir veio servir o Exército português com todas as informações que trouxe da Frelimo.

General Sousa Meneses: Só uma coisa muito importante. Primeiro o Murupa deve ter recebido um castigo lá. Porque ele aparece em Cabo Delgado vestido de soldado e como combatente. E finge-se capturado. Ele praticamente entregou-se. Eu estava lá nessa altura. Falava inglês, falava francês, falava em história, falava em direito. E até estive a falar com ele um bocado para ver como ele era, se bem que não fosse a minha função. Mas eu quis saber como era. «Então,

zangaram-se comigo, meteram-me uma espingarda às costas e mandaram-me combater para Cabo Delgado. Olha, não estive na América a fazer uma coisa para andar como uma espingarda às costas aqui em Cabo Delgado», [disse-me ele]. E também tinha razão.

Luís Salgado de Matos: Vou expor à vossa consideração o seguinte: a Frelimo era como o PAIGC no sentido de que os guerrilheiros eram macondes e os dirigentes ex-alunos da missão suíça. Isto faz sentido ou não? E portanto a Frelimo tinha que resolver este problema. A Frelimo tinham problemas com alguns macondes da Frelimo ou com o povo maconde no seu conjunto. Isto faz sentido ou não?

Almirante Vítor Crespo: Eu penso que faz sentido… Não seria assim uma fractura tão nítida quanto essa sua afirmação faz supor mas correspondia a algo de verdade: os homens que eram militares eram macondes porque eles eram militares naturalmente. Quer dizer, se perguntasse a um maconde em 1950 qual era a sua profissão, ele teria dito: «guerrilheiro, militar, homem de armas»... E portanto esses homens tinham uma vocação, uma preparação especial e uma coragem física para serem militares.

General Sousa Meneses: Eram muito valentes.

Almirante Vítor Crespo: E naturalmente era aí que se fazia o principal recrutamento. Do lado dos intelectuais… os dirigentes não eram naturalmente recrutados aí e isso causava alguma tensão dentro do partido.

General Sousa Meneses: Mas ó Salgado de Matos, a sua pergunta é pertinente; veja lá se percebe isto. Do Governo provisório constituído aqui [acordo de Lusaca], era chefe do Governo o Joaquim Chissano que era um homem da área de Gaza, outro [ministro] era indiano, etc. O único ministro maconde é o Alberto Chipanda, um homem com pouco mais do que a 4ª classe. Tinha sido educado numa missão, perto de Mueda, numa terra chamada Nangololo, numa missão católica. Tinha a cultura da missão. […] O Chissano vai buscar o

homem, que era talvez o de mais baixo nível intelectual, por ser maconde. Para ter macondes representados no governo.

Vítor Crespo: Ele, Chissano, casa com uma mulher maconde, com um grau de instrução francamente baixo.

General Sousa Meneses: Mas inteligente, muito inteligente mesmo.

Luís Salgado de Matos: Há um outro fenómeno de que não sei se os nossos serviços de informação militar tinham conhecimento: há muitos macondes que, seguindo a fieira das missões, são padres, outros seminaristas do seminário maior, e que se passam para a Frelimo. E que depois desaparecem todos. Não há um único que consiga… Não é que desapareçam no sentido de terem sido eliminados fisicamente; não sei se foram ou não, isto passa-se no meio da guerra. Mas não há nenhum que consiga ascender a uma posição de liderança na Frelimo. Ou seja, é como se houvesse um movimento qualquer de vasos comunicantes na liderança da Frelimo, que dizia – nós temos a ideia de que o maconde é um bocado selvagem….

General Sousa Meneses: Mas têm uma cultura própria! As mulheres ainda cortam a cara!

Luís Salgado de Matos: Os macondes que saíam dos seminários, iam para a Frelimo e depois não subiam na Frelimo.

General Sousa Meneses: Pelas fichas só conheci dois ou três, mas mesmo esses não eram das missões católicas, eram das missões protestantes.

Luís Salgado de Matos: Não, não há missões protestantes… nenhuma.

General Sousa Meneses: A mim o Alberto Chipanda disse-me que era Baptista.

Almirante Vítor Crespo: Não há nenhuma missão protestante na zona dos macondes…

General Sousa Meneses: Mas passaram por lá…

Almirante Vítor Crespo: Tinham passado pelos Estados Unidos ou…

Manuel de Lucena: O Samora era ronga?

General Sousa Meneses: Não sei. Ele era ali daquela área de Gaza.

Manuel de Lucena: Quem são os outros de Gaza da direcção da Frelimo?

General Sousa Meneses: Aquilo é tudo mais ou menos dessa área. E há uns da Beira.

Manuel de Lucena: São ou mestiços, como o Marcelino, ou indianos como o Sérgio Vieira, etc., ou brancos como o Veloso. Depois há o Chipande e o Chissano.

Luís Salgado de Matos: São todos do Sul.

Almirante Vítor Crespo: São todos do Sul porque as pessoas mais cultas, mais adiantadas, eram de Gaza. Com estudos mais prolongados.

Manuel de Lucena: E macuas não há?

Almirante Vítor Crespo: Que dizer, o Joaquim Chissano é próximo dos macuas, embora não seja macua assumido. Não tem a religião islâmica.

Manuel de Lucena: E o Armando Guebuza?

Almirante Vítor Crespo: Julgo que é macua também. O general Meneses sabe. O Guebuza é também da zona de Gaza. O Guebuza é um homem muito, muito inteligente e um grande líder. Dos homens mais promissores naquela altura, era ministro da Administração Interna…

General Sousa Meneses: Há muitos indianos.

Manuel de Lucena: Pois há, são uma série deles. Dos que eu conheço são o Jorge Rebelo, o Sérgio Vieira, o Óscar Monteiro…

Almirante Vítor Crespo: O Sérgio Vieira ainda passa pelo seminário. É de cá do seminário.

Manuel de Lucena: Eu conheci-o na Faculdade de Direito.

Almirante Almeida e Costa: Os outros, o Jorge Rebelo e o Óscar Monteiro, são juristas.

Manuel de Lucena: Mas o Sérgio Vieira também o conheci na universidade… não juro… E eu não sei se não terá sido do nosso curso, com o Jorge Sampaio…

Almirante Almeida e Costa: Ele saiu sem acabar, saltou antes acabar. Como o Chissano.

Almirante Vítor Crespo: O Chissano veio estudar medicina para Portugal. Logo no primeiro ano de medicina vai…

Almirante Almeida e Costa: Depois passou para Economia…

Manuel de Lucena dá por encerrada a sessão.